

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
Mestrado em Educação

ANDRÉIA CRISTINA BORGES RELA ZATTONI

**O PROFESSOR ATALIBA DE OLIVEIRA, FILHO DE
MESTRE LOURENÇO UM EX-ESCRAVO, E O GRUPO
ESCOLAR CORONEL JÚLIO CÉSAR DE ITATIBA (SP).
MEMÓRIAS E HISTÓRIAS ENTRECruzADAS
(1889 – 1920)**

Itatiba
2016

ANDRÉIA CRISTINA BORGES RELA ZATTONI – RA: 002201401018

**O PROFESSOR ATALIBA DE OLIVEIRA, FILHO DE
MESTRE LOURENÇO UM EX-ES CRAVO, E O GRUPO
ESCOLAR CORONEL JÚLIO CÉSAR DE ITATIBA (SP).
MEMÓRIAS E HISTÓRIAS ENTRECruzADAS
(1889 – 1920)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Guimarães

Itatiba
2016

37(81)(091)
Z44p

Zattoni, Andréia Cristina Borges Rela.

O professor Ataliba de Oliveira, filho de mestre Lourenço um ex-escravo, e o Grupo Escolar Coronel Júlio César de Itatiba (SP): memórias e histórias entrecruzadas / Andréia Cristina Borges Rela Zattoni. -- Itatiba, 2016.

146 p.

Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação Stricto *Stricto Sensu* em Educação da Universidade de São Francisco.

Orientação de: Maria de Fátima Guimarães.

1. Grupo Escolar Coronel Júlio César – Itatiba (SP).
 2. Educação – História. 3. Diretores escolares. 4. Filho de ex-escravo.
- I. Guimarães, Maria de Fátima. II. Título.

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM EDUCAÇÃO

Andreia Cristina Borges Rela Zattoni defendeu a dissertação "O PROFESSOR ATALIBA DE OLIVEIRA, FILHO DE MESTRE LOURENÇO UM EX-ESCRAVO, E O GRUPO ESCOLAR CORONEL JÚLIO CÉSAR DE ITATIBA (SP). MEMÓRIAS E HISTÓRIAS ENTRECruzADAS (1889 - 1920)" aprovada no Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco em 27 de junho de 2016 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

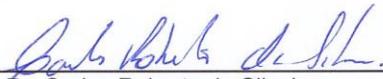


Prof. Dra. Maria de Fátima Guimarães
Orientadora e Presidente



Prof. Dra. Luzia Batista de Oliveira Silva
Examinadora

Participação por videoconferência
Prof. Dr. Elison Antonio Paim
Examinador



Prof. Dr. Carlos Roberto da Silveira
Examinador

Dedico este trabalho a minha mãe, exemplo de simplicidade, determinação, de cuidado e amor, que esteve sempre ao meu lado, me incentivando e apoiando.

AGRADECIMENTOS

Início, neste pequeno espaço, o meu agradecimento, primeiramente a Deus, pelas oportunidades em colocar na minha vida pessoas tão especiais na história da minha trajetória acadêmica, pela força e sabedoria nos momentos mais difíceis, quando parecia impossível conciliar a jornada de trabalho com os estudos.

Agradeço a minha mãe, por me apoiar em todos os momentos da minha vida, pelas noites em que, mesmo cansada, sentava ao meu lado, com gesto de carinho e admiração.

Ao meu pai, que mesmo distante fisicamente, me apoiou e incentivou nesta trajetória.

Ao Eduardo, meu namorado, pelo companheirismo, amor, compreensão e paciência desde o início deste projeto.

Aos meus sobrinhos Gabriel e Nicolás e a minha irmã Alexandra, por serem tão presentes e especiais na minha vida.

Um agradecimento muito especial à professora Maria de Fátima Guimarães, por acreditar em meu trabalho e por todos os momentos de incentivo, de aprendizado, orientando e dialogando com paciência.

A todos os professores, aos membros e suplentes da banca do curso de Mestrado em Educação, que durante as aulas, orientações e congressos tanto contribuíram para o meu crescimento pessoal e intelectual.

À Profa. Márcia, pelo apoio e palavras de incentivo, quando a jornada parecia distante.

Aos colaboradores do Museu Municipal Padre Francisco de Paula Lima, do acervo da Biblioteca Municipal “Chico Leme”, do Arquivo Público Municipal e do Grupo Escolar Coronel Júlio César.

Aos colegas do mestrado e, em especial, às amigas Letícia e Sandra, pelo apoio, incentivo e contribuições nesta trajetória.

A todos os colaboradores da Universidade que me acompanharam, incentivaram e torceram por este momento.

Por fim, agradeço à Reitoria e Pró Reitoria da Universidade São Francisco pela oportunidade e incentivo na bolsa de estudos.

Que os olhos estejam atentos, os ouvidos em alerta e o coração em pulsação intensa na busca pela mudança do meu, do seu e do nosso mundo.

(Andréia Zattoni, 2016)

RESUMO

Esta pesquisa focaliza a trajetória do professor Ataliba Oliveira, enquanto diretor do Grupo Escolar Coronel Júlio César, de Itatiba (SP), no período de 1889-1920 e inscreve-se na área da História da Educação Brasileira. Ataliba era filho de um ex-escravo, Mestre Lourenço, que conseguiu comprar a própria alforria e a de seus familiares com o dinheiro que conseguiu construindo as casas de grandes fazendeiros e comerciantes da região de Campinas e Itatiba, o que lhe franqueou certa familiaridade com a elite letrada urbana daquela região e, possivelmente, estimulou-o a garantir os estudos de seus filhos. A pesquisa se justifica porque privilegia a singularidade da trajetória profissional do filho de um ex-escravo, num contexto sociocultural em que a discriminação, a segregação e o preconceito raciais restringiam sobremaneira as alternativas de sobrevivência dos negros. A pesquisa contempla dois objetivos postos. O primeiro foi compreender como se deu o processo de criação e instalação do Grupo Escolar Coronel Júlio César, em conexão com a história da cidade de Itatiba, para, a partir de então, compreender as diferentes relações socioculturais presentes em tal processo, imbricadas com questões mais amplas do cenário educacional brasileiro. E o segundo foi pesquisar a trajetória do professor Ataliba de Oliveira durante o período em que exerceu o cargo de diretor nesse grupo. A temática e natureza do trabalho estimulou-nos a pesquisar a legislação educacional vigente no período, as reformas educacionais implementadas pelos republicanos, os periódicos (almanaques, revistas e jornais) locais e outros de circulação nacional, impressos de memorialistas itatibenses, dos acervos documentais do Arquivo da Escola Municipal de Educação Básica (E. M. E. B. Coronel Júlio César), do Museu Padre Francisco de Paula Lima, do Arquivo Municipal de Itatiba, da Biblioteca Municipal “Chico Leme” e do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) de Itatiba. Os resultados da pesquisa apontaram para disputas e conflitos que foram flagrados por entre as diferentes fontes documentais mobilizadas. Destacamos que os periódicos locais se desvelaram um *locus* privilegiado de tais acontecimentos, o que sugere com vigor que, se a escrita e a circulação de impressos garantiam a dissiminação de ideias e valores republicanos tão a gosto das elites letradas urbanas, por outro lado podiam acolher iniciativas que tencionavam a ordem social vigente, ao colocar em cena sujeitos que, de alguma maneira, rompiam com os preconceitos da época.

Palavras-Chave: Itatiba. Grupo Escolar Coronel Júlio César. Diretor filho de ex-escravo.

ABSTRACT

This research focuses the trajectory of the professor Ataliba Oliveira, while principal of Scholar Group Coronel Júlio César, located in Itatiba, from 1889 until 1920 and enrolls in Brazilian Education History area. Ataliba was an ex-slave's son, Mestre Lourenço, that got buy his own and his relatives liberation with the money he got building the big farmers and traders' houses in Campinas and Itatiba County, which made possible kind familiarity with the urban scholar elite from that area and, possible, encouraged to ensure his children studies. The research justified it because favors the professional path singularity of the ex-slaver's son, on a sociocultural context where the discrimination, segregation and the race discrimination limited overly the survivor alternatives of the afrodescendant. The research also includes two goals. The first was to comprehend how was the creation and installation process of the Scholar Group Coronel Júlio César in connection with the history of Itatiba town, for from now, to comprehend the different sociocultural relations presents in this process, related to larges questions of the Brazilian education scenario. And the second was to search the trajectory of the professor Ataliba de Oliveira during the period he practice the principal post in this group. The theme and kind of the work stimulated us to search the educational legislation present on that time, the education reforms performed by the republicans, the local and national periodic (almanacs, magazines and newspapers), Itatibenses memorialists work paper, works collections from the files of Basic Education Municipal School (E.M.E.B Coronel Júlio César), of Padre Francisco de Paula Lima Museum, of Itatiba Municipal File, of Chico Leme Public Library and finally, Itatiba Defense Counsel of Historic Property, Archeologic, Artistic and Touristic (CONDEPHAAT). The research results pointed for disputes and conflicts that was bare among the different sources. We emphasize the local periodic unveiled a privileged *locus* about such events, which suggests hardily that, if the written and the circulation of work paper guaranteed the dissemination of the republicans ideas and values on the urban scholar elite way, by the other hand could guard initiatives that tend to the current social order, by bringing out characters that, somehow, broke to the race discrimination from that time.

Words-Key: Itatiba. Scholar Group Coronel Júlio César. Principal. Ex-slaver's son

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Itatiba entre as décadas de 1850 e 1870	20
FIGURA 2	Vista panorâmica de Itatiba	28
FIGURA 3 –	Mapa focalizando a cidade de Itatiba	41
FIGURA 4 –	Mapa	41
FIGURA 5 –	Igreja Matriz	43
FIGURA 6 –	Igreja do Rosário	44
FIGURA 7 –	Praça da Bandeira, 1915	55
FIGURA 8 –	Mapa que indica o trajeto da Estrada de Ferro Itatibense	59
FIGURA 9 –	Estação da Estrada de Ferro Itatibense	60
FIGURA 10 –	Vista da Companhia de Estrada de Ferro Itatibense	61
FIGURA 11 –	Diretores e funcionários da Estrada de Ferro	62
FIGURA 12 –	Edifício da Cadeia e Câmara Municipal	64
FIGURA 13 –	Matadouro Municipal	65
FIGURA 14 –	Fábrica de fósforos	67
FIGURA 15 –	Coronel Júlio César de Cerqueira Leite	70
FIGURA 16 –	Classe isolada do bairro da Ponte – Itatiba (1895)	72
FIGURA 17 –	Mapa focalizando a área central de Itatiba	73
FIGURA 18 –	Construção do Grupo em 1907	76
FIGURA 19 –	Foto comemorativa do término da construção do Grupo	77
FIGURA 20 –	Inauguração do Grupo Escolar	78
FIGURA 21 –	Registro histórico do dia da inauguração, em 21 de abril de 1909	79
FIGURA 22 –	Imagem do Grupo Escolar no <i>Almanach de Itatiba</i> , 1916	82
FIGURA 23 –	Fachada do Grupo Escolar Coronel Júlio César	83
FIGURA 24 –	Projeto de restauro do Grupo Escolar Coronel Júlio César	85
FIGURA 25 –	Projeto de restauro da fachada principal do Grupo Escolar Coronel Júlio César	85
FIGURA 26 –	Restauração do grupo escolar: situação anterior e posterior ao restauro	86
FIGURA 27 –	Prédio atual do Grupo Escolar Coronel Júlio César, após restauro	87
FIGURA 28 –	Visão do prédio do Grupo Escolar Coronel Júlio César	88
FIGURA 29 –	Primeira página do jornal <i>A Reacção</i>	101

FIGURA 30 – Professor Ataliba Antonio de Oliveira	115
FIGURA 31 – Diretor Ataliba de Oliveira – 1913 a 1920	119
FIGURA 32 – Professor Ataliba (1912)	131

LISTA DE SIGLAS

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo

DOP – Departamento de Edifícios e Obras Públicas

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMEB – Escola Municipal de Educação Básica

MG – Minas Gerais

PRF – Partido Republicano Federal

PRP – Partido Republicano Paulista

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USF – Universidade São Francisco

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Profissões liberais	55
Tabela 2 – Estabelecimentos comerciais	56
Tabela 3 – Profissões e indústrias	57

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
1. FLAGRANDO CONEXÕES: DA MODERNIDADE ÀS TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS E POLÍTICAS DO PERÍODO (1890-1920)	28
1.1 Grupos Escolares	34
2. CONEXÕES ENTRE ITATIBA E O GRUPO ESCOLAR CORONEL JÚLIO CÉSAR	40
2.1 Um pouco das origens de Itatiba	40
2.2 Itatiba e as ideias republicanas.....	46
2.3 A modernidade e os “melhoramentos” na cidade de Itatiba	53
2.4 O Grupo Escolar de Itatiba: Coronel Júlio César	67
2.5 O Grupo Coronel Júlio César e o processo de restauração.....	80
2.6 A “Instrução como parte do progresso”.....	88
3. TRAJETÓRIA DO PROFESSOR ATALIBA ANTONIO DE OLIVEIRA	94
3.1 O fim da escravidão em Itatiba	94
3.2 Lourenço Antonio de Oliveira: pai de Ataliba.....	99
3.3 O Professor e Diretor Ataliba Antonio de Oliveira	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS	142

MEMORIAL

Maria-Nova olhou novamente a professora e a turma. Era uma história muito grande! Uma história viva que nascia das pessoas, do hoje, do agora. Era diferente de ler aquele texto. Assentou-se e, pela primeira vez, veio-lhe um pensamento: quem sabe escreveria esta história um dia? Quem sabe passaria para o papel o que estava escrito, cravado e gravado no seu corpo, na sua alma, na sua mente.

(EVARISTO, 2006b, p. 138)¹

Estávamos no início da década de 70, novos tempos chegavam marcados pela forte presença da censura. Período de intensas transformações na música, TV e moda, através da criatividade e do engajamento de artistas e intelectuais. Uma transformação silenciosa também ocorria na vida dela, uma menina de apenas 17 anos, cujo ventre eu já habitava e que havia abandonado os estudos para trabalhar e ajudar no orçamento familiar.

Sinto meus olhos inundados de lágrimas quando direciono minha atenção para a história de vida da minha mãe e fico a imaginar as dificuldades e preconceitos sofridos por ela. Hoje, ao reescrever minha história, acredito que todos esses aspectos impactaram minha vida, ora me sensibilizando ora me fortalecendo enquanto mulher e, por intermédio deste memorial, apresento minha trajetória de vida.

É certo que as histórias se entrelaçam, gerando resultados que, direta ou indiretamente, me encaminharam para o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco (USF) e que, por consequência, me conduziram para a escolha do objeto de pesquisa de minha dissertação de mestrado: o estudo do Grupo Escolar “Coronel Júlio César”, primeiro grupo da cidade de Itatiba, que no período de 1913 a 1920, que teve como primeiro Diretor o Sr. Ataliba Antônio de Oliveira, cidadão itatibense, negro e filho de um ex-escravo.

Minhas primeiras memórias remetem à minha infância e algo muito marcante foi a ausência paterna, sobretudo nos momentos das apresentações de trabalhos no ensino fundamental e nas comemorações dos dias dos pais. Deparo-me com a sensação de um

¹ EVARISTO, Conceição. “Conversa com o leitor: da construção de Becos”. In: Becos da memória. Belo Horizonte: Mazza, 2006b.

enorme vazio, acompanhado de desconforto perante os coleguinhas de sala, pois meu pai não estava presente. Estes eram momentos em que a tristeza tomava conta daquela pequena criança, que ainda não conhecia o seu pai e contava apenas com o amparo materno.

Enquanto eu crescia, crescia junto a curiosidade e o desejo de conhecer meu pai. Recordo-me de gostar de pensar que ele existia e até costumava dizer que o amava, mesmo sem ter tido contato algum ou mesmo saber como era seu rosto. Entretanto, eu trazia a doce certeza de que um dia nos encontraríamos e teríamos oportunidades de minimizar o vazio daquela ausência.

Já no início da adolescência, as perguntas sobre meu pai só aumentavam, mas minha mãe mantinha-se sempre calada e muito discreta. Apesar de nada comentar sobre o ocorrido, ela nunca havia escondido quem era meu pai e, certo dia, tivemos uma conversa franca quando perguntei se ela ficaria triste se eu o procurasse e se eu teria sua autorização para fazê-lo, pois eu jamais faria algo que pudesse magoá-la.

Foi neste momento que então pude entender a grandeza de minha mãe. Dona Zilda, inexprimível e indescritível mulher. Um ser humano de fibra, inesquecível lutadora e guerreira, que sempre age e luta com uma força de um gigante, mantendo um coração doce e meigo. Mãe terna, que com toda simplicidade me mostrou os verdadeiros valores da vida. Dona Zilda que ser confrontada com minha pergunta, mesmo com a dor de não ter compartilhado cotidianamente as penas e as alegrias da criação de sua filha, permitiu amorosamente que eu procurasse meu querido e amado pai.

Sigo então em uma nova jornada: a busca de meu pai, que até então eu conhecia apenas por um nome, o Sr. José. Meu primeiro contato aconteceu através de uma ligação telefônica, que depois culminou em um encontro presencial. Foram momentos muito marcantes, pois me sentia impelida em findar com a saudade que esteve presente por muitos anos.

Em verdade, devido a distancia de muitos quilômetros que nos separam e às responsabilidades profissionais, até os dias atuais, sempre que possível, revivo a emoção do primeiro encontro, quando desfrutamos juntos de animada conversa, alegria, aprendizado e cumplicidade, pois além de meu pai, como ele mesmo afirma, ele é meu grande amigo.

Penso ser redundante mencionar que todo amor que já sentia sem conhecê-lo só aumentou ainda mais com a sua presença. Atualmente nossos encontros acontecem

mensalmente e, segundo palavras do meu pai, importante é priorizar a qualidade em detrimento da quantidade, o que eu concordo plenamente, pois tenho a nítida impressão de que nunca nos separamos.

De certa forma, posso afirmar que a ausência paterna contribuiu para meu fortalecimento, principalmente em meus estudos. Talvez possa soar estranho dizer que a ausência de um pai tenha trazido favorecimento ou contribuição, mas é fato que, mesmo ele distante na minha vida, eu sempre lutei para prosseguir na vida acadêmica, já que almejava que ele sentisse orgulho da sua filha.

Compartilho a seguir minha jornada: em 1991, me matriculei em um curso de magistério, isso mesmo, uma escola para formação de professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental e, após 4 anos de estudos, já era a Professora. Este fato orgulhava principalmente minha mãe, pois ela havia passado por muitas dificuldades na vida, não tendo oportunidade de estudar, mas com toda sua simplicidade e humildade havia sido capaz de conduzir sua filha nos estudos. Tenho viva a lembrança do dia da minha formatura, a felicidade de minha mãe em dizer que sua filha se tornava naquele momento uma professora.

Foi em 1995, um ano após minha formatura de magistério, que tive a oportunidade de ser aprovada em um processo seletivo para trabalhar em uma Universidade, a USF. Neste estágio, eu deixava de lado o sonho de ser professora, mas apostava na oportunidade de um futuro profissional, já que existia a possibilidade de receber uma bolsa de estudos e em futuro próximo ser uma aluna universitária. E foi então que após um ano, mais um sonho se realizou, eu me matriculei no Curso de Administração, que mais tarde me abrigaria como docente.

Meu primeiro dia de aula como aluna universitária foi de muita emoção e alegria, pois agora eu poderia falar para meus amigos e familiares que estava cursando um curso superior em uma universidade, a mesma que me aceitara como sua funcionária. A partir daquele momento eu teria a oportunidade de ampliar meus conhecimentos e conviver em um novo espaço, o meio acadêmico. Foram 4 anos de luta, cansaço, correria, mas de muita satisfação, realização, alegria e muito aprendizado pois, eu não só estudava na USF, mas também passava o restante do meu dia trabalhando e convivendo com pessoas que me ensinavam diariamente. Foi período de muito esforço, pois eu tinha como meta conseguir me destacar para continuar a ter a oportunidade de não somente continuar estudando, mas também de ascensão profissional, afinal era ali que eu pretendia permanecer trabalhando por mais muitos e muitos anos.

Em 2000, após a conclusão do Bacharelado em Administração, continuei minha jornada acadêmica, agregando à minha formação dois Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*; em 2003, a Especialização em Planejamento e Gestão de Negócios pela USF e em 2008 a Especialização em Marketing pela UNIFAE e USF. Foi esta última que abriu ainda mais as portas para eu pudesse continuar como docente em um Colégio Técnico do SENAC em Campinas, nos Cursos Técnicos de Farmácia e Moda e no Projeto Pequeno Aprendiz, ministrando as Disciplinas de Marketing, de Marketing e Técnicas em Vendas, de Técnicas de Apresentação e de Elaboração de Projeto. Estas atividades eram exercidas paralelamente ao meu trabalho na USF, nos períodos noturnos e aos sábados. Agora então eu me tornara Professora e poderia dar continuidade à minha primeira formação, o Magistério.

Passados 2 anos, a experiência no Colégio Técnico possibilitou meu ingresso na carreira docente na USF, mas desta vez com uma responsabilidade gigantesca, já que eu me tornara Professora Universitária, compondo o quadro docente da USF, convite que recebi com muito orgulho e gratidão. Ainda guardo na memória o momento em que a coordenadora do Curso de Farmácia do Campus Campinas da USF, a Profa. Márcia Aparecida Antônio me convidou para ministrar a Disciplina de Gestão de Empresas Farmacêuticas, fato que impulsionou ainda mais meu desejo de prosseguir nos estudos acadêmicos. Este foi o primeiro de muitos convites e nos anos seguintes também atuei em outros campi da USF, nos Cursos de Administração e de Engenharia, assim como no Curso Superior de Tecnologia em Logística, ministrando disciplinas de Introdução à Administração, Administração e Empreendedorismo e Processos Administrativos.

Ainda em 2012 retomei o contato com as escolas municipais de Itatiba e tive a oportunidade de participar de um projeto com alunos da Educação de Jovens e Adultos – EJA. A partir de então despertou novamente em mim a vontade de participar e se envolver mais com a História da Educação da cidade de Itatiba.

A convivência dentro de uma Instituição de Ensino Superior Comunitária e Confessional já havia me proporcionado muitas oportunidades: o trabalho administrativo, a conclusão do bacharelado, as duas especializações e o trabalho como docente. A docência impulsionou-me a dar continuidade dos meus estudos, indo à busca de novos conhecimentos e aprendizados. Então, a USF que me acolhera quase 20 anos, me proporcionaria uma nova oportunidade: o ingresso no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação. Assim, em 2013, iniciei o Mestrado como aluna especial e, a partir do contato com a Prof^ª Maria

Fátima Guimarães, hoje minha orientadora, conversamos sobre meu interesse em ingressar como aluna regular no Mestrado, o que aconteceu em 2014.

A partir disso, busquei informações sobre o processo seletivo e planejei um anteprojeto sobre questões que envolviam a história da cidade de Itatiba. Decidimos pesquisar o Grupo Escolar “Coronel Júlio César”, o primeiro grupo escolar da cidade de Itatiba. Na busca pelas fontes nos deparamos com a história do Prof. Ataliba Antonio de Oliveira, um negro, filho de ex-escravo, o primeiro diretor itatibense a assumir o cargo no período de 1913 a 1920.

Pesquisar e escrever sobre a história do Grupo Escolar “Coronel Júlio César” e sobre a história do Prof. Ataliba mobilizou a recordação da minha própria história. Em muitos momentos das aulas, quando discutíamos autores e tratávamos questões sobre memória, lugares de memória, histórias e educação, por vezes meus olhos marejavam ao me recordar de minha infância dura e triste.

Hoje, olhando pelo prisma do tempo, penso que aquelas lágrimas eram demonstração de intensa emoção, pois após muitos e muitos anos seria possível, por intermédio do meu estudo, trazer lembranças de um passado de ausência paterna, pois meu pai estudou no Grupo Escolar “Coronel Júlio César”, que foi meu objeto de estudo. É possível que, de forma inconsciente, eu talvez almejasse ter estudado neste Grupo, a exemplo de meu pai, mas por consequências do destino ou da vida, devo recorrer a vários autores, almanaques, jornais para conhecer e escrever o sobre a história de Itatiba e deste Grupo escolar e talvez entender minha própria história.

No decorrer deste trabalho, quanto mais pesquisava e me aprofundava na história do Prof. Ataliba, mais me encantava e comovia, pois de certa forma me identifiquei em muitos aspectos com este professor que passou por muitos preconceitos e teve que vencer obstáculos para conquistar seus títulos e méritos.

Agora, ao término de minha pesquisa, percebo como toda esta história me atravessou e que, a partir da proposta de escrever este memorial, também foi possível desvendar a teia de minha vida e entender como vidas e histórias estão entrelaçadas. Assim, a partir desse pressuposto, entendo que o resgate da identidade de cada sujeito não pode ser realizado dissociado de outra vida e então desperto para o fato de que minha história que inicialmente denominei como triste, em verdade foi estratégia divino de fortalecimento. Assim, hoje

estou aqui comovida e ao mesmo tempo feliz em poder descrevê-la com alegria, pois vejo que é uma história linda, pois afinal é a minha história de vida.

Boa leitura a todos!

INTRODUÇÃO



Figura 1: Itatiba, entre as décadas de 1850 e 1870. Época em que a Freguesia do Belém foi elevada para a condição de Vila. Aquarela de Miguelzinho Dutra – original no Museu Republicano de Itu
Fonte: Revista Câmara Municipal de Itatiba (nov. 2009, p. 5).

Esta pesquisa focalizou o Grupo Escolar Coronel Júlio César, da cidade de Itatiba (SP), em conexão com a trajetória de Ataliba Antonio de Oliveira, enquanto ele foi professor e diretor desse grupo, no período de 1889-1920. Ele foi o primeiro itatibense a assumir a direção do grupo, permanecendo nele de 1913 a 1920. Um dos aspectos que nos chamou a atenção em sua biografia é que ele era filho de um ex-escravo, que comprou a própria alforria e a de seus familiares com o dinheiro que acumulou como construtor de edifícios que pertenciam à elite cafeeira da região. Acreditamos que poucas pessoas com a origem social de Prof. Ataliba e negras como ele conseguiram estudar e assumir a direção de um grupo escolar, naquele período. Em decorrência disso optamos por colocar em conexão a história do Grupo Escolar com a

trajetória profissional de Ataliba, com o intuito de flagrar possíveis, tensões, disputas e conflitos consequentes deste fato.

O recorte temporal da pesquisa se estende de 1889 até 1920. Delimitamos tais balizas temporais porque elas contemplam, em seu início, o ano em que ocorreu a Proclamação da República, após a qual tivemos a criação de grupos escolares pelo governo paulista, que vieram a se tornar referência educacional para todo o país, e, ao seu término, o ano em que deixa a direção do Grupo Escolar Coronel Júlio César, cargo que ocupou por 8 anos (1913-1920). É digno de menção, ainda, que nosso recorte temporal acolhe o momento de uma industrialização crescente do estado de São Paulo, fruto de investimentos independentes do capital cafeeiro (PINHEIRO, 1978), assim como a vinda de imigrantes europeus e a emergência com o atraso nacional, justificado, em parte, por alguns intelectuais daquela época, pela alta taxa de analfabetismo e pelo perfil da população brasileira ser fortemente marcado pela miscigenação entre negros, brancos e indígenas (GUIMARÃES, 2013). O período é rico em ideias e iniciativas ancoradas em pressupostos higienistas e eugenistas (BONFIM, 2013). Acrescente-se que o período antecede tanto o redirecionamento na política nacional, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, rompendo com o conhecido ciclo da Política do Café com Leite¹, quanto com a queda da cafeeicultura, o que se refletirá na economia local.

No período focalizado, Itatiba fazia limites com Campinas, Bragança, Atibaia e Jundiaí; sobretudo em sua região norte e oeste, encontravam-se os grandes cafezais. Situava-se em região montanhosa banhada por dois rios: o Atibaia e o Jaguari, que, na época, eram navegados por canoas que garantiam o transporte e comunicação locais. Esses rios acolhiam diversos ribeirões e acabavam por desaguar no Rio Piracicaba, depois de terem passado por Campinas, Amparo e Limeira (ALMANAK DE ITATIBA, 1905). Na época, Itatiba distava 92 km de São Paulo, 28 de Campinas; já de Amparo, 46 km, localizando-se a 26 km de Jundiaí, separada por 52 km de Bragança e apenas 19 km do Campo Largo de Atibaia (ALMANAK DE ITATIBA, 1905). Em tais cidades a produção cafeeira e o comércio foram significativos e o pai de Ataliba exerceu seu ofício de construtor junto aos grandes fazendeiros e comerciantes locais, o que lhe permitiu angariar significativo capital e proximidade junto a esses segmentos sociais.

¹ Trata-se de um acordo estabelecido entre as oligarquias estaduais e o governo federal durante a República Velha para que os presidentes da República fossem escolhidos entre os políticos de São Paulo e Minas Gerais. Sendo assim, o presidente seria paulista ou mineiro. Ganhou este nome de Política do Café com Leite devido aos produtos que geravam a renda das duas mais poderosas oligarquias agrárias do Brasil, Minas Gerais, com o leite, e São Paulo, com o café. Ver artigo: VISCARDI, Cláudia. **O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

A partir das considerações anteriores, delimitamos dois objetivos, que colocamos em conexão na pesquisa. O primeiro foi compreender como se deu o processo de criação e instalação do Grupo Escolar Coronel Júlio César, na relação com a história da cidade de Itatiba, para, a partir de então, compreender as diferentes relações socioculturais presentes em tal processo, imbricadas com questões mais amplas do cenário educacional brasileiro. E o segundo, foi pesquisar a trajetória do professor Ataliba durante o período em que exerceu o cargo de professor e diretor nesse grupo.

A natureza histórica e qualitativa do trabalho pressupôs pesquisa da legislação educacional vigente no período, das reformas educacionais engendradas pelos republicanos, dos periódicos (almanaques, revistas e jornais) locais e outros de circulação nacional, de impressos de memorialistas itatibenses, dos acervos documentais do Arquivo da Escola Municipal de Educação Básica (E. M. E. B Coronel Júlio César), do Museu Padre Francisco de Paula Lima e do Arquivo Municipal de Itatiba.

Nossos procedimentos de pesquisa foram conduzidos a par de uma revisão bibliográfica em busca de aportes teóricos sobre a história dos grupos escolares, sobretudo levando-se em conta as contribuições teóricas de autores que trabalham especificamente com a História da Educação, como: Bencostta (1996), Carvalho (2000, 2003), Hilsdorf (2006), Schelbauer (2011), Souza (1998, 2004), bem como dos historiadores: Benjamin (1989), Bloch (2002), Le Goff (1990), Thompson (1998), entre outros. No enalço das contribuições de tais autores trazemos, na sequência, alguns pressupostos que ancoraram nossos procedimentos metodológicos relativos às pesquisas das fontes documentais.

Propomos que, ao iniciar uma caminhada em seus primeiros passos, o historiador deve refletir sobre o que é História. De acordo com Marc Bloch (2002), a História é entendida como um campo da ciência; a história é a ciência dos “homens no tempo” (BLOCH, 2002, p. 26), sendo, então, seu objeto de estudo os próprios homens. Mais que a simples reunião de documentos, o ofício do historiador almeja o desmonte, a construção, a busca, o conhecimento sobre o passado a partir do presente, numa leitura crítica, um pensar mais elaborado, que rejeita os métodos redutores da história e a rigidez dos princípios, a metodologia enrijecida e remetida ao utilitarismo. Bloch (2002) destaca a importância de saber interrogar e como interrogar o passado.

Nesse sentido, buscamos nos desvencilhar de um olhar ingênuo sobre os documentos pesquisados acerca da criação do Grupo Escolar Coronel Júlio César em 1906 e procuramos lançar olhares e questões para esferas mais amplas da história local imbricadas no contexto

sociocultural da época, considerando-se em particular a trajetória do Professor Ataliba, marcada por sua origem social e pelo fato de ser negro, numa sociedade marcadamente racista e preconceituosa.

Levamos em conta as seguintes questões ao focalizarmos o grupo e o professor Ataliba: o que *produz* o historiador quando ‘*faz história*’? Qual é o seu ofício? Recorremos a Certeau, que nos propôs que o historiador volta-se para “[...] a enigmática relação que estabeleço com a sociedade presente [...]” (1988, p 17). As interrogações feitas por Michel de Certeau trazem consigo algumas provocações, dentre as quais destacamos duas. A primeira é que o historiador estabelece uma relação enigmática com a sociedade, porque a história tem uma íntima relação com a vida; fontes nos sugerem possibilidades de pesquisa, mas quem formula as questões é o historiador. A segunda é que o historiador constrói a história a partir do presente. Sendo assim, ele deve levar em conta, em sua pesquisa, o lugar de produção socioeconômico, político e cultural (CERTEAU, 1988) daqueles que produziram as fontes documentais que pesquisa, bem como o próprio lugar social do qual enuncia suas questões. Considerando-se que a pesquisa historiográfica:

Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias [...] Encontra-se, portanto, submetida a opressões, ligadas a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se precisa uma topografia de interesses, que se organizam os dossiês e as indagações relativas aos documentos (CERTEAU, 1988, p. 18).

É importante que o historiador problematize e indague o documento, buscando compreender o contexto em que ele foi elaborado, quem o elaborou, para o que e para quem ele se destinava. Logo, o uso e a interpretação do gênero textual e da linguagem do documento implicam uma análise crítica da época de sua produção. Ginzburg (1989, p. 151) alerta-nos para a proximidade da pesquisa historiográfica com procedimentos dos primitivos caçadores, que, por meio das pistas, rastros e sinais deixados pelos animais, conseguiam encontrá-los. Da mesma forma, o pesquisador investiga a partir dos indícios para levantar hipóteses e, então, construir uma narrativa.

Nessa direção, Bloch (2002) considera os documentos como “vestígios” de fenômenos passados. Sendo assim, a história enquanto “ciência dos homens no tempo” (BLOCH, 2002, p. 55), privilegia, além das tensões e relações humanas, o tempo em questão, que “[...] é o próprio plasma em que se engastam os fenômenos e como o lugar de sua inteligibilidade”. O tempo

histórico é “[...] o lugar cronológico nas vicissitudes das sociedades”, ou seja, ainda é marcado pela “perpétua mudança”, e um “*continuum*” (BLOCH, 2002, p. 60).

Le Goff (1990), assim como Bloch, defende que o documento não pode ser examinado sem se levar em conta quem o produziu, para quem o produziu, o contexto sociocultural que lhe deu origem e suas características materiais (suporte, formato, gênero etc.). Vale ressaltar que “O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo” (LE GOFF, 1990, p. 549). Abordar um monumento como documento deve ser uma prática singular do historiador. As sociedades de uma dada época produzem monumentos, na tentativa de perpetuar uma dada memória coletiva. Em nossa pesquisa procuramos interpretar as fontes de forma a superar esta visão ingênua. Le Goff (1990) ainda destaca algumas questões acerca da memória coletiva. Para ele,

[...] o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (LE GOFF, 1990, p. 535).

A partir disso, compreendem-se os monumentos e os documentos como produtos de uma dada realidade, produzida e preservada a partir de determinados interesses e relações de poder. Partimos também do pressuposto metodológico de que historiador deve problematizar colocar em conexões os diversos documentos da época, buscando os silenciamentos e as resistências, contextualizando-as por entre a urdidura de tensões e conflitos, promovendo um diálogo e interpretações próximas do verossímil com um contexto passado.

Foi a par de tais pressupostos que pesquisamos as fontes privilegiadas nesta pesquisa. Sendo assim, analisamos como se deu o processo de criação e instalação do primeiro Grupo Escolar de Itatiba, o Coronel Júlio César e a trajetória do Professor Ataliba, enquanto seu primeiro diretor itatibense, atentando, sobretudo, para o fato de ele ter ocupado este cargo apesar de ser filho de um ex-escravo, posto que reconhecemos que, em nosso país, práticas racistas vigiam e ainda vigem.

Ressaltamos, ademais, que esta pesquisa situa-se na área da História da Educação, insere-se na linha Educação, Sociedade e Processos Formativos do Programa de Pós-Graduação *Stricto*

Sensu em Educação da Universidade São Francisco (USF) e articula-se ao Grupo de Pesquisas Rastros: História, Memória e Educação².

Trazemos, na sequência, os procedimentos que orientaram a pesquisa documental e as entidades em que identificamos as fontes pesquisadas.

- Entidades e fontes documentais consultadas

Pesquisamos periódicos da época e outras fontes primárias localizadas: no Museu Municipal Padre Francisco de Paula Lima, no acervo da Biblioteca Municipal “Chico Leme”, no Arquivo Público Municipal, no acervo do CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo e no *site* e Arquivo do Grupo Escolar Coronel Júlio César.

Tanto no Museu como na Biblioteca Municipal da Cidade, os acervos foram acessados com facilidade, graças ao atendimento dos responsáveis pelos setores. Nos arquivos da Escola Coronel Júlio César, a pesquisa foi realizada com alguma dificuldade, pois os documentos estavam misturados em vários armários, muitos sem indicação sobre os assuntos, empoeirados e alguns rasgados, fato comum entre os arquivos permanentes da maior parte das escolas. Ressaltamos a preocupação do poder público municipal e da escola em guardar materiais de importância para que a História da Educação da cidade possa ser preservada, pois, além de documentos do Grupo Escolar Coronel Júlio César, localizamos, no arquivo escolar, documentos das primeiras escolas de Itatiba.

- Periódicos, jornais, fotografias

Em nossa pesquisa consultamos, sobretudo, periódicos e algumas fotografias locais.

Os periódicos são fontes interessantes e importantes, já que nesses documentos são revelados aspectos da linguagem e cultura do período a que se referem, características úteis para a construção do conhecimento histórico. Entretanto, não podemos construir esse saber apenas por meio dessas fontes, pois, para nos aproximarmos de um resultado satisfatório, é importante buscar outras fontes (LUCA, 2005).

Pesquisamos os jornais³ *Gazeta de Itatiba* (1904), *A Reação* (1911, 1913) e *A Tribuna* (1954, 1957, 1961, 1973). No Museu Padre Francisco de Paula Lima e na Biblioteca Municipal “Chico Leme”, os jornais estavam organizados; já no Arquivo Municipal, localizamos poucas fontes, em virtude da dificuldade na organização e disposição dos materiais.

² Os líderes do grupo são a profa. Maria de Fátima Guimarães (USF) e o prof. Elison Antonio Paim (UFSC).

³ Destacamos que os jornais “Gazeta de Itatiba”, “A Reação”, e “A Tribuna” não apresentam a numeração de páginas. Por isso, ao trazer citações, apenas colocamos o nome do jornal, o dia, mês e ano de publicação.

Pontuamos que a investigação ocorreu inicialmente na identificação e análise dos assuntos de interesse e, posteriormente, selecionamos alguns artigos de jornais, os quais digitalizamos e arquivamos eletronicamente, procedimento que facilitará futuras pesquisas sobre esta temática em Itatiba.

Rastreamos, nos periódicos locais, artigos e notas que abordassem o “progresso” e os “melhoramentos” na cidade de Itatiba, fossem esses relacionados à infraestrutura ou aos aspectos políticos e educacionais. Tivemos por objetivo, assim, entender o contexto sociocultural do período. Pesquisamos o *Almanak de Itatiba* (1905), o *Almanach de Itatiba* (1916) e o *Almanaque Literário Paulista* (1905, 1916 e 1917) visando cotejar e problematizar tais impressos no confronto com a pesquisa do jornal *Cidade de Itatiba* (1911-1973). Ao pesquisarmos documentos que se reportavam à temática e ao período privilegiados no trabalho, por vezes, sentimo-nos motivadas a recuar ou a avançar por entre as balizas temporais de pesquisa, na busca de ampliar a compreensão das questões abordadas.

Procedemos assim na tentativa de romper com uma visão ingênua e apaziguadora do passado, predominante em algumas fontes, nas quais as transformações ocorridas na cidade foram apresentadas apenas como melhoramentos oriundos do progresso econômico local e da ordem republicana recém-instalada no período. Logo, buscamos dialogar com essas fontes, problematizando a tendência de emudecerem acerca das disputas socioculturais e tensões políticas daquele contexto, em decorrência do segmento social ao qual pertenciam e defendiam.

- **Arquivo escolar**

Localizamos um acervo documental no porão da Escola Municipal de Educação Básica (E. M. E. B. Coronel Júlio César), muitos documentos datados desde o início do funcionamento desse Grupo até os dias atuais. Muitos deles estavam misturados, o que dificultou o manuseio e a consulta. Localizamos nesse arquivo livros encadernados, fotografias e cadernos. Vários documentos estavam rasgados e faltando folhas.

Vislumbramos um novo caminho para a pesquisa na própria escola, quando localizamos uma exposição com algumas fotos, recortes de jornais e documentos colados em painéis de madeira, sobre o período pesquisado, e alguns dos materiais exibidos auxiliaram nossa pesquisa. Preocupamo-nos, porém, em não direcionar nosso olhar apenas para aquelas fontes destacadas na exposição, evitando ter um olhar que se guiasse pelo recorte que orientou a organização da exposição.

- Fotografias

Localizamos algumas fotografias nas publicações dos periódicos locais impressos na virada do século XIX para o XX e nos anos que se sucedem a esse momento. Consultamos fotografias reproduzidas pelos memorialistas em seus impressos, assim como os “Postais dimensões do passado e do presente”, publicados pela Prefeitura de Itatiba em homenagem aos 151 anos da cidade, no ano de 2008, assim como toda a documentação iconográfica do processo de restauração do Grupo Escolar pertencente ao CONDEPHAAT. Sentimo-nos, ainda, estimuladas a fotografar alguns lugares e trazer essas imagens para nosso texto, com o objetivo de cotejá-las com imagens mais antigas.

Após termos apresentado nossa pesquisa, organizamos a exposição dos resultados de nosso trabalho em três capítulos distintos, que se encerram com a formulação de algumas considerações finais.

No primeiro capítulo, seguimos com vagar ao encontro da cidade de Itatiba e as marcas da modernidade, na relação com questões de gênero ancoradas na trajetória de Ataliba. Nele apresentamos o município de Itatiba e as transformações que ocorreram em sua economia e política. Levamos em conta nesse capítulo que, no período de 1850 a 1920, ocorreu a expansão cafeeira, o que ocasionou um crescimento de 6.000 para 23.000 habitantes em menos de meio século. A elevação do surto cafeeiro ocorreu pelo grande número de escravos na cidade de Itatiba. Segundo Navarra (1977, p. 19), “Em 1874, aproximadamente um terço da população de Itatiba era constituída de escravos, percentagem só encontrada em Campinas, enquanto as demais áreas vizinhas apresentavam percentagens bem menores”. No segundo capítulo, vamos ao encontro da história da educação e as possíveis conexões entre a história da cidade de Itatiba e o Grupo Escolar Coronel Júlio César, sobretudo no período em que identificamos a figura de Ataliba. Para tanto, realizamos uma revisão bibliográfica sobre a temática focalizada, contemplando a virada do século XIX para XX. Finalmente, no terceiro capítulo pontuamos com ênfase a trajetória de Ataliba, mobilizando possíveis repercussões decorrentes do fato de seu pai, Lourenço Antonio de Oliveira, ter sido um ex-escravo, que comprou a própria liberdade e de alguns familiares com um capital financeiro significativo, amealhado e consolidado mediante seu ofício de mestre de obras. Concluindo, pontuamos algumas considerações acerca do trabalho realizado, que nos endereçam para novas questões e possibilidades de pesquisas futuras.

1. FLAGRANDO CONEXÕES: DA MODERNIDADE ÀS TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS E POLÍTICAS DO PERÍODO (1890-1920)



Figura 2: Vista panorâmica de Itatiba
Fonte: *Almanach de Itatiba*, 1916.

Na vista panorâmica da cidade de Itatiba é possível observar algumas características da ocupação urbana, do arruamento e de sua arquitetura, em meados do século XIX. Os quarteirões traziam uma simetria e a matriz figurava na parte central e mais alta da cidade. Temos também, na imagem, o registro de alguns prédios construídos naquela época, localizados próximos da matriz, assim como o Grupo Escolar Coronel Júlio César, apresentado à sua esquerda. Chamamos a atenção para a presença de áreas verdes na parte central e ao fato de que, na maioria das casas, as portas e janelas dão diretamente para a rua. Observamos, na parte baixa da cidade, a localização de uma fábrica.

Na década de 1870, período que antecede o recorte temporal da pesquisa, a industrialização se expandiu drasticamente, com a Segunda Revolução Industrial, também chamada Revolução Científico-Tecnológica, fato que determinou que a demanda por matéria-prima se intensificasse, gerando disputas e uma nova divisão internacional de áreas do planeta até então não colonizadas, quando tivemos o neocolonialismo ou imperialismo. O resultado dessa política expansionista atrás de novos mercados foram as guerras e revoltas ocorridas na

época (COSTA; SCHWARCZ, 2000). Essa política ia ao encontro de uma demanda inscrita no próprio avanço capitalista:

Não bastava [...] às potências incorporar essas novas áreas às suas possessões territoriais; era necessário transformar o modo de vida das sociedades tradicionais, de modo a instilar-lhes os hábitos e práticas de produção e consumo conformes ao novo padrão da economia de base científico-tecnológica. Foram essas tentativas de mudar as sociedades, suas culturas e costumes seculares, que desestabilizaram suas estruturas arcaicas, desencadeando uma série de revoltas [...] entre a metade do século XIX e o início do século XX.

A Revolução Industrial resultou na aplicação das mais recentes descobertas científicas aos mais diferenciados ramos dos processos produtivos industriais. A eletricidade potencializou a produção, propiciando o avanço da metalurgia e da produção de derivados de petróleo. Além disso, o desenvolvimento da microbiologia, bioquímica, medicina, farmacologia, entre outros, modificaram drasticamente o cotidiano dos diferentes segmentos sociais. Para Costa e Schwarcz (2000), em fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, muitas transformações ocorreram na sociedade. Essa era uma época conhecida como a “era da ciência”, quando a velocidade e rapidez eram os lemas do momento. Nesse ambiente, surge na burguesia industrial um sentimento de orgulho de seu avanço, pois via na ciência a possibilidade de expressão de seus mais altos desejos, buscando domesticar a natureza a partir de uma miríade de invenções sucessivas (COSTA; SCHWARCZ, 2000).

Emerge, então, uma outra sociedade na esteira de um mercado movimentado pela produção e reprodução das condições materiais necessárias para sobrevivência, por meio do trabalho assalariado no espaço urbano, colocando em segundo plano o trabalho no campo. Esse acontecimento provocou mudanças na forma de conceber o trabalho, antes apoiado no seu saber fazer e na produção ligada ao tempo cíclico da natureza, passando a ser mediatizado por um valor em dinheiro (salário) pago ao trabalhador e pelo uso crescente de máquinas, o que levou à perda de autonomia desse assalariado sobre seu ritmo de trabalho e a perda de seu saber fazer. Enquanto isso, seu tempo passou a ser sinônimo de dinheiro (THOMPSON, 1981).

À aurora do século XX, a *Belle Époque*⁴ caracterizava-se pelas mudanças de visões de mundo, incidindo diretamente sobre as artes, a arquitetura, a filosofia, a psicanálise etc. Convivia-se com a euforia das novidades, com o desespero e o desamparo. O medo do novo e a

⁴ Ver o texto SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando A; SEVCENKO, Nicolau. (Org.). História da vida privada no Brasil 3: república da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

utopia da certeza de dominar a natureza, de prever o futuro, a certeza das teorias deterministas e dos “sonhos ilimitados” (COSTA; SCHWARCZ, 2000, p. 27).

Ocorre então, nesse período, sobreposição de diferentes interesses e conflitos socioculturais. Benjamin (1989) propõe que o espaço urbano foi, naquele momento, demarcado e higienizado para viabilizar o ordenamento para sua ocupação e seu uso. Esse ordenamento seria resultado de um planejamento baseado em dados estatísticos e sanitários, com o objetivo de controlar epidemias e revoltas urbanas e, ainda, disciplinar o tempo de trabalho e de lazer da população urbana. Nesse aspecto, as relações de poder propiciaram a transposição do modelo do “saber fazer” das classes trabalhadoras para a racionalidade instrumental – onipotente e totalitária –, levando à ilusão da impossibilidade de outra alternativa ao desenvolvimento técnico que não aquela centrada no modelo fabril (BUENO, 2007).

A disciplina industrial emergiu com o capitalismo, impondo um ritmo ao trabalho produtivo que se pautava por um tempo cronometrado matematicamente pelo relógio, o que propiciou a emergência de uma sensação de tempo acelerado e do encurtamento das distâncias (THOMPSON, 1998), por conta do desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação. A sociedade, que se pautava pelo ritmo lento e compassado, medido por forças de tração animal, era remetida às escalas técnicas abstratas (volts, ampères, watts, etc.), com ritmos, velocidades e intensidades alterados, que propiciaram a consolidação de um modo de vida acelerado e mecanizado: “[...] é dentro dessa configuração histórica (moderna) definida a partir da passagem do século, que encontramos nossa identidade” (SEVCENKO, 1998 p. 11). Logo, a Revolução Científico-Tecnológica alterou hábitos, costumes, mas também o ritmo e intensidade do trabalho, das comunicações, do transporte, para muitos contemporâneos daquela época.

[...] esse o momento das realizações, da efetivação de projetos de controle das intempéries naturais. Ainda não pairava no ar o cheiro da guerra; a ideia do conflito parecia controlada pela fantasia do progresso e os novos avanços técnicos traziam a confiança de um domínio absoluto sobre a natureza e os homens (COSTA; SCHWARCZ, 2000, p. 11).

Matos (2008) aponta, ainda, que no final do século XIX o processo de mundialização da economia intensificou a circulação de mercadorias, pessoas, culturas e ideias. Diante desse novo processo de circulação de capital, destaca-se uma ampla gama de objetos de consumo que circulavam nesses lugares. A venda de mercadorias era otimizada com a criação de anúncios, exibidos por meio de catálogos e periódicos para veicular as informações dos produtos, que iam desde “barbatanas para uso dos colarinhos masculinos” até “uma estação ferroviária, como a da

Luz/SP, inteiramente importada da Inglaterra” (MATOS, 2008, p. 235). Sob o fluxo do comércio e crescimento financeiro, o desejo de modernização se expandia. Toda a gama de produtos e influências que adentravam no Brasil tinham em sua maioria, o padrão europeu em destaque.

Entravam pelo[s] porto[s] vários modelos que passaram a ser difundidos: modas, modos, hábitos, costumes, estilos, sensibilidades, modelos, não só de como se vestir, se alimentar, de como se morar, mas padrões de comportamento masculino e feminino, de como receber e ser recebido, de como namorar, novas noções de higiene, de civilidade e de modernidade (MATOS, 2008, p. 236).

Novas mercadorias entravam pelos portos para ser difundidas. Novas redes de sociabilidades foram construídas no rastro das transformações sociais ocorridas, que podem ser evidenciadas na nova conformação que o espaço urbano passa a ter. Surgiam as praças, as avenidas, a iluminação, os automóveis no lugar dos burros, as máquinas fotográficas, despontava o cinema. Os ritmos e fluxos das cidades se alteravam. Diante da organização da cidade, da remodelação do espaço urbano e rural diante das novas demandas do mercado, a cidade é reorganizada sob o olhar do médico e do engenheiro, que influenciam no delineamento do espaço urbano. É uma reordenação do espaço, para consolidar o projeto de modernidade. Nas grandes cidades brasileiras foram criados institutos, sociedades, museus e escolas; o poder público reestruturava o espaço urbano: “Ruas, praças e becos eram remodelados ou desapareciam, numa cruzada em nome da civilização” (COSTA; SCHWARCZ, 2000, p. 34), do progresso e da higiene (GUIMARÃES, 2013). Para Matos (2008, p. 239), os pressupostos de higienização somavam-se ao binômio civilização e progresso, desejo da *Belle Époque*.

Naquele contexto, o Brasil espelhava-se na expansão dos negócios, na cultura, nos costumes e na moral europeia e dos Estados Unidos. Instaura-se paulatinamente uma nova ordem econômica e social no país. No Brasil, segundo Sevcenko (1998, p. 12-13), as elites desejavam a modernização e industrialização do país a qualquer custo. A República, na perspectiva daqueles que a defendiam, representava a modernização e o avanço do país. Uma batalha de símbolos foi travada: bandeiras, hinos, heróis e nomes são alterados ou substituídos com a intenção de demarcar mudanças, com a intenção de varrer o passado e instalar o progresso a todo o custo (PESAVENTO, 1994).

Enfim, a intensidade e rapidez das transformações gerou uma desestabilização social e das culturas tradicionais, propiciando muitas revoltas em todo o território brasileiro, dentre as quais destacamos Canudos (1896 a 1897), no interior da Bahia, nordeste, e a do Contestado (1912 a 1916), no sul do Brasil (SEVCENKO, 1998).

Hilsdorf (2006) destacou várias transformações experienciadas pelo período, dentre elas: a circulação do positivismo e da defesa das ciências modernas como condição para o progresso pelos homens daquele período. Uma nova geração de intelectuais⁵ (chamados “a geração de 1870”) brasileiros se inspira no positivismo de Auguste Comte. Também destacou o crescimento das indústrias, a urbanização, a nova forma de organização do trabalho, a formação do proletariado urbano por imigrantes estrangeiros, nacionais, a situação de ex-escravos marginalizados. Fausto (1976), ao abordar a classe operária brasileira, afirma que a composição étnica da classe trabalhadora é um dos seus determinantes estruturais que deve ser levado em consideração no primeiro período da sua formação e apresenta a classe imigrante como importante grupo social responsável pelas transformações ocorridas em São Paulo, na virada do século XIX para o século XX, já que desempenhou papel crucial no primeiro surto industrial, no que diz respeito à ampliação do mercado de trabalho e de consumo: sua preferência pelos setores comercial e industrial, já que tinham dificuldades de acesso à propriedade da terra.

Os republicanos pretendiam, com a imigração, resolver o problema da mão de obra após a abolição da escravatura. Inicialmente, o destino da maioria desses imigrantes foram as fazendas de café, mas paulatinamente muitos se deslocaram para as cidades, “[...] muitos trazendo na bagagem alguma experiência de trabalho, além das ideias socialistas e principalmente anarquistas, que irão se disseminar nas duas primeiras décadas do século XX, na tentativa de melhorar as duras condições de vida a que estavam submetidos” (COSTA; SCHWARCZ, 2000, p. 37). Enquanto o operariado é composto por imigrantes em sua maioria, os brasileiros pobres e ex-escravos eram minoria nas fábricas e vagavam pelas ruas prestando serviços de vendedores ambulantes, carregadores, carroceiros, lavadores de roupas etc.

Em São Paulo, conforme Dallabrida e Teive (2011), a mão de obra imigrante assalariada e cafeicultura tornaram o Estado o mais rico da federação brasileira. A lavoura cafeeira prospera a partir de 1870, e São Paulo se torna a “metrópole do café”, o que implicou alterações profundas nas funções e espaços da cidade e da então província. As estradas de ferro se expandem e a produção de máquinas agrícolas também, gerando larga discussão técnica sobre a mão de obra e a mecanização do cultivo. A partir de 1880, o uso de máquinas na lavoura se torna mais comum. Essa dinâmica cria a necessidade de bases técnico-científicas para a agricultura, contudo, os métodos de colheita do café continuavam como nos tempos de escravidão. O ano de 1897 foi marcado pela superprodução do café, que começava a superar o consumo mundial (PESAVENTO, 1994). Na mesma direção, Matos (2008) destaca que a produção cafeeira na

⁵ Dentre os quais, destacamos: Miguel Lemos, Silvio Romero, Alberto Sales, José Veríssimo.

segunda metade do século XIX era crescente. O porto de Santos foi utilizado com maior intensidade.

O final do século XIX, em São Paulo, foi marcado pela difusão e circulação das ideias e práticas educativas, disseminadas por meio dos congressos, das exposições internacionais. Esses acontecimentos permitiam a troca de saberes relativos, inclusive, aos modelos pedagógicos da escola primária. A educação pública passou a ser valorizada e requisitada por diferentes segmentos sociais. Foram várias as comissões de intelectuais e políticos enviadas para fora do Brasil (SCHELBAUER, 2011), com o objetivo de entrar em contato com as propostas e métodos mais avançados do que havia em termos de educação na Europa e Estados Unidos.

O final do século XIX desencadeou, ainda, a institucionalização das escolas primárias, uma construção social e histórica, que deve ser considerada atentando-se para as lutas políticas necessárias para que isso ocorresse. A institucionalização das escolas estava imbricada, nesse momento, com o debate sobre o regime monárquico, que não correspondia mais aos novos interesses emergentes, representativos dos ideais de progresso, modernização e civilização da sociedade brasileira, no interior das transformações socioculturais da modernidade. A República representava essas ideias; sendo assim, a institucionalização das escolas também foi ao encontro do que alguns representantes das elites letradas desejavam: a “formação da nação brasileira”, pois a “instrução poderia formar na população nacional as condições para a cidadania e para a modernização da nação” almejada (SCHELBAUER, 2011, p. 27).

Em tal cenário, a educação foi compreendida como:

[...] o *locus* para a formação dos futuros cidadãos, na emergência de novas relações de trabalho, de mudanças na ordem política e ingresso de levas de imigrantes, processos que legam à escola a importante finalidade de unificar o Estado/Nação, modernizando-o por meio da instrução pública (SCHELBAUER, 2011, p. 41).

A seguir, analisamos alguns aspectos desse processo de mudanças no “*fin de siècle e na belle époque*”, privilegiando algumas questões que se entrecruzam com a educação no Brasil. No contexto da época, fins do século XIX e começo do XX, em que civilização e modernidade se faziam palavras de ordem, alguns símbolos do progresso urbano passavam a ser desejados, como: a luz elétrica, a pilha, a locomotiva, o telégrafo, o navio a vapor, os meios de comunicação e transporte, entre outros (COSTA; SCHWARCZ, 2000). Nesse mesmo sentido, destaca Magalhães (2012, p. 44):

No que diz respeito à noção de progresso, à evolução geral de uma economia-mundo, à acumulação centrada no etnocentrismo ocidental, e no que se refere à evolução do conceito de ciência e da tecnologia, a Modernidade assentou basicamente na cultura escrita, como representação, intelectção, organização/mobilização, acção. No quadro escolar, a cultura escrita plasmou a noção de progresso como crescimento e desenvolvimento.

Assim, dentre muitos “melhoramentos” para Itatiba como pontuam os periódicos da época, estão a iluminação pública, a estrada de ferro, o cemitério, o matadouro, a cadeia, o lazareto entre outros, como discutiremos no próximo capítulo. Diante do desenvolvimento da cidade, a educação não é esquecida, pelo contrário, é enaltecida posto que é um dos temas mais candentes para os republicanos:

A radical transformação operada pela Republica no tocante é a instrução publica em nosso Estado, deu origem a organização dos grupos escolares e Itatiba não foi das ultimas cidades a se prover de um estabelecimento de instrução na altura das suas necessidades e que respondesse realmente aos interesses as instrução das crianças do Município.

Já ia longe o tempo em que o mestre ensinava com vantagem a soletrar, a ler as cartas de nome e as cartas de fóra, a decorar a argumentar a taboada a bôlo. Itatiba possuía desde alguns annos trez escolas publicas primarias para meninos e outras tantas para meninas e, em 1896, a Camara Municipal obteve após muito pedir, do Governo do Estado, a creação de um Grupo Escolar em Itatiba (ALMANACH DE ITATIBA, 1916, p. 58-59).

Dessa forma, no período pesquisado, a educação passa a ser uma das questões mais caras para o poder público centralizado nas mãos dos republicanos, e não foi diferente em Itatiba. Tão logo foi proclamada a República, os governantes do estado de São Paulo investiram na organização de um sistema de ensino modelar (CARVALHO, 2000). Em consequência, estrategicamente, foi criada a escola paulista, simbolizando o progresso instaurado pela República, funcionando como dispositivo de luta e de legitimação na consolidação da hegemonia desse estado na Federação. A criação e implantação de um grupo escolar em Itatiba seguiu nessa esteira.

1.1 Grupos Escolares

A educação, as modificações na organização do ensino primário e as novas obrigações que caberiam ao Estado emergiram como questões a serem enfrentadas pelo governo republicano. O novo regime repensou o modelo de escola e planejou aquele que melhor atendesse a seus ideais: civilizatórios, europeizantes, para a escolarização de um povo iletrado

(BENCOSTTA, 1996). Carvalho (2000, p. 227) considera que “[...] na nova lógica, o analfabetismo é alçado ao estatuto de marca da inaptidão do país para o progresso. Erradicá-lo é a nova prioridade na hierarquia das providências de reforma educacional [...]”.

Então, pelo Decreto de 12 de março de 1890, ocorreu a Reforma Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo. Segundo Guimarães (2013, p. 33-34), ela foi:

[...] encabeçada pelo médico paulista Antonio Caetano de Campos (1893), durante o governo de Prudente de Morais (1891-1894), que se consolidou como exemplar para os demais estados da federação. Em agosto de 1893, Caetano de Campos instituiu um novo modelo de organização do ensino primário: o grupo escolar.

Para Caetano de Campos, a garantia de sucesso desse modelo de escola proposto em sua Reforma implicava a presença de mestres formados no exterior, para os alunos-mestres da Escola Modelo, além de material escolar importado, bem como prédio apropriado e a “criação de bons moldes” de ensino (CARVALHO, 2000, p. 226). Essa reforma foi fundamentada nos princípios da escola pública, gratuita, obrigatória e laica. A formação do professor era um fator fundamental (CARVALHO, 2000). Souza (2004) destaca que, em 1893, foram criados os primeiros grupos escolares em São Paulo. Para Guimarães (2013, p. 36):

O processo de implantação dos grupos escolares não foi uniforme em todo o País [...] Inicialmente, eles foram criados nas grandes cidades, o que não significou o imediato fechamento das escolas isoladas, que acolhiam em uma mesma sala crianças de série diferentes sob responsabilidade de um único professor e das escolas reunidas, que tiveram sua origem no agrupamento das classes das escolas isoladas em um mesmo prédio, com organização seriada e também com uma única pessoa assumindo as funções de professor e diretor. Nesses grupos havia quatro ou cinco séries.

Chamamos a atenção para a existência e continuidade das escolas isoladas e reunidas mesmo após a criação dos grupos escolares, em todo o país. Criar os grupos escolares significou romper com a experiência escolar do império denominada e identificada pelos republicanos como atrasada do Império, e erigir um símbolo republicano de modernização e progresso (BENCOSTTA, 1996; CARVALHO, 2000; SOUZA, 2004). Segundo BENCOSTTA (1996), o debate entre os intelectuais, políticos e educadores paulistas fluía para um tipo de escola primária que pretendia ser moderna e diferente daquela existente no Império. Entretanto, o autor destacava a carência de edifícios, livros didáticos e mobiliário, além da precariedade de pessoal docente qualificado para o ensino de crianças e a distância dos modernos métodos pedagógicos.

Nesse sentido, para a recém-instalada república brasileira, a experiência inovadora dos então chamados grupos escolares foi entendida como um investimento que contribuiria para a consolidação de novo tipo de educação, que pretendia ser popular e universal, levando ao esquecimento da experiência do Império. Carvalho (2000, p. 226) explica que o grupo escolar acolhia

[...] a modernidade pedagógica pretendida e o ‘método intuitivo’⁶ [...]. Ensino seriado, classes homogêneas, e reunidas em um mesmo prédio, sob uma única direção, métodos pedagógicos modernos dados a ver na Escola Modelo anexa à Escola Normal e monumentalidade dos edifícios em que a Instrução Pública se faz signo do Progresso... .

Na época, anexas à Escola Normal, funcionavam duas escolas-modelo primárias – uma para meninos e outra para meninas. Assim, os normalistas, alunos-professores, poderiam experimentar e praticar a regência (CARVALHO, 2000; GUIMARÃES, 2013). Dallabrida e Teive (2011) também afirmam que os republicanos paulistas, reestruturaram a Escola Normal de São Paulo apoiados nos princípios da Pedagogia Moderna, que trazia como inovação a criação de uma “escola modelo”, guiada pelo método intuitivo e por novas práticas pedagógicas. Ataliba foi um dos normalistas que se formou nesta Escola Normal da Praça da República e que ajudou a disseminar seus preceitos e métodos ao longo de sua trajetória profissional, porque ele ocupou diferentes cargos no magistério em diferentes cidades do interior paulista, assim como muitos colegas contemporâneos seus.

Os grupos escolares trouxeram novidades, para além da sua racionalidade funcional, a demarcação do tempo:

[...] a mobília que substituía os torturantes bancos sem encostos; o quadro negro; o material escolar vinculado ao novo método que marcaria a história do ensino primário brasileiro – o método intuitivo ou lições de coisas - que previa o uso de mapas, gabinetes, laboratórios, globos, figuras e quadros de Parker, dentre outros, a fim de facilitar o desenvolvimento das faculdades de apreensão sensorial dos alunos; a instrumentalização das leituras didáticas repletas, diga-se de passagem, de uma linguagem que, a todo o momento, procurava enaltecer os brios republicanos (BENCOSTTA, 1996, p. 71).

⁶ De acordo com Vidal (VIDAL; FARIA FILHO, 2000, p. 510), a partir do método intuitivo “o aluno era instado a observar fatos e objetos com o intuito de conhecer-lhes as características”. Passos e Pavan (2012, p. 235) explicam também que o método intuitivo “tratava-se de uma abordagem indutiva pela qual o ensino deveria ser simultâneo, homogêneo e padronizado, partindo do particular para o geral, do conhecido para o desconhecido, do concreto para o abstrato”.

No *Almanach de Itatiba* de 1916 (p. 60) encontramos colocações sobre o Grupo Escolar de Itatiba e seu método, que vão ao encontro do que Bencostta afirmou:

[...] como é mais suave, como é mais racional o methodo da educação moderna e como mais facilmente se aprende as disciplinas do curso preliminar em comparação com os velhos methods das escolas antigas em que os mestres infundiam mais medo que sciencia aos seus discipulos.

Mais uma vez é possível notar o ideal de educação moderna atrelado ao novo método de ensino da nova forma escolar – o método intuitivo. Buscando os antecedentes de uma nova organização escolar, Bencostta (1996, p. 69) pontua a decisão dos membros do Congresso Constituinte, na Constituição de 1891, quando estabelecem que “[...] caberia aos Estados e municípios a responsabilidade pela organização, implementação e manutenção do ensino primário, esvaziando a possibilidade do governo central assumir tais responsabilidades”. Logo, o governo federal se eximiu de responsabilidade quanto ao ensino primário.

Dessa forma, o Distrito Federal (Rio de Janeiro) e o estado de São Paulo foram as primeiras unidades federativas a implementar, ainda no século XIX, as reformas que resultaram em um sistema público de ensino primário gratuito. Essas iniciativas serviram de modelo aos demais estados, já que o governo central não formulou qualquer nova proposta (BENCOSTTA, 1996) nesse sentido.

Os grupos escolares eram também conhecidos como escolas graduadas:

A escola graduada fundamentava-se [...] na classificação dos alunos pelo nível de conhecimento em agrupamentos supostamente homogêneos, implicando a constituição das classes. Pressupunha, também, a adoção do ensino simultâneo, a racionalização curricular, controle e distribuição ordenada dos conteúdos e do tempo (graduação dos programas e estabelecimento de horários), a introdução de um sistema de avaliação, a divisão do trabalho docente e um edifício escolar compreendendo várias salas de aula e vários professores. O modelo colocava em correspondência a distribuição do espaço com os elementos da racionalização pedagógica – em cada sala de aula uma classe referente a uma série; para cada classe, um professor (SOUZA, 2004, p. 114).

A escola graduada adotou um determinado padrão de ensino, transformando os saberes em matérias de ensino, em disciplinas, o que resultou numa racionalização do tempo e do espaço, em práticas ritualizadas e também simbólicas. Acreditamos que a racionalidade fabril parece ter inspirado este modelo escolar.

Souza (2004) salienta que os primeiros grupos escolares atrelaram a arquitetura à racionalidade pedagógica. Muitos edifícios foram projetados num estilo neoclássico e eclético, e

se tornaram, pela sua monumentalidade e suntuosidade, signos de prestígio para os republicanos, tornando-se parte de um imaginário social que identificava, na arquitetura desses grupos, o símbolo da excelência em educação no período. Nessa perspectiva,

O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também [...] por símbolos, alegorias, rituais e mitos. Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos. Na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas (CARVALHO, 1990, p. 10-11).

Logo, o grupo escolar tomado como símbolo do desenvolvimento, do progresso, passa a exigir da população uma nova postura e conduta, de forma a enaltecer, para além do modelo educacional republicano, a própria República recém-proclamada e seu *status quo*.

Além disso ao considerarmos que naquele contexto tivemos um avanço na urbanização do país, acreditamos que seja pertinente retomarmos Pinto (2012, p. 119), quando afirma que “[...] o aspecto monumental dos edifícios dos grupos escolares paulistas [estava vinculado] a modernização das cidades”:

O grupo escolar fazia parte [de um] conjunto de melhoramentos urbanos, tornando-se denotativo do progresso de uma localidade. Ele era um símbolo de modernização cultural, a morada de um dos mais caros valores urbanos – a cultura escrita. [...] Eles representavam também sinal de prestígio para a cidade [...]. Por isso, a sua criação era vista como uma vitória política decorrente dos esforços das autoridades locais, mediada pelo jogo político. [Então] é preciso ver os grupos escolares no interior dos projetos de modernização e de construção de novas formas de gestão das cidades e de seus habitantes implementados pelo poder público no estado de São Paulo, a partir do final do século passado [século XIX] (PINTO, 2012, p. 119).

Talvez, por isso, a Câmara de Itatiba tenha optado por adquirir um local próximo ao centro da cidade, distante do Largo do Rosário, para a construção do primeiro grupo da cidade. Também foi uma preocupação das administrações dos estados brasileiros a construção de edifícios específicos para os grupos escolares. O espaço urbano era privilegiado para a sua edificação. Além disso, “em regra geral, a localização dos edifícios escolares deveria funcionar como ponto de destaque na cena urbana, de modo que se tornassem visíveis, enquanto signos de um ideal republicano, uma gramática discursiva que enaltecia o novo regime” (BENCOSTTA, 1996, p. 70). O saber médico contribuiu também para a organização da arquitetura escolar, do ensino e até sobre a prática e aprendizado das crianças. Os alunos, a família consanguínea e os

professores eram os destinatários das prescrições médicas, a fim de promover uma moralidade higiênica (GONDRA, 2000), promovida no âmbito escolar.

Faria Filho e Vidal (2000, p. 25) destacam com ênfase que os projetos arquitetônicos dos grupos escolares eram:

Monumentais, [...], na sua maioria, eram construídos a partir de plantas-tipo em função do número de alunos, em geral 4, 8 ou 10 classes, em um ou dois pavimentos, com nichos previstos para biblioteca escolar, museu escolar, sala de professores e administração. Edificados simetricamente em torno de um pátio central ofereciam espaços distintos para o ensino de meninos e de meninas. À divisão formal da planta, às vezes, era acrescido um muro, afastando rigidamente e evitando a comunicação entre os dois lados da escola. Esses prédios tinham entradas laterais diferentes para os sexos. Apesar de padronizados em planta, os edifícios assumiam características diversas, sendo-lhes alteradas as fachadas.

A década de 1910 foi marcada pelo dilema da erradicação do analfabetismo. Nos anos 20 sedimentou-se essa discussão e a crença de que a educação escolar poderia solucionar os problemas, aprimorar a população, principalmente os mestiços e negros, que carregam o estigma de “criaturas primitivas” propensas à vadiagem, bem como os imigrantes, que passaram dos signos de vigor e disciplina para os de fermentadores da anarquia (CARVALHO, 2003).

Segundo Carvalho (2000, p. 228), a alfabetização foi tomada como prioridade: “Alçando o analfabetismo à ‘questão nacional por excelência’ e priorizando a extensão da escola às populações até então marginalizadas é que se implanta em São Paulo a Reforma Sampaio Dória”. Ela foi estabelecida pelo Decreto nº 1.750, de 8 de dezembro de 1920, revogada em 1925. Destacamos que a emergência e consolidação do modelo escolar dos Grupos consolida a cultura escrita em detrimento da cultura oral, paulatinamente desvalorizada e colocada como marca dos segmentos sociais mais atrasados e incultos. É digno de menção que em nosso país os analfabetos conquistaram o direito ao voto apenas em 1988.

Desse modo, as reformas mencionadas neste trabalho transformaram o cenário educacional em fins do século XIX e início do século XX e, assim, uma nova forma escolar, chamada moderna pelos republicanos, foi legitimada e firmou-se no Brasil.

No próximo capítulo, nos aproximaremos de Itatiba e do contexto sociocultural e político em que tivemos a criação do Grupo Escolar Coronel Júlio César através de um diálogo que promovemos entre as diferentes fontes documentais consultadas.

2 CONEXÕES ENTRE ITATIBA E O GRUPO ESCOLAR CORONEL JÚLIO CÉSAR

Neste segundo capítulo vamos ao encontro da história da educação e as possíveis conexões entre a cidade de Itatiba e o Grupo Escolar Coronel Júlio César, sobretudo no período em que identificamos a figura de Ataliba, o primeiro diretor itatibense filho de ex-escravo. Para tanto, cotejamos a temática focalizada com contribuições teórica de autores que se voltam sobre esta questão, e contemplamos a virada do século XIX para XX em franco diálogo com nossas fontes.

2.1 Um pouco das origens de Itatiba

A cidade de Itatiba é um município do estado de São Paulo. Na atualidade, faz parte da Região Metropolitana de Campinas, localizando-se ao noroeste da capital do estado. Possui uma área total de 322 km², representando 0,13% da área do estado. Sua área urbana é de 26,12 km² e a rural é de 296,16km². Faz limite com as cidades de Bragança Paulista, Jundiaí, Louveira, Vinhedo, Valinhos, Morungaba e Jarinu.

Entre os anos de 1804 ou 1805, tem sua origem em um povoado às margens do Rio Atibaia. De acordo com Gabuardi (2004) e Navarra (1977), os primeiros moradores eram fugitivos das prisões das vilas de Atibaia e Santo Antonio da Cachoeira (atual cidade de Piracaia).

Esta ideia vai ao encontro do artigo do major Eugênio Joly, publicado em 1875, no *Almanaque Literário Paulista* (GABUARDI, 2004), segundo o qual uma escolta comandada pelo capitão Lourenço Antonio Leme foi no encalço dos fugitivos. Descobertos pela escolta, os sobreviventes se embrenharam ainda mais pela mata, criando esse povoado. Ao retornar para Atibaia, a escolta teria noticiado a existência de solo rico e fértil banhado pelo Rio Atibaia. A notícia espalhou-se, iniciando-se uma corrente migratória de famílias dos desbravadores que foram se assentando onde hoje é Itatiba.



Figura 3: Mapa focalizando a cidade de Itatiba
 Fonte: *Google Maps*.

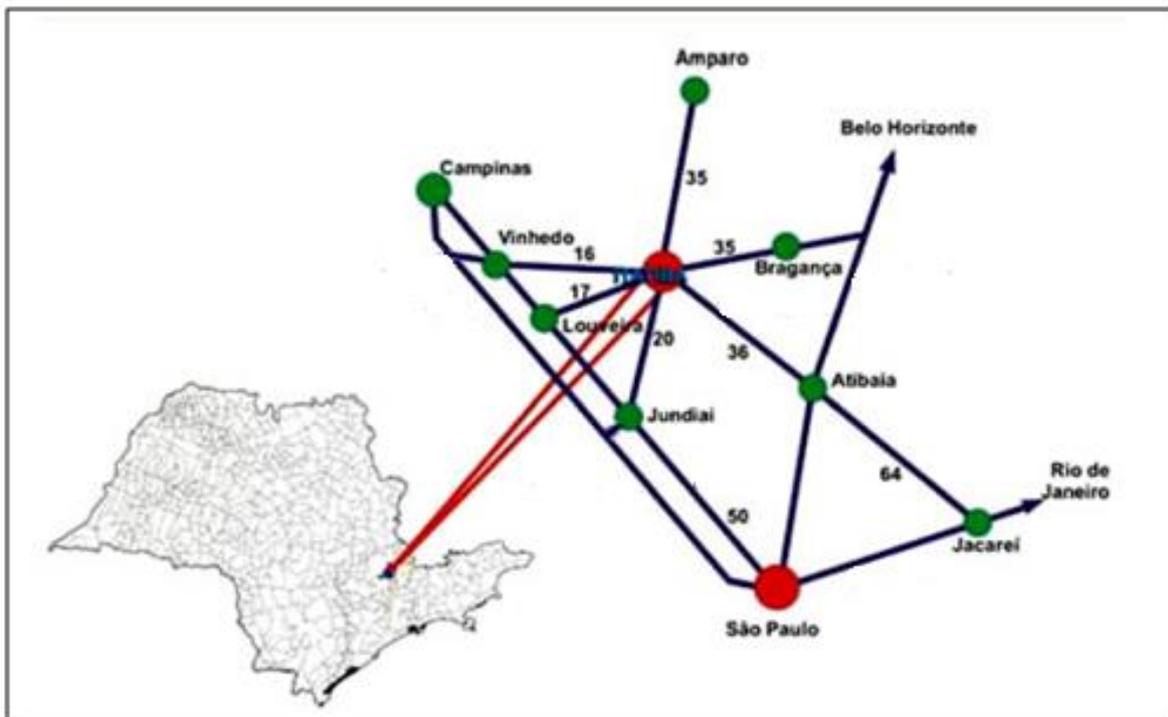


Figura 4: Mapa
 Fonte: *Site da Prefeitura Municipal de Itatiba*. Disponível em:
 <<http://www.itatiba.sp.gov.br/Sobre-Itatiba/como-chegar.html>>.

Segundo o *Almanach de Itatiba* (1916, p. 24), iniciou-se uma “corrente interessada de imigração” [...]. Os denominados “gente de Lourenço Leme” prestavam elogios tanto a Atibaia como a Jundiahy pelas demandas das ricas paragens. Vieram entre os imigrantes os fundadores dos bairros dos Pereiras, José Pereira, e dos Coutos, Joaquim de Moraes.

Pelo Decreto Imperial de 9 de dezembro de 1830, criou-se a Freguesia de Nossa Senhora do Belém, na então Vila de Jundiaí. Dos anos de 1810 a 1830 noticia-se o crescente número de moradores, o crescimento econômico da região e a construção de uma capela que impulsionava o poder local a pedir o nome de Freguesia, o que veio a ocorrer somente em 1830. Em 20 de fevereiro de 1857, a Assembleia Legislativa da Província de São Paulo promulga a Lei Estadual nº 553, que elevou a Freguesia à Villa Nossa Senhora de Belém de Jundiaí. Belém de Jundiahy permaneceu por 18 anos subordinada à Vila de Jundiahy. Em 16 de março de 1876, conquistou a independência econômica de Jundiaí a Cidade de Nossa Senhora de Belém de Jundiaí. É possível observar nas fontes a referência ao crescimento da produção agrícola, ao crescimento econômico da cidade. Camargo (JORNAL DE ITATIBA, 2003, p. 15) destaca que toda a riqueza não foi distribuída de forma igualitária, mas acumulada nas mãos dos “Barões do Café”.

O crescimento da vila gerava novas demandas sociais. E as condições para que acontecesse a execução de obras e a criação de instituições exigiam manobras políticas. Marques (2008) ainda afirma que o próximo passo foi alterar o nome da cidade, pois a denominação “Bethlém de Jundiahy” poderia sugerir que a cidade ainda tinha pertencimento a Jundiaí. Conforme o *Almanach de Itatiba* (1916, p. 33),

Por lei provincial n. 18 de 16 de Março de 1876 a Villa de Belém de Jundiahy foi elevada á categoria de cidade com a mesma denominação até que pela lei n. 80 de 3 de abril de 1877 passou a cidade denominar-se Itatiba, a pedido da Camara Municipal que allegava a possibilidade de se confundir a primitiva denominação com outras semelhantes que existiam na Provincia.

Camargo (JORNAL DE ITATIBA, 2003, p. 15) acrescenta que, em 8 de maio de 1877, por solicitação dos vereadores na Assembleia Legislativa da província, pela Lei Provincial nº 36, a cidade recebe o nome de Itatiba, que em tupi significa grande quantidade de pedra.

Retomando a história local, dentre os pioneiros que se assentaram na região, encontravam-se José Pereira, Joaquim de Moraes, cabo de ordenanças João de Assumpção, Salvador Lopes (fundador do bairro dos Lopes) e Antônio Rodrigues da Silva, vulgo “o Sargentão”, que havia trazido consigo uma imagem barroca de Nossa Senhora de Belém e, realizando seu culto e devoção, erigiu, em 1814, nas margens do ribeirão Cachoeira, uma

pequena capela (GABUARDI, 2004). Logo a figura do capelão aparece para tomar conta da capela e do culto, que se tornava, segundo o *Almanach de Itatiba* (1916, p. 24-25) “[...] cada vez mais intenso e agrupava cada anno, aos pés da Virgem, um numero mais elevado de fiéis [...]”.

Com auxílio de um amigo, em 1823, Sargentão adquire um terreno próprio na colina vizinha e, no mesmo ano, conseguiram a escritura e as terras foram registradas no cartório de Jundiaí. Com a doação da capela do Belém, inicia-se o desenvolvimento da cidade, hoje constituindo o centro da cidade, de onde surgiram as primeiras ruas, praças e casas de Itatiba. Uma capela maior, chamada Igreja do Rosário, é construída em 1827, “no alto da colina vizinha”, onde seria, na época, o Largo do Rosário (ALMANACH DE ITATIBA, 1916, p. 25). Contudo, segundo as fontes a capela tornava-se pequena diante do grande número de habitantes da freguesia, quando “[...] os moradores” resolveram construir uma Igreja Matriz, em 1833, mas que só ficou pronta no ano de 1853.

De acordo com Gabuardi (2004), a primeira missa foi celebrada pelo Padre Miguel Corrêa Pacheco. A torre da igreja começou a ser construída em 1874, com recursos obtidos de uma loteria autorizada pela Província de São Paulo. A construção da torre foi concluída em 1880; o relógio, que funciona até hoje, foi doado por José Manoel de Castro. Atualmente, a igreja é denominada Basílica Menor de Nossa Senhora do Belém.

É importante pontuar que, nos almanaques, a imagem que é valorizada é a da Igreja Matriz. Talvez porque as igrejas do Rosário eram locais para a frequência de negros.



Figura 5: Igreja Matriz
Fonte: *Almanach de 1916*

A imagem que apresentamos na sequência, da Igreja do Rosário, foi extraída da obra de Gabuardi (2004). Não encontramos a identificação da sua fonte. Enquanto na Igreja Matriz a torre é central, na Igreja do Rosário ela ergue-se ao lado. A Matriz é maior e possui mais adereços em sua fachada que a Igreja do Rosário.



Figura 6: Igreja do Rosário
Fonte: Gabuardi (2004, p. 16).

Na sessão da Câmara, em 3 de novembro de 1877, dentre algumas discussões, há um movimento de troca dos nomes das ruas:

[...] da cidade tendo a Câmara deliberado, de acordo com a indicação, as denominações seguintes: Rua do Rosário à que hoje é a Rua Jorge Tibiriçá; Rua do Comércio a que hoje se denomina Benjamin Constant; e que nesse tempo ia “da casa de Antonio Benedito a Generoso”; da casa do cap. Soares Muniz à do Sr. Vicente Carlos de Camargo - Rua do Teatro; da casa do sr. Francisco de Oliveira Franco à do sr. Francisco Santos - rua Direita; da casa do sr. João Gordo à do sr. José Rodrigues Louzã - rua da Ponte; da casa do sr. Vicente Pereira à do sr. Teófilo Leite - rua Formosa; da casa do sr. F. M. Guimarães à do sr. Joaquim de Passos - rua Alegre; da casa da sra. Joana Mica à do sr. Delfino Bicudo - travessa do Cubatão; da casa do sr. Salvador da Silva à do sr. Francisco Lourenço - Cubatão; da casa do sr. Elias Lobo à do sr. João Quirera - Ladeira da Esperança; travessa da Boa Vista ficou sendo a mesma; da casa do major Moreira Lima à do sr. Delfino Bicudo - ladeira da Matriz; da casa do sr. cap. Sergio à do sr. Campos

Leite - Rua da Santa Cruz; da casa do sr. Francisco Valle à do sr. Horacio Lima - Rua da Aurora; da casa sr. Generoso à do sr. Manoel Ferraz - rua do Chá e da casa do sr. Joaquim Garcia ao Ribeirão - ladeira do Chá. (ALMANACH DE ITATIBA para jornal A REACÇÃO, 1916, p. 40-43).

Como salienta Guimarães (2013), os nomes de ruas e logradouros na cidade de Bragança, entre fins do século XIX e começo do XX, indicavam aspectos do relevo da cidade, assim como também em Itatiba. A autora (2013, p. 14) destaca que os antigos nomes de ruas e logradouros, provavelmente, “[...] não condiziam com os ares liberais e republicanos da modernização, civilização e do progresso econômico-cultural que se almejava implementar e reconhecer na cidade”. Acrescentamos também, como sugere Viñao Frago (Viñao Frago; Escolano 2001), que “o espaço educa”. Nessa perspectiva vamos ao encontro de Guimarães (2013), que nos sugere o dispositivo metafórico da colonização do presente pelo passado, como uma provocação para problematizarmos os motivos e os indícios que as trocas de nomes ocorridas nas ruas centrais das cidades paulistas, na virada do século XIX para o XX, podem sugerir, dentre os quais o desejo de apagar as marcas da cidade imperial, impondo à trama urbana os nomes de membros das elites letradas urbanas, sobretudo daqueles que eram grandes fazendeiros e comerciantes locais ou ícones da luta republicana, como nos sugere esta referência das antigas denominações de algumas ruas da cidade de Itatiba encontrada no Museu Municipal:

PRAÇA COMENDADOR LOURENÇO ALVES - antigo Largo do Rosário
 PRAÇA DA BANDEIRA - antigo Largo da Matriz - Praça XV de Novembro -
 Praça João Pessoa
 PRAÇA JOSÉ BONIFÁCIO - antigo Largo da Cadeia - Jardim da Cadeia -
 Praça da Câmara Municipal
 AVENIDA 29 DE ABRIL - antigo Pito Aceso - Avenida 28 de abril
 AVENIDA PRUDENTE DE MORAES - antigo Cubatão
 LADEIRA CAPITÃO MELLO - antiga Ladeira do Pompeu
 RUA ANTONIO FERRAZ COSTA - antiga Rua do Bosque
 RUA BENJAMIN CONSTANT - antiga Rua do Comércio
 RUA CAMPOS SALLES - antiga Rua do Hospício? - Rua Formosa
 RUA COMENDADOR FRANCO - antiga Rua da Ponte - Rua de Itatiba
 RUA CORONEL CAMILO PIRES - antiga Rua da Palha - Rua Alegre
 RUA DR. AGUIAR PUPO - antiga Rua de Santa Cruz
 RUA DR. JORGE TIBIRIÇÁ - antiga Rua do Rosário
 RUA FLORÊNCIO PUPO - antiga Ladeira da Esperança - Rua Wandenkolk
 RUA FRANCISCO GLICÉRIO - antiga Rua Direita
 RUA JOSÉ GABRIEL - antiga Travessa Antonio Egydio
 RUA MONSENHOR KÖHLY - antiga Travessa Juca da Silva
 RUA PROFESSOR BRITO - antiga Travessa Pellizer
 RUA QUINTINO BOCAIUVA - antiga Rua do Theatro
 RUA RANGEL PESTANA - antiga Rua Aurora ou Rua da Aurora
 RUA RUI BARBOSA - antiga Rua do Chá
 RUA SOARES MUNIZ - antiga Rua do Mercado

RUA TOBIAS FRANCO - antiga Ladeira da Matriz (até encontrar com a rua Campos Salles) e Ladeira do Sacramento (até encontrar com a rua Comendador Franco) e também Ladeira da Boa Vista.

Daremos ênfase, neste momento, à Rua do Rosário, que teve a troca oficial de nome para Rua Dr. Jorge Tibiriçá, que foi o presidente do estado de São Paulo de outubro de 1890 a março de 1891 e de maio 1904 a maio de 1908. Pertencia ao Partido Republicano Paulista (PRP) (MEDEIROS, 2013). De acordo com as pesquisas realizadas, antes de se tornar a atual Rua Jorge Tibiriçá esta recebia a denominação de “Largo Mestre Lourenço”, pai do professor Ataliba.

[...] O Largo do Rosário passou a ter a denominação de Largo ‘Mestre Lourenço’. Depois deu-se o nome de praça ‘Comendador Lourenço Alves’. Mas, até hoje é sempre conhecida e citada essa praça como sendo Largo do Rosário [...] (A TRIBUNA, 14/08/1960).

Sobre a denominação da rua “Mestre Lourenço”, não encontramos mais indícios, mas sobre Comendador Lourenço Alves, Gabuardi (2004, p. 76) destaca: “Alves Cardoso foi proprietário da fazenda Pereiras, família tradicional e abastada de Itatiba. Era abolicionista e integrava os quadros do Partido Republicano”. Segundo a autora, o Largo do Rosário era, na época, local de encontro dos negros, palco de comemorações dos escravos libertos: “[...] tais comemorações mostram que a Igreja do Rosário, durante muito tempo, foi frequentada por negros, ficando a Igreja da Matriz para a elite da cidade”. Entendemos que a alteração do nome da rua aponta para uma batalha de símbolos entre a elite branca e os escravos, na qual o nome do ex-escravo foi apagada.

Logo, como propõe Guimarães (2013), a alteração dos nomes das ruas inscreve-se nas transformações ocorridas na cidade por conta das elites republicanas locais, que, mais do que prestar uma homenagem póstuma às suas lideranças locais, reconfiguravam simbolicamente o espaço central da cidade, na perspectiva de um projeto urbano pautado por ideais de civilidade e progresso, em voga no período, do qual se excluía, para além das ideias monarquistas, as ideias dos segmentos mais populares. A maior parte dos melhoramentos urbanos incidiram sobre as ruas centrais da cidade, onde se situavam as casas das elites letradas urbanas, e que beneficiaram sobretudo seus membros.

2.2 Itatiba e as ideias republicanas

As ideias republicanas pré-gadas por Quintino Bocayuva na imprensa da Côrte, o éco produzido pelo famoso manifesto de 1870 e a propaganda iniciada desde

então em prol da idéia nova repercutiram no seio da população da Vila e deu origem à constituição de um partido republicano no Belém para o que muito contribuíram as ligações de parentesco que aqui tinha o chefe republicano Francisco Gliceryo. No dia 24 de Junho de 1873 realizou-se a primeira reunião republicana à qual compareceram os dezesete cidadãos⁷ [...] dos quais, apenas um é vivo - o Coronel Julio César de Cerqueira Leite [...] (ALMANACH DE ITATIBA, 1916, p. 38-39).

A formação de um partido republicano em Itatiba data de 1873. Pudemos perceber, a partir da análise das fontes, que havia disputas entre grupos políticos distintos formados na cidade. Além disso, o poder estava nas mãos da elite cafeicultora (GABUARDI, 2004).

Após a implantação da República, muita coisa mudou; uma delas é que as cidades passaram a ter intendentess, que assumiam atribuições equivalentes às dos prefeitos. Paulino Lima e seu vice, Antonio Soares Muniz, foi o primeiro intendente de Itatiba, nomeado pelo então governador do estado, Prudente de Moraes, e empossado em fevereiro de 1890.

A decisão da construção das obras e dos “melhoramentos” urbanos sempre esteve ligada à intensa disputa e discussão na Câmara. Pelos periódicos locais podemos notar a ênfase dada a alguns nomes, coronéis da época, tenentes, pessoas próximas de políticos da capital da Província, como foi o caso do Coronel Júlio César, cujos atos eram sempre noticiados e defendidos nos periódicos consultados.

Em 1905, estava como presidente do diretório republicano local o Coronel Francisco Rodrigues Barbosa, conhecido como “Chico Peroba⁸” (ALMANAK DE 1905, p. 65). A *Gazeta de Itatiba* (03/05/1904), apresentada como “órgão do partido republicano”, claramente defende e apoia o Coronel Júlio César:

Nesta cidade, a maioria do eleitorado, a nata da população colloca-se ao lado do nosso eminente e benemérito chefe Coronel Julio César, porque elle symbolisa a honestidade, e, verdadeiro democrata, foi o fundador do partido republicano. O povo sabe que o nosso estimado chefe não quer que os seus amigos concorram ás urnas e tanto é verdade que não existe um candidato apresentado pelos nossos directores politicos (GAZETA DE ITATIBA, 03/05/1904).

⁷Sergio Serafim de Passos, que presidiu a reunião, Olegário Leite de Cerqueira César, secretário, Amélio Carneiro da Silva Braga, João Baptista Passos, Pedro Maria de Oliveira Veado, João Pedro de Campos, José Franco Pompeo, Francisco Chrispim de Vasconcellos, Antonio de Almeida Prado, Antonio Carlos de Lacerda, Júlio César de Cerqueira Leite, José Gabriel de Godoy, Firmino Corrêa de Sousa, Francisco Pinto de Jesus Franco, Tobias Franco de Oliveira Cardoso e Leão de Cerqueira César. Data daí a fundação do Partido Republicano do Belém, partido esse que, doze anos depois, em 85, contava com 50 eleitores, contra 52 Liberaes e 55 Conservadores e tinha na Câmara Municipal, eleitos em 82, quatro de seus membros contra trez Conservadores e dois Liberaes; tinha dois Juizes de Paz e dois Supplentes.

⁸ Gabuardi 2004, sugere que o apelido “Chico Peroba” foi fruto de uma observação de seu amigo Júlio César em um baile da cidade, no qual Francisco Rodrigues Barbosa dançava com uma moça bem mais baixa que ele, o que chamou a atenção das demais pessoas, dando origem a observação de seu amigo.

Após uma feroz defesa do Coronel na continuidade dessa notícia, segue uma crítica ao atual chefe da Câmara na época, o Coronel Francisco Rodrigues Barbosa, na qual ele é chamado de “desastrado governo político”. Para compreender essa disputa pelo poder, buscamos analisar as origens do Partido Republicano em Itatiba. Ele foi criado depois de uma reunião, em 1873, feita pelo irmão do Coronel Júlio César, o general Francisco Glicério⁹, filiado ao Partido Republicano Paulista, que representava o conservadorismo de Floriano Peixoto. “Ele era favorável à centralização política e grande crítico da excessiva regionalização política. Teve grande apoio no sul do país, porém poucos simpatizantes em São Paulo” (MEDEIROS, 2013, p. 49). Nessa reunião, ficou Júlio César como chefe do partido local, até 1897, quando houve cisão no Partido Republicano Federal, que seu irmão chefiava. A presidência do partido local foi substituída por Francisco Rodrigues Barbosa.

A cisão do partido republicano gerou uma dissidência local: de um lado ficou o Coronel Julio César e de outro o Coronel Francisco Rodrigues Barbosa (PRP). Conforme escreveu Joaquim Bueno, para o jornal *A Tribuna* (10/11/1957), o Coronel Júlio César:

De 1898 a 1907, chefiava o partido dissidente local, que tendo ganho as eleições realizadas em dezembro desse ano, passou a dirigir os negócios municipais até o ano de 1910. Entretanto, desgostoso com alguns fatos, rompeu com esse partido e aderiu aos Perobistas chefiado pelo Coronel Francisco Rodrigues Barbosa. Coronel Peroba, que no memorável pleito de 30 de outubro de 1910, obteve brilhante vitória eleitoral e passou a dominar a política local, até outubro de 1930, quando caiu em virtude do triunfo da revolução daquele mesmo ano. Para a vitória do partido Perobista, concorreu o Coronel Júlio César com o seu apoio eleitoral.

A partir dessa explanação, confirmamos a hipótese de que Júlio César chefiava o partido dissidente, mas acaba, anos depois, aderindo ao partido Perobista. Anterior a isso, podemos notar nos jornais que havia conflitos e disputas entre os dissidentes e os perobistas. No jornal *Gazeta de Itatiba*, de 26 de abril de 1904, é clara a divergência e disputa política local:

O ideal que procuramos atingir é a felicidade deste município, e consequentemente, cooperamos na grande obra de saneamento moral, dos princípios republicanos, ensinados pelos valentes propagandistas Saldanha Marinho, Benjamin Constant, Glycerio e tantos outros que formaram a guarda

⁹ O Movimento das Ligas Nacionalistas tinha por objetivo a luta a favor do voto secreto aliada à luta pela expansão da educação como “necessidade para a formação da consciência pública” (GOHN, 1995, p. 74), além de promover “intensa mobilização cívica pelo ‘soerguimento moral da nacionalidade’”. Esse movimento teve a participação de estudantes da Faculdade de Direito e com membros da Sociedade dos Patriotas de São Paulo, uma associação secreta, de origem maçônica (CARVALHO, 2003, p. 147).

avançada do grande exercito libertador da Patria Brasileira [...]. Esse é o nosso fim; e como soldados que somos dessa phalange brilhante, trabalhamos dentro do circulo por nós traçado, que é esta terra que tanto amamos, na campanha da moralidade, condemnando ao ostracismo os actuais directores da política situacionista que, como víboras peçonhentas, conspurcam os direitos primordiaes, immanentes da natureza humana.

Já a publicação de *Gazeta de Itatiba* de 29 de abril de 1904 endossa o embate político:

Esta cidade, desde que a frente dos seus negócios se acha o actual chefe, tem atravessado um período de apathia, e não se vê, por mais que se procure um melhoramento que possa como tal ser considerado. Vejamos. O grupo escolar, em cujo seio se abrigam centenas de creanças, é obra do actual chefe dominante? Não; é uma verdadeira injustiça uma mentira vergonhosa mesmo, o dizer-se que esse estabelecimento de ensino, em cuja sala de honra está o retrato do illustre Coronel Julio Cesar, seja obra do actual chefe situacionista! E' uma vergonha! O grupo escolar, antigamente denominado 'Julio Cesar' deve sua existência ao benemerito cidadão, cujo nome foi riscado do seu frontispício, como uma vingança mesquinha e inqualificavel.

Nota-se, no artigo acima, uma profunda crítica travada sobre o chefe de governo local, em contrapartida à defesa do Coronel Júlio César. É possível observar a existência de uma batalha de símbolos quando se faz referência à denominação do grupo escolar.

O estado da administração local pela Câmara foi chamado ainda de “anarchico” e que pouco teria feito para o progresso da cidade. O abastecimento de água, o grupo escolar, a iluminação pública seriam “melhoramentos” realizados por outras pessoas que não o chefe político da época.

Sobre a denominação do grupo escolar não encontramos maiores informações. Ao que vimos, pelas fontes dos almanaques e arquivos escolares, a escolha do “patrono” foi direta e sem alardes. É apenas no jornal *Gazeta* que se apresentam os conflitos e tensões sobre esse caso. Partimos, assim, da hipótese de que os almanaques representavam os interesses de segmentos sociais ligados à administração de Francisco Rodrigues Barbosa, o Chico Peroba, motivo pelo qual silenciaram esses embates políticos. A disputa pelo nome do Grupo Escolar se insere numa batalha de símbolos, uma batalha pelo imaginário. O imaginário popular torna-se, assim, objeto de disputa pelo fato de poder legitimar uma dada situação política (CARVALHO, 1990).

Ao consultar o jornal *A Reação* (05/07/1909), que se apresenta como “orgam do partido dissidente local”, vemos claramente a defesa do chefe do partido Perobista. Por entre suas linhas e entrelinhas é possível observar que havia oposição ao dr. Jorge Tibiriçá, líder do Partido

Republicano Paulista e presidente do estado até maio de 1908, e os líderes locais rivais eram chamados de “chaleiristas”.

Na edição de 19 de setembro de 1909, a defesa de Chico Peroba continua no jornal *A Reacção*:

E depois de uma grotesca palhaçada apresentastes vós com todo cynismo, dizendo: - a camara está quebrada!!
 Isto é que é desfaçatez! Isto é que é não ter vergonha! Isto é que se chama espoliar o povo, gastando o dinheiro em esbanjamentos, deixando descumprir pagamentos determinados por lei!
 Alludiram ainda os desgovernados a certos pontos, como seja as empreitadas de exgottos, água e luz electrica. Sobre estes trez pontos, que tanto honram a Administração Perobista, nada perdem em esperar, para serem bem aquinhoados, e terão resposta formal, esmagadora, dizendo-vos com toda clareza, como si deve dizer a verdade.
 [...] A água é indispensável para lavar as ceroulas do orgam governista (perdão elle não tem ceroulas), é indispensável a todo vivente.
 Os exgottos é uma medida de hygiene imposta por leis rigorosas.
 Luz electrica, apesar da sua perfeita installação, juntando ella com a luz meridiana ainda não são sufficientes para allumiar a estrada errada que os nossos desgovernados estão trilhando [...].

Como podemos notar, a publicação no jornal *A Reacção* parece tratar-se de uma resposta ao que foi escrito e veiculado no jornal *Gazeta de Itatiba*.

Na publicação de 15 de janeiro de 1911 do jornal *A Reacção*, impresso nessa ocasião como “Orgam do Partido Governista Local”, apresentam-se juntos, num mesmo partido do diretório republicano, os coronéis vitoriosos: Francisco Rodrigues Barbosa (Chico Peroba), Júlio César de Cerqueira Leite, Capitão Julio Paiva e Dr. Armando Rodrigues, todos eleitos no dia 30 de outubro.

Na seção “Fatos e Commentos” do no jornal *A Reacção*, demarca-se a nova posição política, sendo encabeçada pelo Coronel Francisco Rodrigues Barbosa, como o progresso em Itatiba em contraposição ao atraso degradante que o município passava nas mãos de “um Joly”:

E’ indispensavel a festa de hoje que representa a ressurreição social de Itatiba. E assim sendo, é também incomensuravel o contentamento dos bons itatibenses daquelles que prezam de o ser Itatiba soffria as torturas horrorosas da perseguição aos seus dilectos filhos: Itatiba não vivia se continuasse sob domínio de um Joly.
 E com que direito se lança mão da propriedade alheia para fazer-se della uma passagem publica?
 Quaes os resultados colhidos pelo vereador Pupo, depois de esbulhar diversas propriedades alheias?
 Em suma, um governo de perdulários, que durante três annos de mandato arrancou milhares de tectos onde abrigavam infelizes orphãos e viúvas pobres,

um governo que procurou armar braços assassinos para eliminar chefes de famílias, um governo que menosprezava a sociedade desta terra, implantando nella a maior immortalidade taes como as bebedeiras nas tavernas pelos chefes e o consentimento para os empregados públicos poderem ser proprietários de casas de tavolagens, não devia, não podia ser reeleito!

E no fim dessa administração horrenda, escravisa-se o município por 40 annos levantando-se em empréstimo de 350 contos, em que houve grossa medeira conforme consta do próprio relatório descarado prefeito.

Isto dizemos e cõscios de que não exaggeramos. Quis a providencia que o Coronel Barbosa se afastasse da política local. Mas, essa mesma Providencia fel-o voltar resoluto e hoje mais do que nunca se atreverão a enfrental-o no campo da peleja.

- E quaes as consequências dessa retirada?

- Não se precisa responder melhor falam os factos. Desgraçadamente perece o nosso município.

- E que devemos fazer diante desse estado degradante?

- Solicitar do Coronel Barbosa o seu reerguimento, fazendo de Itatiba o recanto mais bello, mais soberbo deste rico e prospero E. de S. Paulo (A REACÇÃO, 15/01/1911).

A administração do município era executada pelo prefeito Antonio Chateaubriand Joly (1907-1910) e depois passa a ser incumbência de Herculano Pupo Nogueira (1910-1917) (GABUARDI, 2004). A volta do Coronel Barbosa à Câmara era, para o escritor do texto, a esperança de “reerguimento” da cidade, já que tinha desacreditado nas ações de Pupo Nogueira enquanto vereador, mas reeleito agora na condição de prefeito.

No jornal *A Reacção* de 29 de janeiro de 1911, há novamente o ataque ao prefeito, mas dessa vez de forma mais direta:

No início da sua campanha eleitoral esse partido derrotado em 30 de outubro ultimo, proclamava ora pelas ruas em ‘*meetings*’ e ao calor do álcool, ora pela columnas de gazetas menos escrupulosas, que havia necessidade imprescindível de pôr-se cobro aos desatinos (diziam elles) praticados pela antiga administração perobista.

Todo mundo sabe que Itatiba sempre foi governada pelo Coronel Barbosa, tendo sempre meia dúzia de cafagestes contrários a sua direcção.

Por influencia extranha, não pela força do direito, mas pelo direito da força houve quem obrigasse um conchavo político em Itatiba. Apparece nesse accôrdo, como figura saliente, o Sr. Chateaubriand Joly, que aproveitando-se da *vasa*, foi se encaixando e locupletando-se do prestigio alheio para fazer-se *chefe* de nossa terra[...].

Vae alem a influencia de outrem e a ausência do Sr. Chateaubriand, até que este vence em 1907 – a eleição municipal. Para este pleito o Sr. Chateaubriand applicou os seus árduos esforços, convocando *meetings*, accusando a administração de então, apontando *erros* e fasendo inocular no espirito publico a má fé com que se governava esta terra.

Com taes calumnias, foi elle escolhido prefeito municipal. Delle se esperava aquillo que elle mais propalava e que de facto absolutamente não possuía um vislumbre siquer: a moralidade nos negócios.

Em summa: desempenhou o cargo por três annos até que vencido o período governativo foi expulso não só elle como todos os da sua grey, como um malfeitor e como um explorador vulgar.

O seu governo foi de perseguição odienta e de incessantes esbanjamentos.

O cofre municipal tornou-se propriedade particular.

Todos os amigos de Sr. Chateaubriand foram obsequiados mensalmente com fabulosas quantias, conforme consta dos recibos existentes na thesouraria municipal.

[...] Teve ainda o Sr. Chateaubriand Joly, saiba o povo de Itatiba, a coragem de tirar da camara a titulo de gratificação a quantia de UM CONTO de réis, isto no dia 11 de janeiro, quatro dias antes de deixar o cargo!

Os desmandos feitos pelo Sr. Chateaubriand Joly, serão impressos em folhetos e distribuído geralmente.

Continuarei no próximo numero, até que o publico fique sabendo da negociata do homem que se diz de character impolluto (A REACÇÃO, 29/01/1911).

A vitória de Chateaubriand Joly na eleição de 1910 é colocada como duvidosa, diante do seu carácter e forma de governo anterior. A defesa ao Coronel Barbosa prossegue, mas um tanto recuada diante da ofensiva direcionada à Chateaubriand, como forma de alerta, explicação para o leitor. O partido a que pertencia o referido prefeito era denominado “Trepista”. O carácter do prefeito, o possível uso do dinheiro público para seu bem particular ou uso mal planejado é ainda discutido em demais edições do jornal *A Reacção*, continua descrevendo enfaticamente sobre a “derrotada administração trepista” (05/02/1911), chamando Chateaubriand Joly de “purgante Joly-Chateau”, de “péssimo funcionario” (12/02/1911).

Na edição de 16 de julho de 1911 do jornal *A Reacção*, exalta-se, logo na primeira página, a conquista do Partido Perobista na Câmara Municipal:

Depois que, para beneficio desta bella terra, passou ella a ser administrada pelos representantes do Partido Perobista com assento na Camara Municipal, sente se uma nova vida, activa e harmonica, a percorrer os differentes orgãos apparelho governamental.

Ha, em tudo quanto diz respeito á vida do municipio, comprehendido na esphera cuja direcção compete aos poderes publicos, uma actividade febril, mas bem encaminhada por um espirito arguto e recto que sabe conceber, agir e executar.

Percebe se que, no animo daquelles que são os representantes do povo no seio da vereança, impera muito mais o forte desejo de FAZER ADIMINISTRACÇÃO, na mais lata significação da phrase, do que o de FAZER POLITICA.

Desde que o nosso bello e querido torrão passou a gozar dos beneficios dos seus actuaes directores politicos, a população toda, como que rejuvenesceu-se, mostrando uma alegria mascula nas expressões exteriores.

Si é verdadeiro o conceito emittido pelo velho adágio — ‘cada povo tem o governo que merece’ — o nosso bom povo de Itatiba deve fecilitar se, outorgar se effusivos parabens por ter sahido collocar á frente da administração municipal, como pioneiros dos mais caros interesses da collectividade, homens

da estatura desses que, no pleito memorável de 30 de outubro, obtiveram os louros do mais difícil triumpho eleitoral.

O pequeno texto, incisivo e direto, aponta para a defesa e comemoração do partido de Francisco Rodrigues Barbosa. Com base na ideia de “administração”, tentam convencer o leitor de que eles trabalhariam para a coletividade.

No jornal *A Reacção* de 22 de julho de 1913, Francisco Rodrigues Barbosa aparece como “prestigioso chefe político, Presidente do Directorio do Partido Republicano de Itatiba, sob cujos auspícios tem progredido esta futura cidade”.

Nota-se, assim, que anteriormente Julio César de Cerqueira Leite era o rival de Francisco Barbosa, passando depois a participar de mesmo partido político, dos perobistas. Estes, em oposição aos trepistas, encabeçados por Antonio Chateaubriand Joly e Herculano Pupo Nogueira.

De acordo com Pesavento (1994, p. 18-19), com a adoção de um novo regime político, com a Proclamação da República, houve uma nova configuração, em que fica mais evidente a dimensão política.

Para a burguesia cafeicultora paulista, tratava-se de uma República liberal e federativa, na qual se propunha autonomia para as partes, livre gestão dos negócios e garantia do controle do processo político pelas elites proprietárias. Tratava-se, pois, de um liberalismo político excludente, no qual o povo se mantinha à margem do processo das decisões, mas era envolvido, a ‘cabresto’, no jogo político eleitoral.

A República defendida tinha respaldo nas oligarquias agrárias, que se interessavam por maior autonomia, materialização das ideias políticas e econômicas. O processo de votação passa a ser para o “povo”, porém é controlado, depurado, fraudado. Além disso, havia “uma poderosa estrutura de mandonismo local, misto de coerção e compadrio, conhecida por Coronelismo” (PESAVENTO, 1994, p. 19).

2.3 A modernidade e os “melhoramentos” na cidade de Itatiba

Com o avanço da modernidade, entre fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, em Itatiba, os projetos urbanísticos e sanitários adotados nas áreas centrais da cidade foram acompanhados do advento da energia elétrica, da iluminação pública, da implantação da água encanada, do esgoto e da inauguração de várias obras públicas na cidade, dentre as quais

destacamos a ferrovia e a criação do grupo escolar, de que trataremos mais à frente. Souza (1998, p. 95) considera que:

[...] a vida em muitas localidades do interior de São Paulo, no final do século passado e início deste, conservava aspectos que as assemelhavam a uma extensão do mundo rural. Na maioria dos municípios, a metade ou mais da população vivia no campo. No entanto, no final do século dezenove, algumas cidades estavam também se modernizando. As fazendas, esteio da economia, trasbordavam sua prosperidade para as cidades, que adquiriam uma fisionomia de meio civilizado: hospitais, jardins, igrejas, escolas, palacetes, casas de comércio, rede de esgoto, estação ferroviária, iluminação, calçamento das ruas, telefones, jornais, fábricas, estalagens, cortiços e, mais tarde, o cinema, o bonde.

De acordo com Pereira (2009), a cidade de Itatiba alcançou seu desenvolvimento a partir de fins do século XVIII e no transcorrer do XIX por meio do binômio produção/comércio, que gerava capital para a população da cidade. O cultivo de feijão, milho e a criação de suínos abriram um caminho necessário para o crescimento econômico da cidade. Essa rede comercial se completava com a ação dos tropeiros, que se encarregavam de conduzir em mulas os produtos de Itatiba até Jundiá e São Paulo. Aos poucos essa produção de alimentos e comércio aumentaram significativamente, e outros ramos de trabalho foram criados para o sustento dessa rede de comércio. Junto com os tropeiros, por exemplo, surgiram os primeiros artífices especializados em cangalhas, em ferraduras, em fiar algodão, em arreios para animais, em telhas de barro, dentre outras atividades.

Em meados do século XIX, ainda com o nome de Freguesia de Nossa Senhora do Belém, fazendeiros passaram a investir no plantio de café. Os fazendeiros Ignácio Corrêa de Lacerda e Antonio da Silva Franco observaram os grandes resultados da cafeicultura no Vale do Paraíba, enquanto negociavam animais nessa região (PEREIRA, 2009). Conforme o *Almanak* de 1905, o café tornou-se a principal cultura de Itatiba, depois de substituir a cana de açúcar:

[...] que ao cabo de poucos annos exportava o município 200.000 arrobas do gênero. [...] Hodiernamente a lavoura do município alem da cultura do café (a principal) consiste na vinha, cereaes e legumes, estes em grande quantidade e quazi sem rivaes em excellencia. [...] Merece também menção especial a extraordinária producção de tomates cuja exportação já tem excedido em alguns annos a 70 contos. A producção de vinho, hoje sensivelmente diminuída, attinge algum tempo a 4.000 litros [...]. (ALMANAK DE ITATIBA, 1905, p. 11).

É inegável que o crescimento e desenvolvimento da cidade foi acelerado a partir da produção cafeeira. O crescimento da cidade somou-se à elevação da então Freguesia a Vila em fevereiro de 1857; em setembro do mesmo ano foi eleita a Câmara Municipal local.

Na imagem a seguir, podemos observar a existência de grandes casarões na trama urbana de Itatiba. Observa-se a urbanização e geometrização do espaço destinado ao jardim da praça, cuja as árvores ainda são pequenas, assim como a existência de um coreto. Merece atenção o fato de que as portas e janelas das casas dão diretamente para a rua.



Figura 7: Praça da Bandeira, 1915
Fonte: *Almanach de Itatiba* (1916, p. 35)

No *Almanak* de 1905 (p. 42-43) há ainda uma lista das “profissões liberais” na cidade, a partir da qual elaboramos uma tabela, sem a pretensão de considerá-la completa, contudo acreditamos que ela traz indícios significativos das diferentes atividades que existiam em Itatiba daquela época:

Tabela 1: Profissões Liberais

PROFISSÕES LIBERAIS	QUANTIDADE
Médicos	5
Farmacêuticos	3
Homeopatas	4
Parteiras	2
Engenheiros	2
Dentistas	2
Professores de piano	3
Professores de música	5

Fonte: *Almanak de Itatiba*, 1905; tabela da autora.

Com exceção dos dois engenheiros (Francisco Homem de Mello e Frederico Carlos Spicacci) que possuem a inscrição “sítio”, todos os demais se localizam na área central da cidade ruas Campos Sales, Quintino Bocaiúva, largo da Matriz, Benjamin Constant, Ruy Barbosa, Francisco Glicério, Camillo Pires, Comendador Franco e Rangel Pestana. É digno de menção que as parteiras e os homeopatas são apresentados como profissionais liberais daquele período, assim como os médicos e farmacêuticos. Ainda, o número de professores de música parece ser considerável na relação com os demais, o que pode sugerir a valorização da música como atividade artística naquela sociedade.

No *Almanak* de 1905 (p. 11), é elencada a quantidade de estabelecimentos comerciais existentes na cidade no começo do século XX: “De 78 que eram em 1887, estão hoje em 251, tendo-se desenvolvido também regularmente a industria.”

Na lista de “Indústrias, Artes, Ofícios”, apresentam-se:

Tabela 2: Estabelecimentos comerciais

INDÚSTRIAS, ARTES E OFÍCIOS	QUANTIDADE
Alfaiates	6
Amolador	1
Barbeiros	6
Bilhães	2
Caldeireiros	2
Colchoarias	2
Chalet de loterias	1
Carpinteiros e marceneiros	9
Costureiras e modistas	9
Destilarias	2
Depósito de cal	3
Depósito de couro	1
Empresa elétrica de força e luz	1
Funilarias	4
Fogueteiros	3
Fábricas de cerveja e gazona	3
Relojoeiros	3
Sellarias	4
Sapatarias	8
Tintureiro	1
Typographia	1
Typographos	3
Trolys de aluguel	2
Vidraceiros	2
Jogo de bolas	1
Açougue	13
Fabrica de massas	1
Hotéis de restaurantes	2

Tabela 2: Estabelecimentos comerciais

INDÚSTRIAS, ARTES E OFÍCIOS	<i>conclusão</i> QUANTIDADE
Hospedarias	5
Machina de beneficiar café	1
Mechanicos, serralheiros, e ferradores	7
Mestre de obras	3
Olarias	8
Ouives	1
Photographia	1
Padarias	6
Pintores	3
Pastos de Alugueal	8
Refinação de assucar	1
Lojas de fazendas	2
Armazéns de seccos e molhados	14
Botequins	5

Fonte: *Almanak de Itatiba*, 1905; tabela da autora.

Sobre os trabalhos e ofícios, os endereços permanecem, em sua maioria, como os das profissões liberais, localizados nas ruas centrais da cidade, com exceção, por exemplo, do amolador (Giuseppe Moda – chácara), de uma destilaria (Luiz Simione e Irmão – chácara) e de uma fábrica de cerveja (Luiz Simione e Irmãos – chácara).

Outra lista que aparece no *Almanak de Itatiba* (1905, p. 90-92) é a de “profissões e industrias”, que deu origem à tabela abaixo:

Tabela 3: Profissões e indústrias

PROFISSÕES E INDÚSTRIAS	QUANTIDADE
Pharmacias	3
Relojoarias	1
Fabricas de bebidas	2
Padarias	3
Restaurants	2
Fabrica de Maças	1
Alfaiatarias	2
Sapatarias	1
Carpintarias	2
Funilarias	4
Ferreiro e serralheiro	1
Barbearias	2
Açougues	2
Moinhos	4
Olarias	3
Pasto de aluguel	1

Fonte: *Almanak de Itatiba*, 1905; tabela da autora.

Observamos que no *Almanak* de 1905 foram publicadas diferentes listas indicando profissões, fábricas ou casas de comércio de Itatiba, porém, nelas, os nomes dos proprietários são diferentes. É digno de menção que no mesmo documento temos dados dissonantes em relação aos números de atividades identificadas como “profissões artes e ofícios”.

Outra lista significativa é a de “Lavradores de Café do Município” (ALMANAK DE ITATIBA, 1905, p. 96-101). Nela são apresentados os nomes de 223 lavradores e é pontuado que existem muitos outros pequenos agricultores de legumes, cereais e vinhas. Podemos perceber que o número de estabelecimentos comerciais ainda era bem pequeno em relação ao de lavradores, o que nos estimula a pensar e a reafirmar as considerações acima, de Souza (1998), sobre uma presença marcante do rural no cotidiano urbano do período.

Dentre as novas demandas da cidade, havia a instalação de uma ferrovia. Com efeito, o crescimento era de tal ordem que os grandes fazendeiros passaram a sonhar com a estrada de ferro, solução mais viável para o transporte do café, na época realizado por muares.

A estrada de ferro foi requerida por lei provincial de 6 de abril de 1872. Esperava-se que saísse de Itatiba para São Paulo. A Companhia Paulista foi contratada pelo governo provincial, mas acabou desistindo da construção. Major Eugenio Joly assumiu a responsabilidade de organizar os pedidos formais em 1883, ao Barão de Guarajá, então presidente da Província, que indeferiu o pedido alegando não conter “exito legal” (ALMANACH DE ITATIBA, 1916, p. 37).

As negociações foram retomadas em 20 de outubro de 1886. Dentre os que se empenharam na tarefa, o chefe conservador Barão de Itapema se destaca, pois conseguiu a maior parte do capital para a construção.

O tráfego foi inaugurado em 1889 quando também começou a funcionar para o público a linha telegraphica. Por todos esses a inauguração official da estrada só se verificou em 10 de Agosto de 1899, dez annos depois de ter sido aberto ao publico.

Já nesse tempo, quando se fez a festa inaugural, a estrada era propriedade do Banco Constructor e Agrícola de S. Paulo (ALMANACH DE ITATIBA, 1916, p. 45).

A presença do major Eugenio Joly foi uma constante nas negociações junto ao governo da Província; posteriormente, a figura do Barão de Itapema desponta também e a construção da ferrovia é levada adiante. Chamamos a atenção que sempre, ao lado dos trilhos da ferrovia, instalavam-se os postes do telégrafo, importante meio de comunicação do período. De acordo

com Gabuardi (2004), a produção de café em Itatiba era superada, na região, apenas por Campinas. Bragança, Jundiaí e Atibaia tinham uma produção bem inferior a Itatiba.

Pelo mapa, podemos notar a extensão da Estrada de Ferro Itatibense:

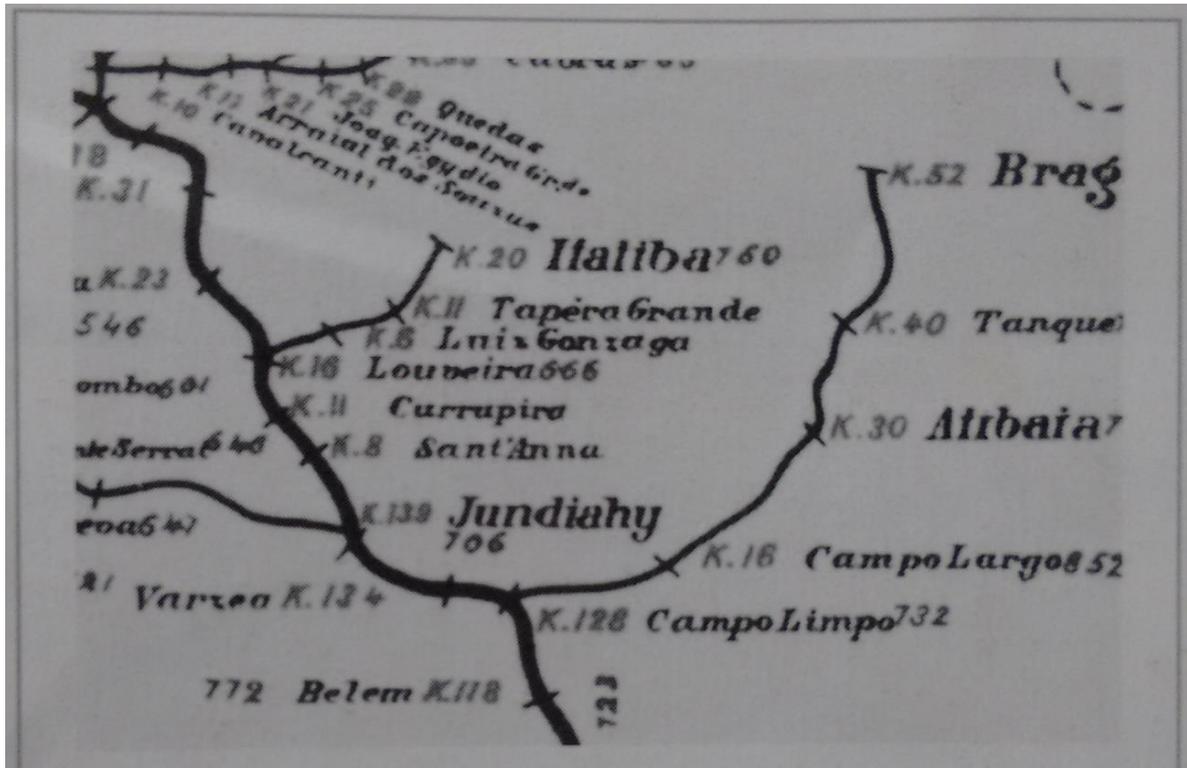


Figura 8: Mapa que indica o trajeto da Estrada de Ferro Itatibense
Fonte: Pereira (2009, p. 31).

A estrada de ferro saía de Itatiba e seguia por Itapema, Paracatu, Tapera Grande, Gonzaga, Abadia e Louveira, entroncando, assim, com a Companhia Paulista (GABUARDI, 2004). O *Almanach de Itatiba* (1916, p. 45) acrescenta:

A Estrada de Ferro Itatibense que out'ora se denominava Companhia de Carro Ferril Itatibense tem perto de vinte kilometros de linhas, trez estações próprias e entronca com a Companhia Paulista de Louveira, estação situada no município de Jundiahy. Antes della as communicações de Itatiba e, anteriormente, do Belém, eram feitas pela estação de Rocinha, para onde havia uma linha de trollys e mais tarde Campo Limpo, para onde se abriu uma estrada de rodagem por subscrição publica e a esforços dos Major Eugenio Joly e de seu irmão Affonso Emilio Joly.

A estrada de ferro situava-se na antiga Rua da Cascata, atual Marechal Deodoro, despontando assim, como um novo “melhoramento” para a cidade, e a compreendemos como

parte do projeto de modernização das cidades. A estação ferroviária passou a ser ponto de encontro de jovens, local de comemorações e desfiles escolares (GABUARDI, 2004). Ocupava um lugar central na vida da cidade e era um dos fortes indícios da modernidade em Itatiba.



Figura 9: Estação da Estrada de Ferro Itatibense
Fonte: Pereira (2009, p. 31).



Figura 10: Vista da Companhia de Estrada de Ferro Itabense
Fonte: Gabuardi (2004, p. 25).

Na imagem anteriormente apresentada é possível observar o amplo espaço ocupado pela Companhia de Estrada de Ferro Itabense muito superior ao dos estabelecimentos do seu entorno.

Conforme o *Almanach de Itatiba* (1916, p. 46): “A primeira directoria que teve a Itabense era composta do Dr. José Machado Pinheiro Lima, Francisco Alves Cardoso, depois Barão de Itapema, e Paulino Lima”.

Pereira (2009) trouxe impressa em seu trabalho a fotografia a seguir, porém não identificou a data e as pessoas fotografadas, mas pelas vestimentas, disposição e lugares ocupados na composição da imagem, podemos supor que, dentre os fotografados que estão posicionados à frente e sentados, provavelmente tenhamos os funcionários mais graduados da ferrovia; já aqueles que estão postados em segundo plano pertenceriam a um escalão de menor poder, em pé, ao fundo, um menino, possível filho de um dos trabalhadores. Observa-se também, dentre os indivíduos, um sujeito negro, que parece pouco à vontade, porque evita olhar direto para o fotógrafo. Temos ainda dois sujeitos, que parecem ser os maquinistas, pelo lugar que ocupam na fotografia.



Figura 11: Diretores e funcionários da Estrada de Ferro
 Fonte: Pereira (2009, p. 32).

Outros elementos também ganharam espaço na trama urbana. Em 1876 foi inaugurado o Theatro S. Joaquim, de propriedade de Tobias Franco. Ao longo dos anos ele passou para os cuidados do capitão Ferraz Costa, comendador Lourenço Alves Cardoso, quando sofreu reforma geral, e foi reinaugurado em 1911: “De pequenas proporções, o Theatro S. Joaquim, assim mesmo, tem tido seus dias notáveis e basta lembrar que há uns vinte annos mais ou menos a companhia Verдини cantou na scena itatibense muitas operas do repertorio romantico” (ALMANACH DE ITATIBA, 1916, p. 40). Um dos marcos da modernidade era o teatro, espaço que acolhia o lazer considerado civilizado e de bom gosto.

Em Itatiba, a iluminação pública logo entrou em pauta de discussão. Na sessão da Câmara de 3 de novembro de 1877, os vereadores dr. Paula Leme, José B. de Siqueira, Joaquim da Silveira Franco, Malachias Alves da Fonseca e Francisco Antunes Valle fizeram a proposta da Empresa de Iluminação Globe Gaz, para iluminação num sistema a base de “naphta”. A proposta foi ainda para a comissão de obras públicas em 1878, sendo o vereador Júlio César o indicado para nomear a comissão que assinaria o contrato com a Empresa: Júlio César, Antonio de Lacerda Franco e Antonio Augusto de Castro (ALMANACH DE ITATIBA, 1916). O Coronel Francisco Rodrigues Barbosa tem seu nome relacionado ao “[...] primeiro abastecimento de água [...] e o auxílio votado pelo governo do Estado à nossa Santa Casa de Misericórdia [...]” (ALMANAK DE ITATIBA, 1905, p. 31).

Em meio a tais transformações publicadas nos periódicos locais, algumas pessoas acabavam por ter seus nomes atrelados com frequência às iniciativas de implementação desses melhoramentos, provavelmente porque faziam parte do mesmo grupo político dos editores dos impressos.

A iluminação, antes à base de nafta, depois querosene, então passou a ser elétrica. O engenheiro dr. Alberto J. Byington encabeçou as obras de uma usina hidrelétrica no terreno de Joaquim Domingues Paes, por onde passava o rio Atibaia e que contava com uma queda de cachoeira. Podemos perceber que havia muitos interesses nessa construção. Proprietários da fazenda Salto Grande, Ambrust & Novaes Teixeira se propuseram a fazer as construções necessárias, a fim de levar energia para Itatiba e Campinas. A inauguração da pequena usina aconteceu em 30 de dezembro de 1906, quando também se inaugurou a rede de esgotos, lançou-se a pedra fundamental do Grupo Escolar e assinou-se o contrato de ligação telefônica entre Itatiba e Bragança (ALMANACH DE ITATIBA, 1916).

A chegada da iluminação pública e da ligação telefônica transformaria ainda mais o espaço urbano e as relações sociais da época. Ambas também foram apresentadas como melhoramentos modernos. A iluminação permitiu um maior fluxo de pessoas nas ruas no período noturno, o que acabou por ampliar as opções de lazer, assim como propiciou uma nova gestão do tempo de trabalho, agora concebido como um tempo dinheiro, matematicamente controlado (THOMPSON, 1998).

No ano de 1878, dr. Francisco de Paula Leme coloca, na sessão de 15 de junho, a proposta para construção da nova casa da Câmara e Cadeia da cidade. Esse edifício foi inaugurado em 1880 (ALMANAK DE ITATIBA, 1905). Vale destacar que, até então, a cadeia funcionava num pequeno quarto localizado na Rua Alegre (posteriormente denominada de Campos Sales), depois numa casa na Rua do Comércio (posteriormente, rua Benjamin Constant) e, por fim, nos porões de uma casa no Largo da Matriz. Já a Câmara funcionava no consistório da Matriz.



Figura 12: Edifício da Cadeia e Câmara Municipal
 Fonte: *Almanak de Itatiba* (1905, p. 66).

Analisando o edifício da Cadeia e Câmara Municipal, verificamos dois pavimentos. A fachada principal possui escada externa com balaustrada, tem planta quadrangular e apresenta cobertura em quatro águas, com beirais provavelmente de madeira. Nessa época era comum utilizar esses espaços como plenário para reuniões dos vereadores e para julgamentos (sempre no segundo andar), ficando no primeiro pavimento a cadeia e a guarda. Referência ao edifício ainda indica como características em sua fachada: a simetria das janelas, o uso de muitas janelas retangulares com vidraças, a monumentalidade do prédio. Assim, o espaço conjunto das casas de Câmara e Cadeia em uma única edificação pública simbolizava o poder público.

No ano de 1887 foram iniciadas as obras do Cemitério Municipal. O pedido já havia sido feito pelo padre Francisco de Paula Lima em 12 de janeiro de 1883, pois o cemitério velho, situado “ao lado esquerdo da igreja do Rozario”, não tinha mais capacidade de receber enterramentos (ALMANAK DE ITATIBA, 1905, p. 10). Na sessão da Câmara, ficaram responsáveis por arrecadar fundos para a construção de um novo cemitério o tenente-Coronel Camillo José Pires, capitão Paulino Bueno de Aguiar e Affonso Emilio Joly (ALMANACH DE ITATIBA, 1916, p. 49). O Cemitério Municipal foi instalado, então, 600 metros distante da cidade e caixa d’água. Havia uma preocupação em atender a toda a demanda da população e também um cuidado com o risco de contaminação.

Em 1888, em sessão da Câmara, discutiu-se a necessidade de um matadouro na cidade, com a preocupação de fiscalização e controle de qualidade:

No anno de 1888 resolveu a Camara construir um matadouro e adquirido de Matheus Bistulfi por 1:000\$000 [...] a construcção, [...] obteve-a por contracto o industrial William Krug que a executou pela quantia de 11:000\$000 dando prompto o matadouro em 1889 (ALMANACH DE ITATIBA, 1916, p. 52).



Figura 13: Matadouro Municipal

Fonte: Pereira (2009, p. 37).

A construção de um matadouro nos leva a supor que houve o aumento de produção da carne bovina e um maior consumo desse produto, bem como a regulamentação do abate de animais sugere uma preocupação com a higiene. Na imagem apresentada acima é possível verificar que o Matadouro Municipal foi construído em uma área isolada.

A distribuição de água na cidade contou com sua canalização de um manancial para uma caixa d'água de depósito. O serviço foi inaugurado em 1º de junho de 1898.

Antes do abastecimento ser feito, a população usava água de poços e do rebeirão que era vendida em pipas pela rua, e bebia especialmente a água famosa da Biquinha tão boa que se lhe dá até a propriedade de prender a Itatiba áquelles que a bebem tal a sua frescura e limpidez (ALMANACH DE ITATIBA, 1916, p. 62).

A mudança na forma de receber a água alterava os hábitos de vida das pessoas. O abastecimento a partir dos poços, de bicas e dos ribeirões traz ainda características de uma região rural. Após a água encanada, a canalização de esgoto tornou-se emergente.

Todos os “melhoramentos” feitos na cidade faziam parte, como podemos observar, de um determinado caminho para o progresso, que incluía os saberes científicos, os saberes higienistas, um pensamento desenvolvido no século XIX, mas que persistiu, na visão de que “[...] a medicina deveria penetrar na sociedade, incorporando o meio urbano como alvo de sua reflexão e de sua prática, e o de que deveria constituir-se como apoio indispensável ao exercício de poder por parte do Estado” (GONDRA, 2000, p. 525).

Em Itatiba, assim como em outras cidade brasileiras, inúmeras associações foram criadas no começo do século XX. Estas sinalizam a conformação de outras redes de sociabilidades consolidadas no período, no esteio de iniciativas filantrópicas, religiosas, culturais e comerciais. Foi fundada, em novembro de 1900, a Loja Maçônica Amor à Justiça, na rua Campos Salles, sendo Manoel Alves Rodrigues o presidente. A Santa Casa de Misericórdia funcionava na praça José Bonifácio e seu presidente era José Pupo da Silveira. As bandas de música eram três: Giuseppe Garibaldi, da sociedade de mesmo nome; Carlos Gomes, sob a direção do maestro Francisco Perez; e Brasileira, sob direção do maestro Lindolpho Mattos. A Sociedade M. S. Giuseppe Garibaldi, fundada em 8 de setembro de 1892, localizava-se na Praça José Bonifácio, sendo o presidente Arone Pesce. A Sociedade Italiana de M. S. Christovam Colombo, fundada em 1º de novembro de 1897, funcionava na avenida 28 de Abril e seu presidente era Antonio Panzarin. A Sociedade de Mútuo Socorro itatibense, fundada em 1903, com sede na Igreja Matriz, era presidida pelo padre Francisco de Paula Lima, e, por fim, o Círculo Socialista Paz e Trabalho, localizado na rua Camillo Pires, tinha como secretário Miguel Rotundo (ALMANAK DE ITATIBA, 1905).

De acordo com o *Almanach de Itatiba* (1916, p. 69), em 1912 instala-se em Itatiba uma fábrica de tecidos, pertencente à Companhia Fábrica de Tecidos de Itatiba, mas é inaugurada solenemente no dia 20 de setembro de 1914. Contudo, “em virtude da tremenda crise econômica”, a fábrica não funcionou regularmente.

Além dessa fábrica de tecidos, uma fábrica de fósforos pertencente à “Sociedade Anonyma Fabril Scavone” começa a funcionar regularmente (ALMANACH DE ITATIBA, 1916). Podemos observar, na imagem, a proporção das instalações e a quantidade de pessoas no registro da fotografia. Parece que na fábrica havia um grande número de trabalhadores. Ou que, em razão da realização da fotografia, reuniram-se em seu entorno muitos adultos e crianças.



Figura 14: Fábrica de fósforos
Fonte: Pereira (2009, p. 37).

No *Almanach de Itatiba* para 1916, há uma sequência de notícias sobre as disputas e buscas por “melhoramentos” para a cidade. Encontramos um enaltecimento da República nesse periódico (1916, p. 53), tendo que: “As adesões ao regime inaugurado logo se foram manifestando numerosas e, póde-se dizer, depois da proclamação da República nunca mais houve monarchistas militantes em Itatiba”. Nessa direção, Costa e Schwarcz (2000, p. 27) nos lembram que:

O suposto é que a República representava a modernidade que se instalava no país, tirando-o da ‘letargia da monarquia’ ou da barbárie da escravidão’. Uma verdadeira batalha simbólica é então travada, quando nomes, hinos, bandeiras, heróis e modelos são substituídos (ou alterados os seus significados), com o intuito de marcar a diferença.

2.4 O Grupo Escolar de Itatiba: Coronel Júlio César

Entre fins do século XIX e início do XX, a educação passa a ser muito discutida na imprensa de todo o país, assim como nos periódicos itatibenses.

No rastro da criação de diferentes grupos escolares no estado de São Paulo, temos a criação do Grupo Escolar de Itatiba, em 1896. Conforme Souza (2004, p. 117), “localizados nos

centros urbanos, os grupos escolares ofereciam melhores condições de trabalho, facultavam a socialização de experiências e uma forte identificação institucional”.

O agrupamento de classes isoladas num único prédio escolar, formando-se classes de acordo com a idade e nível de aprendizagem, passa então a ser conhecido por “Grupo Escolar”. Em 1896, vinte e seis grupos escolares já estavam em funcionamento no estado e mais sete em via de instalação (VENDRAMIN, 2009).

Em Itatiba, devido ao crescimento da cidade, fez-se necessária a criação de uma “escola de primeiras letras”. Em 1844 foi criada a “cadeira de primeiras letras para o sexo masculino”. Apenas em 1856 foi criada a primeira “cadeira de primeiras letras para o sexo feminino”. Aos poucos, outras classes foram criadas em localidades mais afastadas do centro urbano, como os bairros dos Pintos, do Pinhal, Morro Azul, Tapera Grande e Conceição de Barra Mansa, atual Morungaba, arquivo histórico da E.M.E. B¹⁰ Coronel Júlio César.

Itatiba era, na época, uma localidade desenvolvida por causa do café, plantado em larga escala nas fazendas locais por fazendeiros bastante influentes politicamente¹¹.

O principal empenhado na construção do grupo escolar na cidade foi um rico fazendeiro de Campinas, o Coronel Júlio César de Cerqueira Leite, chefe do Partido Republicano de Itatiba, que tinha grande prestígio junto a seu conterrâneo Manuel Ferraz de Campos Salles, presidente da Província de São Paulo, e que viria a ser presidente da República no futuro. A amizade

¹⁰ Escola Municipal de Educação Básica.

¹¹ Fazendas antigas de café do município de Itatiba - Algumas não existem mais e outras mudaram de nome e proprietários. A confirmação pode ser feita na Casa da Lavoura e Agricultura do município: Atibainha - Estanislau José Soares; Baronesa - Antonio Alves Cardoso - Francisco Alves Cardoso (Barão de Itapema); Barreiros - Jofege (atual); Cachoeira - José Silveira Franco Chrispim; Chapéu de Sol - Urbano Soares Muniz; Dona Carolina Dona Carolina; Engenho - Antonio Rangel; Engenho D’água - defronte ao Hospital Regional; Espírito Santo do Morro Azul - Bráulio Timóteo Urioste; Figueira - Jacinto da Silveira Franco; Fortaleza - Elisária Arcuri; Jurema - Francisco Rodrigues Barbosa; Lajeado - Antonio da Siqueira Franco Damásio; Moenda - Maria Salomé de Godoy; Morro Azul - Joaquim Antonio de Camargo; Nossa Senhora da Conceição - Barão de Serra Negra (José Conceição); Ouro Preto - Áureo de Moura Andrade; Palmeiras - Jorge Baracho - Major Jorge Moreira Lima; Paraíso - Coronel Camilo José Pires; Paulista - Avelino Teixeira Camargo; Pedra Prata - Eleutério Alves Cardoso; Pedra Preta - Eleutério Bueno; Pereiras - Comendador Lourenço Alves Cardoso; Santa Bárbara - Antonio Augusto do Valle; Santa Bárbara - Barão de Ibitinga; Santa Bárbara (de cima) - Bento Soares de Moura; Santa Clara - Rodrigo Franco de Godoy; Santa Gertrudes - Antonio Augusto da Fonseca; Santa Gertrudes II - José Manuel Leite; Santa Julia - Eleutério Alves Cardoso; Santa Maria - Conde de Lara; Santa Rosa - Família Oliveira Simões; Santa Teresa - Manoel Lourenço Leme; Sant’Ana - Elias de Godoy Moreira; Sant’Ana - Francisco Bueno de Aguiar; Santo Aleixo - João Aleixo de Godoy; São Benedito - José Pires Pupo da Silveira; São Gabriel - Basílio de Godoy; São João das Pedras - Antonio Pereira Queiroz; São Joaquim - Candido de Oliveira Simões; São José - Rodrigo Franco de Godoy; Serra D’água - Manoel Augusto Sanfins. Fonte: *Almanaque de Itatiba* para 1916.

política com o republicano Campos Salles facilitou-lhe a nomeação do primeiro Grupo Escolar do município (SANGIORGI, 1969).

De acordo com VENDRAMIN (2009), o Grupo Escolar Coronel Júlio César, por meio do Decreto Estadual nº 218, de 28 de julho de 1894, recebeu o seu nome, que facultava à denominação dos grupos os nomes de cidadãos que porventura concorresse com donativos para o desenvolvimento da educação popular, principalmente no que se refere à reunião de escolas.

Júlio César nasceu em 11 de maio de 1845 na Fazenda Pau d'Alho, em Campinas. Seus pais foram Antonio Benedito e Maria Zelinda da Conceição Cerqueira Leite. Júlio César casou-se em 1871, com Francisca Andrade de Paula e se mudou para a cidade de Itatiba. Seu irmão, o general Francisco Glicério¹², filiado ao Partido Republicano Paulista, fez uma primeira reunião em Itatiba, em 24 de julho de 1873, para fundar um partido republicano. Compareceram: Sérgio Serafim Passos, Amélio Carneiro da Silva Braga, João Batista Passos, Pedro Veado, João Pedro de Campos, João Franco Pompeo, Francisco Crispim, Antonio de Almeida Prado, Júlio César de Cerqueira Leite, José Gabriel de Godoy, Francisco de Jesus Pinto, Tobias Franco Cardoso, Leão Cerqueira. Nessa reunião foi fundado o partido republicano, ficando Júlio César como seu chefe até 1897, quando houve cisão no Partido Republicano Federal, que seu irmão, Francisco Glicério, chefiava. A presidência do partido local foi substituída por Francisco Rodrigues Barbosa, que, veremos mais adiante, se tornou seu rival. Júlio César de Cerqueira Leite faleceu no dia 2 de maio de 1922, na cidade de Campinas.

¹² O Partido Republicano Federal (PRF) era liderado por Francisco Glicério e dava apoio a Floriano Peixoto. O PRF foi uma corrente política industrialista, caracterizada como modernizante, progressista e positivista. Já o Partido Republicano Paulista (PRP), corrente política formada por agricultores, era liderado por Jorge Tibiriçá, que apoiava Campos Sales, defendendo nesse período, o ponto de vista mais conservador (MEDEIROS, 2013, p. 47).

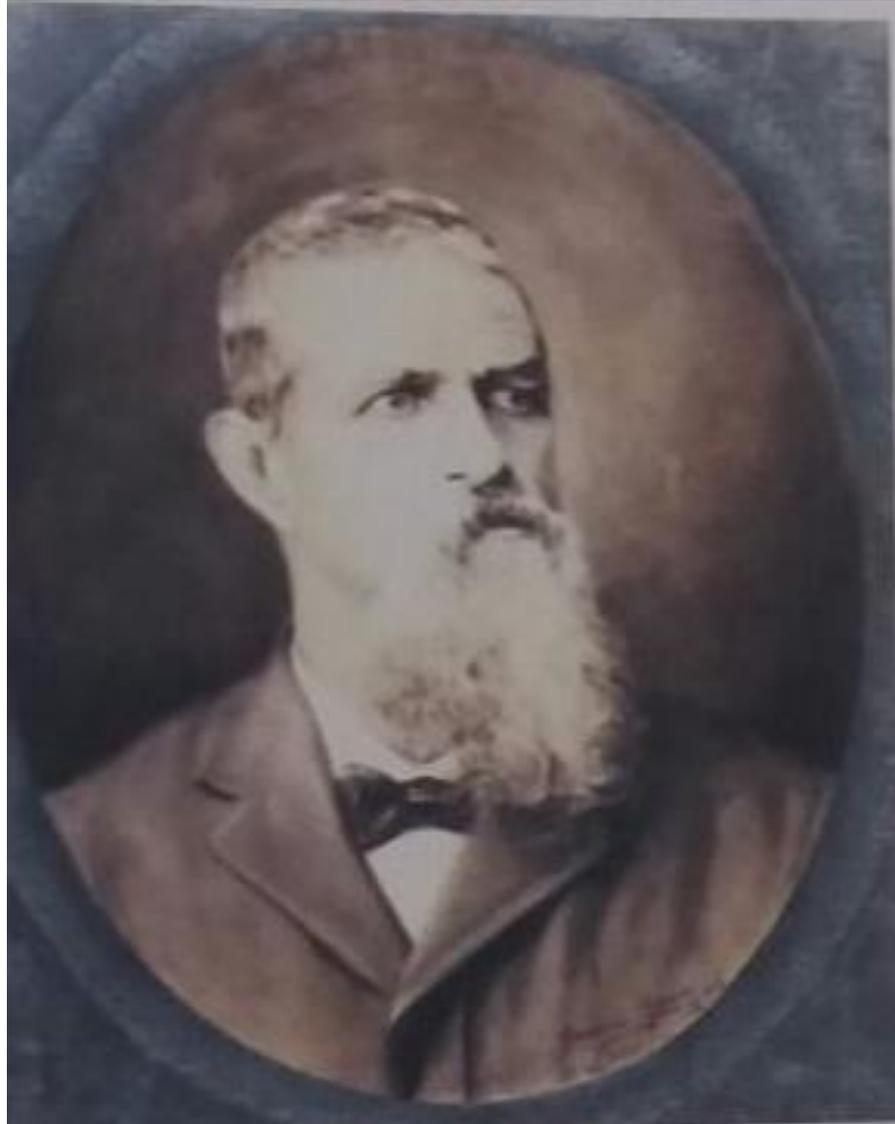


Figura 15: Coronel Júlio César de Cerqueira Leite
Fonte: Gabuardi (2004, p. 29).

Nos arquivos da Escola encontramos um ofício da Coordenadoria de Ensino do Interior (25/08/1993), que registra que a instalação do Grupo data de 1º de julho de 1896 e que a Lei ou Decreto de sua fundação foi publicado no Diário Oficial de 13 de maio de 1896. Sua denominação inicial foi “Grupo Escolar Coronel Júlio César” (13/05/1896), posteriormente passando a denominar-se “E.E.P.G. ‘Coronel Júlio César’”, de acordo com a resolução da Secretaria Estadual nº 23/76, de 27 de janeiro de 1976¹³, publicada em 28/01/1976.

¹³ Gestão do governador do estado Paulo Egydio Martins.

O *Almanach de Itatiba* (1916, p. 59) apresenta os primórdios de criação do Grupo Escolar Júlio César, destacando anteriormente que sua existência fez parte da “radical transformação operada pela Republica”,

Obtida a criação do grupo, a Camara teve pressa em fazer-lhe a instalação e alugou para esse fim a casa do tte. Coronel Julio Joly Junior, na rua Benjamin Constant esquina da Aristides Lobo, onde em 13 de Maio de 1896 fez a solenne inauguração das escolas reunidas de Itatiba que mais tarde se transformaram no Grupo Escolar. Iniciou-se ahi o funcionamento do Grupo sendo seu inaugurador o estimado professor Ramon Rocca Dordal¹⁴ que foi o seu primeiro director.

No *Almanach* de 1916, há uma referência sobre desentendimentos entre o tenente-Coronel Julio Joly Junior, proprietário da casa alugada onde funcionavam as escolas reunidas, com a administração municipal¹⁵ (A REACÇÃO, 15/01/1911). A partir de então, a administração teria alugado imóveis de Galdino Dutra na mesma rua, Benjamin Constant. Não são mencionados os motivos das desavenças.

O *Almanak* de 1905 ressaltou que o Grupo Escolar: “Funciona desde 13 de Maio de 1896, contando matriculados cerca de quatrocentos alumnos de ambos os sexos”. O mesmo periódico (1905, p. 12) publicou um pequeno resumo acerca da instrução pública no município:

Em 1886 a instrução no municipio era ministrada por seis escolas primarias sendo trez do sexo masculino e trez do feminino, com um total de 183 alumnos (98-85); um collegio de ensino secundário, e diversos estabelecimentos particulares de ensino elementar. Existiam também dois gabinetes de leitura. Na atualidade há o Grupo escolar com 10 cadeiras, 8 escolas provisórias no

¹⁴ Ele teve uma trajetória difícil: espanhol de nascimento foi aprendiz de tipógrafo em Madri, migrou para o Brasil e foi empregado desenhista na estrada de ferro Macaé- Campos, RJ, e tipógrafo do Jornal do Commercio, RJ, chega a professor após diplomar-se tardiamente, aos 35 anos. Concursado como professor público do estado de São Paulo, assume a função de professor primário como titular da 1ª Cadeira Masculina em Itatiba no ano de 1890 e permanece como professor nesta localidade até 1894. No ano de 1892 escreve o livro *Arithmetica Escolar*. Em 1894 o professor é Ramon é convidado a fazer parte do quadro de professores da Escola Normal da Capital. Em 1896, retorna à Itatiba para proceder a instalação do primeiro Grupo Escolar do município e permanece diretor desta escola por um período de um ano, até que a instalação é declarada concluída pela Secretaria de Instrução Pública em 1897. A designação do Professor Ramon causou um mal estar na época entre a inspetoria do 17º Distrito Escolar do Estado de São Paulo e os políticos do município de Itatiba [...]. Mais informações sobre sua Biografia, consultar: VENDRAMIN, Melissa Toffani Magalhães. **Os primórdios da educação em Itatiba, SP, 1830-1930: imagens locais e fontes educacionais**. 2009. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

¹⁵ De 1910 a 1916, estava no cargo de prefeito Herculano Pupo Nogueira (GABUARDI, 2004), e vereadores João Cyrino de Oliveira, Joaquim Rodrigo de Godoy, Benedicto Soares Filho, Antonio Augusto da Fonseca (A REACÇÃO, 15/01/1911).

município e diversas escolas particulares na cidade. (ALMANAK DE ITATIBA de 1905, p. 12)

Como é noticiado no *Almanak de Itatiba* de 1905, havia um grande público para o atendimento nas escolas. O grupo reuniria as escolas isoladas e supostamente atenderia à demanda escolar.

Na fotografia apresentada a seguir, encontrada no Arquivo Histórico da E. M. E. B. “Cel Júlio César”, fotografou-se uma classe isolada, masculina, no Bairro da Ponte, no ano de 1895. Três fileiras de alunos foram organizadas, estando a primeira sentada num banco e a segunda, tendo a figura do professor bem alinhado no centro, sentado, enquanto as crianças estão em pé, como as da terceira fileira. É possível observar a presença somente de meninos, de forma a aparecerem todos os rostos na fotografia. Aparentemente são todos brancos, mas note-se o diferencial nas vestimentas. Crianças calçando sapatos usam também roupas aparentemente mais formais, como bermuda, a camisa e também um colete. As crianças descalças aparecem apenas com uma camisa e bermuda, ao que parece, da mesma tonalidade.



Figura 16: Classe isolada do bairro da Ponte – Itatiba (1895)
Fonte: Arquivo Histórico da E. M. E. B “Coronel Júlio César”.

No início do século XX, por interferência de outro político influente, o senador estadual Antônio de Lacerda Franco (Partido Republicano Paulista – PRP, eleito pela primeira vez em 1892), Itatiba foi incluída entre as cidades do interior que seriam beneficiadas pelo presidente do

Os autores Buffa (2002) e Pinto (2002, p. 43-44) afirmam que a seleção dos terrenos era criteriosa: “[...] quadras inteiras ou grandes lotes de esquina que proporcionassem uma visualização completa do edifício e permitisse múltiplos acessos”. Assim, os terrenos onde foram implantados os grupos escolares não foram escolhidos ao acaso, “[...] situados em regiões nobres, esses edifícios marcam, definitivamente, pela imponência e localização, seu significado no tecido urbano”. No caso de Itatiba não foi diferente. O grupo escolar ficava na área central da cidade, próximo de estabelecimentos comerciais, da Igreja Matriz, da praça, da Cadeia e da Câmara Municipal.

O lançamento da pedra fundamental aconteceu em 30 de dezembro de 1906, e foram iniciadas as obras, a partir do contrato de construção com os engenheiros Pedro Soares de Camargo e Francisco Homem de Mello, sendo concluídas as obras em 1908 (ALMANACH DE ITATIBA, 1916, p. 59). Nesse período, estava na presidência do estado o dr. Jorge Tibiriçá (PRP, 1904-1908).

A construção do “bello edificio” escolar ganhava visibilidade:

E quem por lá passe hoje, quer á hora de aulas que á hora do recreio verá que esplendida installação tem o curso primario de Itatiba e com que acendrado patriotismo os professores preparam a gente moça á qual será entregue o futuro de nossa terra [...]. E muitos dos que estiveram na escola nos outros tempos, aprendendo a ler com o honrado Chico Professor, com o saudoso João Luz, ou na escola dos Padres terão duplamente a tristeza da sua velhice – por não serem ainda creanças e por não poderem ir ao Grupo aprender (ALMANACH DE ITATIBA, 1916, p. 59-60).

A construção de grupos escolares, além da arquitetura que representava o progresso e o que era moderno em relação às escolas do império, perpetua uma memória disseminada pela imprensa da época, ligada aos republicanos, a exemplo do *Almanach* de 1916, que afirma a vitória da República com a idealização de um modelo escolar. A construção de grupos escolares dava maior visibilidade à República e pressupunha progresso, modernidade, como se fosse algo desejado e almejado por todos.

Escolano (2001, p. 28) nos alerta que:

Não apenas o espaço-escola, mas também sua localização, a disposição dele na trama urbana dos povoados e cidades, tem de ser examinada como um elemento curricular. A produção do espaço escolar no tecido de um espaço urbano determinado pode gerar uma imagem da escola como centro de um urbanismo racionalmente planejado ou como uma instituição marginal e excrescente.

É nesse sentido que observamos as expressões veiculadas no *Almanach* de 1916. O edifício é caracterizado como “esplendida instalação” que acolhia o que havia de mais moderno em termos de educação, atributos que garantiriam a formação do cidadão civilizado e trabalhador.

Escolano (2001, p. 30) defende que:

A cidade moderna é, na maior parte dos casos, um constructo gestado entre interesses e conflitos, apesar do qual o entremeado de racionalidades e irracionalidades em que ela se materializa constitui uma parte importante, decisiva, do currículo não cursado, uma fonte silenciosa de ensinamentos.

Sendo assim, é fundamental atentar-se para a trama urbana, sua configuração e transformações. Em particular, nesta pesquisa, atentamos para a localização e conformação das ruas próximas ao grupo escolar, para as construções situadas no seu entorno, para a arquitetura desses prédios, sua divisão interna e ocupação de sua área externa. Buscamos relacionar tais aspectos com as iniciativas públicas de saneamento, higiene, educação e disciplinamento dos corpos, dentro da lógica de progresso da recém-criada república.

No Arquivo da E. M. E. B. “Coronel Júlio César”, encontramos uma imagem do andamento das obras do edifício do Grupo Escolar. A dimensão focalizada na fotografia registra parte da área frontal do prédio e parte lateral. As obras mostram-se aparentemente quase finalizadas. Fica bem demarcada a presença de quatro homens, com paletós pretos e chapéus, no andaime superior, onde se encontram mais três homens, mas com vestimentas diferentes, o que indica a distinção da sua posição social e de trabalho. No andaime de baixo encontram-se dois homens e a maioria dos trabalhadores. Quinze homens com roupas claras e parecidas estão perto da parte térrea. Novamente, não são identificados os nomes dessas pessoas.

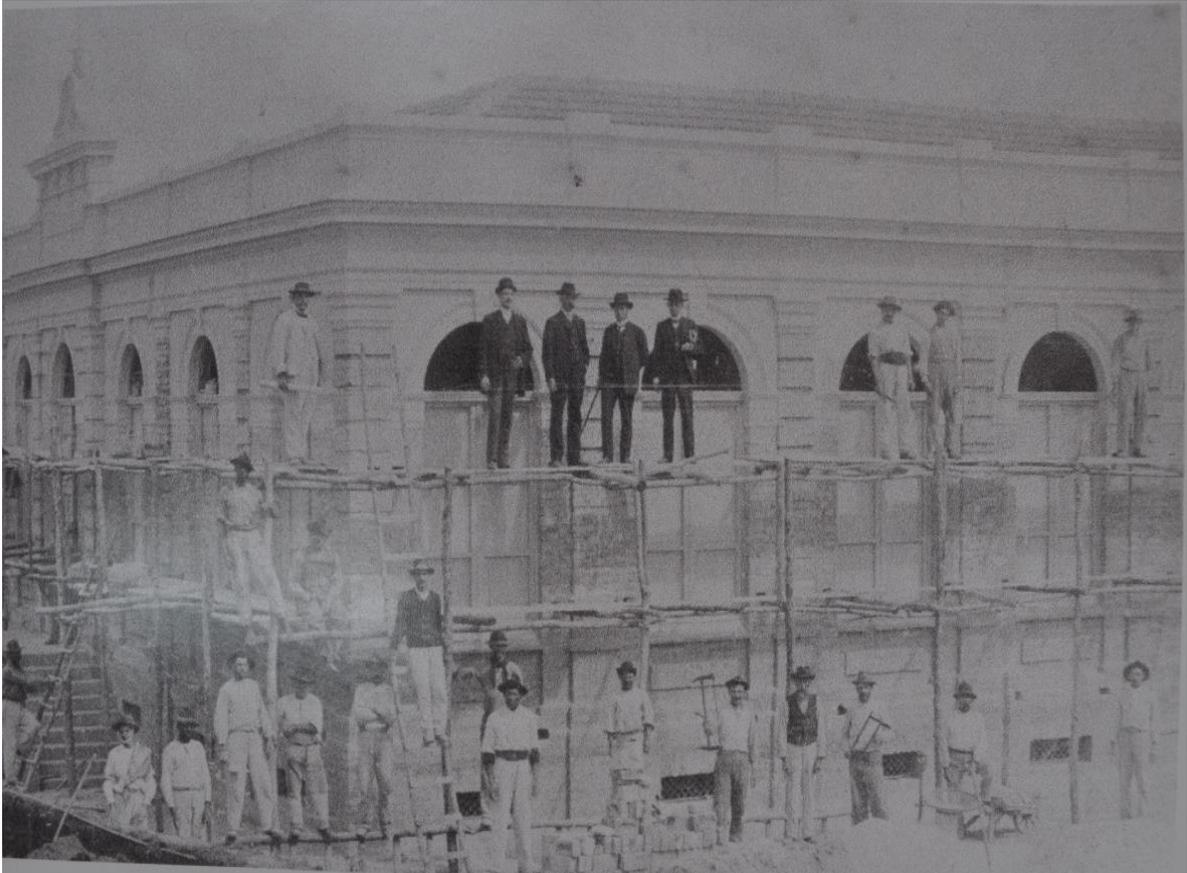


Figura 18: Construção do Grupo em 1907

Fonte: Arquivo Histórico da E. M. E. B. “Coronel Júlio César”.

Bencostta (1996, p. 70) destaca:

Uma vez que a organização dos grupos escolares estabelecia a reunião de várias escolas primárias de uma determinada área em um único prédio, a administração pública entendeu ser um benefício financeiro aos seus cofres o fato de não ter que arcar com os aluguéis das diversas casas que abrigavam as escolas isoladas.

Dessa forma, podemos supor que, para a administração municipal de Itatiba, a criação de grupos escolares seria também algo vantajoso.

Na imagem abaixo, registro do término da construção do grupo, é possível notar a presença de pessoas pertencentes aos distintos segmentos sociais de Itatiba. A análise das vestimentas revela homens de paletó, com lenço no bolso, chapéu e usando calçados. Em contraste, há também um homem negro, descalço, com um chapéu diferente dos demais, e apenas uma menina. No Arquivo Escolar, sobre essa fotografia há apenas as referências aos senhores: Eleutério Rela, José Bonni, Aquiles Parodi, Francisco Ubinha, José Leal, Antonio Bertotti e Antonio Panzarim. Foram fotografadas vinte pessoas adultas e três crianças. Ainda não

sabemos se não houve identificação das pessoas ou foi esquecimento, mas o silenciamento dos nomes dos demais presentes leva ao apagamento desses sujeitos na história local.



Figura 19: Foto comemorativa do término da construção do Grupo
Fonte: Arquivo Histórico da E. M. E. B. “Coronel Júlio César”.

A primeira imagem de término das obras do grupo escolar evidencia diferentes pessoas de diferentes grupos sociais de Itatiba. A imagem de inauguração apresenta a grande quantidade de crianças, alunos e algumas pessoas adultas. A fotografia registra a separação entre meninos e meninas. A diferença entre as vestimentas também é marcante, as meninas usando um vestido claro e os meninos vestindo calça, camisa e colete, em tons mais escuros. É possível notar, também, que nem todos usam sapatos, mais um elemento de distinção entre os segmentos sociais.

Duas mulheres, sentadas em cadeiras, com vestidos longos até o pé, cobrindo os braços e com as mãos juntas ao corpo aparentam ser professoras. Mais ao fundo evidenciamos homens de terno, alguns acenando com seus chapéus. É, provavelmente, um momento de festa, mas é digno de nota a expressão sisuda das duas mulheres em destaque na foto, talvez pela necessidade de

desempenhar o papel de professor exemplar e a não liberdade de manifestar quaisquer expressões femininas. Esse mesmo comportamento, também TENDE A SER evidenciado entre as meninas.



Figura 20: Inauguração do Grupo Escolar

Fonte: Arquivo Histórico da E. M. E. B. “Coronel Júlio César”.

Pela fotografia, observamos que o espaço parece pequeno para tantas pessoas reunidas num só lugar. As posturas dos corpos das crianças nos sugere a contenção ou até o acanhamento, isso por conta da técnica fotográfica da época, já que as pessoas precisavam ficar alguns minutos sem se movimentar.

No Arquivo Escolar, encontramos também o registro histórico do dia da inauguração oficial do grupo escolar, em 21 de abril de 1909. Na época, estava na direção do grupo Luiz Ribeiro de Carvalho (1908-1910).

O edifício, além da monumentalidade de sua arquitetura, reunia as concepções de grandeza, de ideal republicano, em que a instrução entrelaçaria ordem e progresso. O grande “templo laico” construído com os recursos que o Império havia destinado a esse fim, contrapõe-se à antiga escola, da velha ordem (CARVALHO, 2003).

Carvalho (2003, p. 23) explica que: “como signo da instauração da nova ordem, a escola devia fazer ver. Daí a importância das cerimônias inaugurais dos edifícios escolares. O rito inaugural repunha o gesto instaurador”.

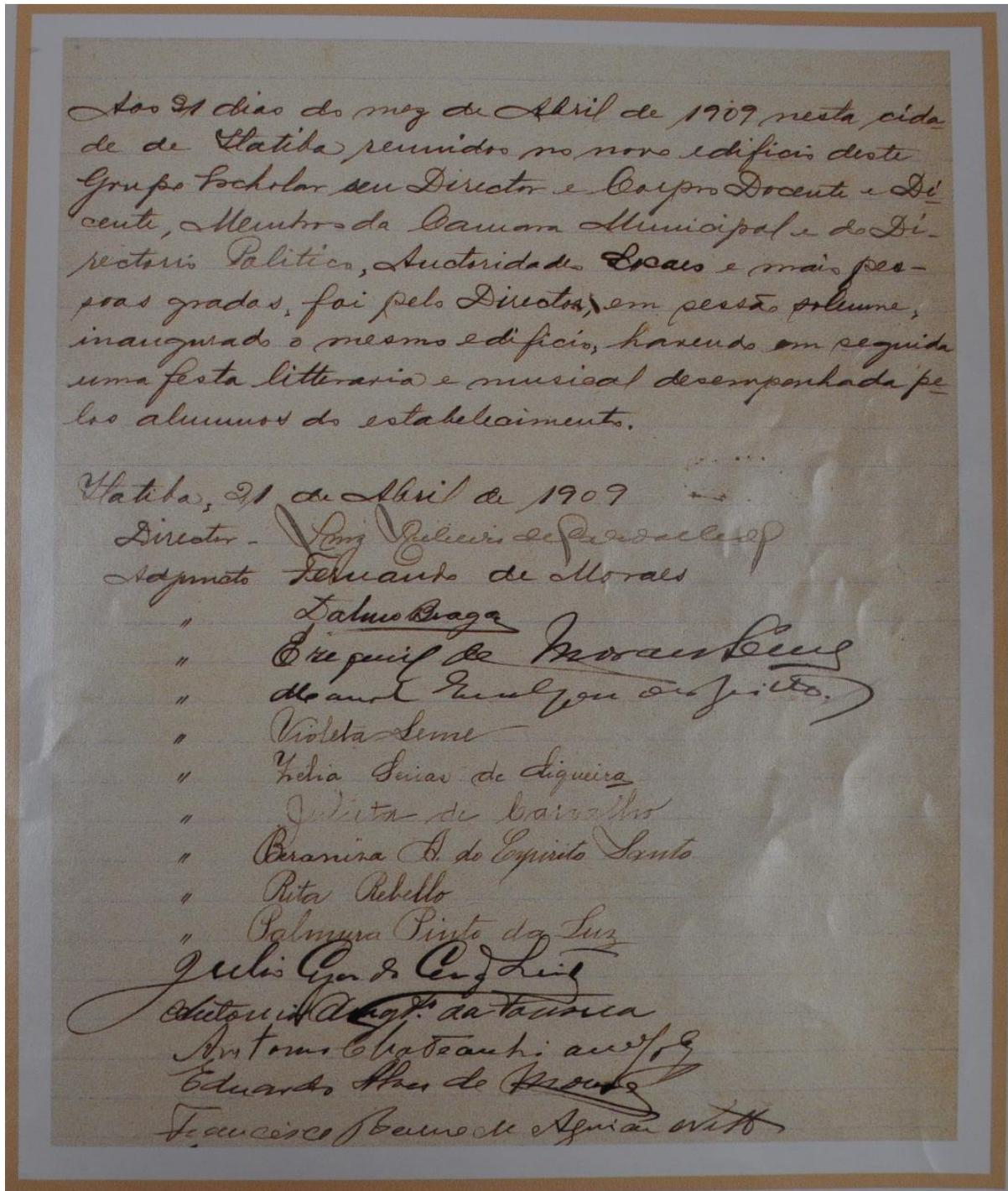


Figura 21: Registro histórico do dia da inauguração, em 21 de abril de 1909
 Fonte: Arquivo Histórico da E. M. E. B. “Coronel Júlio César”.

Pelo registro acima, observamos que a data de inauguração oficial do edifício foi 21 de abril de 1909. Em sessão solene, com a presença do diretor, corpo docente e discente, foi formalizada a inauguração. Em seguida, houve uma festa literária e musical da qual participaram os alunos do grupo.

Segundo Carvalho (2003), a inauguração do edifício tratava-se de uma resposta dos governos republicanos a uma sociedade que enviava os filhos ao estrangeiro para a obtenção de uma instrução dentro dos preceitos de uma pedagogia moderna; na verdade, apenas alguns poucos membros das elites letradas faziam isso. O novo prédio, com novo método de ensino, deveria satisfazer as necessidades exigidas pelo novo regime político.

No ano de 1910, temos que:

O movimento geral [do Grupo Escolar] foi o seguinte, em 1910:
 Alunos matriculados: Secção masculina 192, Feminina 176. Total 368.
 Eliminações: 26. Existente no fim do ano: Secção masculina 174, Feminina 168. Total 342. Porcentagens de promoções 62%. Terminaram o curso 34.
 Frequência media annual: Secção masculina: 140, Feminina 144. Total de frequência media 284. Porcentagem de frequência 83%.

É possível observar que a quantidade de alunos em relação às promoções é marcante. De início, a seção masculina é maior que a feminina, mas até o final do ano essa quantidade diminui.

2.5 O Grupo Coronel Júlio César e o processo de restauração

Ao estudar a história dos grupos escolares nos deparamos com a semelhança da sua arquitetura entre si. Citamos, por exemplo, os da cidade de Bragança: Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá (1897), estudado por Medeiros¹⁶ (2013), e Grupo Escolar José Guilherme (1925), que foi estudado por Franceschi¹⁷ (2013).

Além dos grupos escolares de Bragança Paulista, na virada do século XIX para o XX, os grupos projetados nas cidades de Taubaté, Jaú, Mogi das Cruzes, Pindamonhangaba, Caçapava, São Simão, Santa Barbara, Cajuru e muitos outros, entre estes o grupo escolar Coronel Júlio César, de Itatiba, possuem marcos arquitetônicos semelhantes e foram projetados sob a

¹⁶ MEDEIROS, Daniel Amaro Cirino. **O grupo Escolar Doutor Jorge Tibiriçá: das escolas isoladas à escola idolatrada.** 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, Universidade São Francisco, Itatiba, 2013.

¹⁷ FRANCESCHI, Marcello Teixeira. **Grupo Escolar José Guilherme: uma história em três atos.** 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, Universidade São Francisco, Itatiba, 2013.

responsabilidade de José Van Humbeeck, o arquiteto com mais extensa produção na antiga Superintendência de Obras Públicas (CORRÊA, NEVES; MELLO, 1991).

Segundo Corrêa, Neves e Mello (1991), as fachadas das escolas projetadas por José Van Humbeeck possuem características muito semelhantes, destacando-se pela simplicidade estilística formal do neoclássico.

José Van Humbeeck destaca-se também como autor dos primeiros projetos para grupos escolares de um único pavimento com todos os corredores abertos, possibilitando visualizar (vigiar) tudo que acontecia em todos os cantos do prédio. Os engenheiros Francisco Homem de Mello e Pedro Soares de Camargo foram os responsáveis pela obra do Grupo Escolar de Itatiba (ALMANACH DE ITATIBA, 1916). Vários outros prédios erguidos então pelo governo estadual, em diferentes cidades paulistas, seguiram o mesmo estilo arquitetônico, ecléticos, com elementos neogóticos e neoclássicos (OLIVEIRA, 2007).

O espaço escolar torna-se, assim, no seu desenvolvimento interno, um espaço segmentado no qual o ocultamento e o aprisionamento lutam com a visibilidade, a abertura e a transparência. A racionalização burocrática - divisão do tempo e do trabalho escolares - e a gestão racional do espaço coletivo e individual fazem da escola um lugar em que adquirem importância especial a localização e a posição, o deslocamento e o encontro dos corpos, assim como o ritual e o simbólico (VIÑAO FRAGO; ESCOLANO, 2001, p. 80).

A decisão de instalar uma escola em determinado lugar e não em outro vai além da arquitetura escolar. Eram estudadas as condições higiênicas, climáticas, topográficas, de ventilação, de iluminação etc. Depois disso, a arquitetura cumpriu outra função, além de abrigar salas de aula, contribuiu com a racionalidade, o disciplinamento dos corpos e a manutenção da ordem.

A imagem do Grupo Escolar Coronel Júlio César é estampada na página do *Almanach* de 1916, apresentada a seguir. A fotografia destaca a sua imponência, o grande número de janelas amplas, que garantiam a iluminação e ventilação. Como destaca Carvalho (2003), os edifícios dos grupos escolares tinham que ser amplos, bem iluminados, com materiais escolares em profusão e inéditos, evidenciando todo o progresso que a nova ordem política instaurava. Observando a fotografia, percebe-se, pela construção do muro, que o grupo pesquisado foi construído num terreno íngreme.



Figura 22: Imagem do Grupo Escolar no *Almanach de Itatiba*, 1916
 Fonte: *Almanach de Itatiba*, 1916, p. 57.

De acordo com Escolano (2001, p. 26)

A arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina, e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos. Ao mesmo tempo, o espaço educativo, refletiu obviamente as inovações pedagógicas, tanto em suas concepções gerais como nos aspectos mais técnicos.

A arquitetura escolar constituía-se, dessa forma, também num elemento da modernização do ensino, diante da nova ordenação do espaço escolar, das práticas e saberes:

Os espaços educativos, como lugares que abrigam a liturgia acadêmica, estão dotados de significados e transmitem uma importante quantidade de estímulos, conteúdos e valores do chamado currículo oculto, ao mesmo tempo em que impõem suas leis como organizações disciplinares (ESCOLANO, 2001, p. 27).

De acordo com Oliveira (2007), a arquitetura desses grupos escolares unia racionalidade econômica e funcionalidade a determinados padrões estéticos. Considerando a necessidade de

construir rapidamente muitos edifícios para atender ao grande número de alunos, combinado ao reduzido corpo técnico e aos baixos custos, o procedimento adotado pelo Departamento de Edifícios e Obras Públicas (DOP) do Governo do Estado de São Paulo foram os projetos-tipo. A diferenciação estava nas fachadas e ornamentação, além de adequação aos perfis de terrenos.

A característica marcante dessa arquitetura é a simetria da planta, a separação dos alunos por sexo: a ala masculina e a feminina, com entradas distintas e separadas internamente, sendo marcada, no exterior, por um frontão. Essas características são evidentes no Grupo Escolar Coronel Júlio César (ver figura abaixo).



Figura 23. Fachada do Grupo Escolar Coronel Júlio César
Fonte: Arquivo Histórico da E. M. E. B. “Coronel Júlio César”.

Essa fotografia (sem data e autoria), presente no Arquivo Escolar, apresenta o mesmo ângulo do grupo, mas, dessa vez, evidenciando a sua parte frontal por inteiro. Além disso, da forma como a fotografia foi tirada parece que se trata de um terreno mais plano, diferente do que vimos na fotografia anterior, no *Almanach* de 1916.

Atualmente, o Grupo Escolar Júlio César, faz parte da chamada “Arquitetura Escolar Paulista da República Velha”, ou seja, os que resistiram ao tempo estão todos tombados pelo

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

O prédio do grupo escolar Coronel Júlio César foi tombado pelo CONDEPHAAT conforme publicação do Diário Oficial do Estado de São Paulo, do dia 7 de agosto de 2002, páginas 1 e 52, sendo a Resolução de Tombamento de nº 60, de 21 de julho de 2010.

Livro do Tombo Histórico: inscrição nº 377, p. 103 a 110, 05/09/2011.

Código Sec. Est. Educ.: 05.81.101

O Grupo Escolar Coronel Júlio César foi criado em 13 de maio de 1896 e instalado em 1º de julho do mesmo ano, em imóvel alugado pela Câmara Municipal. Construído posteriormente, o atual prédio faz parte de um conjunto de projetos de autoria de José Van Humbeeck. [...]

É uma das integrantes de conjunto de 126 escolas públicas construídas pelo Governo do Estado de São Paulo entre 1890 e 1930 que compartilham significados cultural, histórico e arquitetônico. Essas edificações expressam o caráter inovador e modelar das políticas públicas educacionais que, durante a Primeira República, reconheceram como inerente ao papel do Estado a promoção do ensino básico, dito primário, e a formação de professores bem preparados para tal função. Quanto às políticas de construção de obras públicas, são representativas pela estruturação racional de se instalar edificações adequadas ao programa pedagógico por todo o interior e capital do Estado.

Destaca-se a qualidade do conjunto caracterizado pela técnica construtiva simples, consolidando o uso de alvenaria de tijolos e por uma linguagem estilística que simplificou os atributos da tradição clássica acadêmica. A organização espacial era concebida incorporando preceitos e recomendações de higiene, insolação e ventilação previstos na cultura arquitetônica que vinha se firmando desde o século XIX.

O restauro¹⁸ foi realizado no ano de 2000, pelo arquiteto Marcello Pucci. Teve como colaboradores os arquitetos Alessandra Esteves, Silvia Pannunzio, Marcelo Oliveira, Hélio Braga Júnior e o *designer* de perspectiva Michel Yves Seiler. Chamamos atenção para o fato de que o próprio laudo do tombamento toma o projeto republicano paulista dos grupos escolares como referência da excelência, assim como foi aclamado na época pelos seus defensores, endossando plenamente o que foi preconizado no passado.

O projeto de restauro fez algumas alterações na sua estrutura, como é possível observar nas imagens a seguir:

¹⁸ A restauração do grupo escolar contou com a execução e pintura das paredes, o tratamento da estrutura da cobertura sem forro, revisão da rede elétrica, limpeza do piso hidráulico, execução de cobertura de policarbonato e estrutura metálica, pátio central da edificação, remoção do piso do pátio, execução de piso de cimento queimado, demolição da cobertura de acesso aos banheiros e execução de nova cobertura de policarbonato, demolição de alvenaria em vãos de janelas originais e execução de caixilharia em ferro, conforme modelo existente, demolição dos degraus das escadas e execução de escada metálica solta do edifício, tratamento da estrutura de madeira.

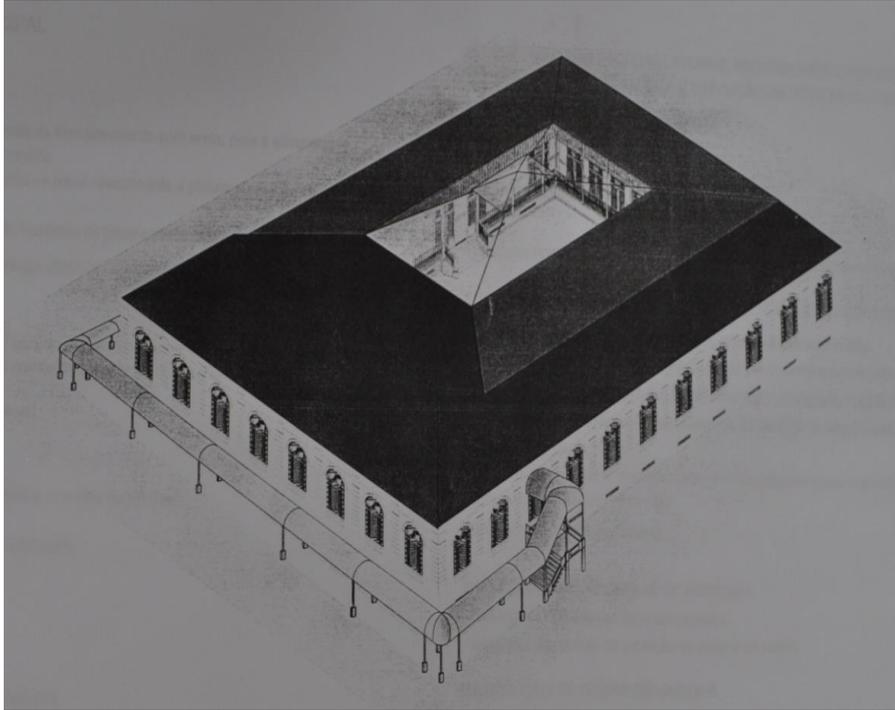


Figura 24: Projeto de restauro do Grupo Escolar Coronel Júlio César
 Fonte: Instituto de Recuperação do Patrimônio histórico no Estado de São Paulo.
 Localizado no Arquivo Histórico da E. M. E. B. “Coronel Júlio César”.

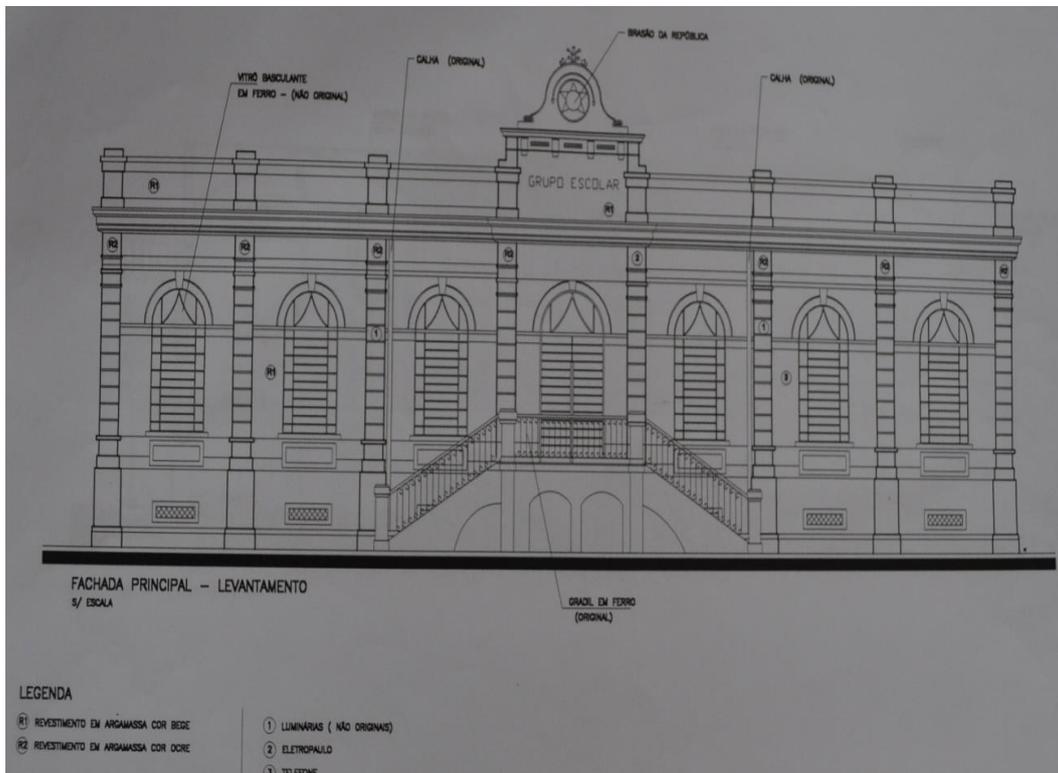


Figura 25: Projeto de restauro da fachada principal do Grupo Escolar Coronel Júlio César
 Fonte: Instituto de Recuperação do Patrimônio histórico no Estado de São Paulo. Localizado no Arquivo Histórico da E. M. E. B. “Coronel Júlio César”. Localizado no Arquivo Histórico da E. M. E. B. “Coronel Júlio César”.

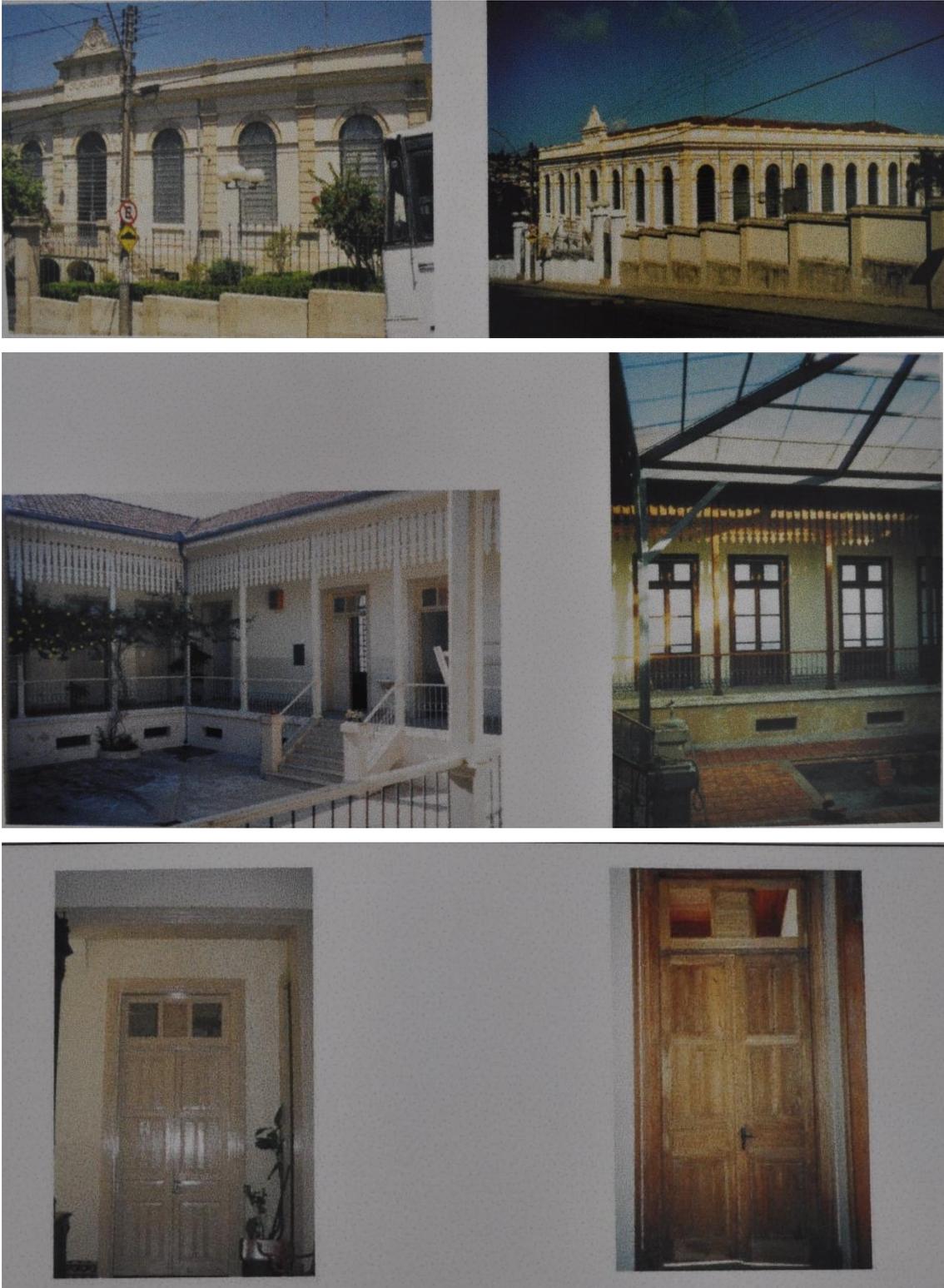


Figura 26: Restauração do grupo escolar: situação anterior e posterior ao restauro
Fonte: Instituto de Recuperação do Patrimônio histórico no Estado de São Paulo.
Localizado no Arquivo Histórico da E. M. E. B. “Coronel Júlio César”.



Figura 27: Prédio atual do Grupo Escolar Coronel Júlio César, após restauro
Fonte: Arquivos da autora.

Souza (1998, p. 91) afirma que os grupos escolares foram representantes da política republicana de valorização da escola pública:

[...] dessa forma, eles conferiam a um só tempo: visibilidade à ação política do Estado e propaganda do novo regime republicano. Criar um grupo escolar tinha um significado simbólico muito maior que a criação de uma escola isolada, cuja precariedade mais se assemelhava às condições das escolas públicas do passado imperial com o qual o novo regime queria romper. Em certo sentido, o grupo escolar, pela sua arquitetura, sua organização e suas finalidades aliava-se às grandes forças míticas que compunham o imaginário social naquele período, isto é, a crença no progresso, na ciência, e na civilização.

Os grupos escolares erguiam-se como “templos do saber” da modernidade, pois reuniam todas as práticas e conjunto de saberes, de projetos educativos num só ambiente, ressaltando o modelo de escola seriada (FARIA FILHO, VIDAL, 2000; SOUZA, 1998).

Na imagem a seguir observa-se a presença da banda¹⁹, seguindo a descida da rua. Muitas crianças e jovens se posicionam para a fotografia, novamente planejada de forma a capturar a lateral do prédio, mas também parte do seu frontão. Isso nos sugere a exaltação da monumentalidade do edifício e, nesse caso, também a presença da banda, possivelmente

¹⁹ De acordo com Camargo (JORNAL DE ITATIBA, 2003), a primeira banda surgiu em Itatiba em 1840, vinda da Villa de São Carlos (atual cidade de Campinas) para comemoração da coroação de D. Pedro II como novo imperador do Brasil.

preparada para um desfile cívico, é agrupada de forma a garantir que a sua grandeza seja mostrada juntamente com o prédio do grupo escolar. Além disso, é possível notar organização perfilada das crianças uniformizadas e com postura apropriada.



Figura 28: Visão do prédio do Grupo Escolar Coronel Júlio César
Fonte: Arquivo Histórico da E. M. E. B. “Coronel Júlio César”.

2.6 A “Instrução” como parte do progresso

Dentre os “melhoramentos” e progresso apregoados pelos periódicos locais, a preocupação com a escola, assim como a necessidade de urbanização da cidade, eram temáticas extremamente valorizadas. Em 13 de maio de 1896 são inauguradas as escolas reunidas de Itatiba. No período, as escolas reunidas funcionavam em casas alugadas pela administração municipal. No *Almanak de Itatiba* (1905) localizamos a identificação das escolas municipais da cidade e de seus respectivos professores:

Bairro de Santa Cruz

Professor - Secundino Veiga, organizador deste livro, rua Rangel Pestana.

Conceição de Barra Mansa

Sexo masculino. Professor, Antonio Marcondes Alves Alvim.

Sexo feminino. Professora, d. Constança Brazília Alvim; adjuncta, d. Eliza de castro Ferraz.

Bairro do Feital

Professor – Benedicto Martins.

[...]

Inspector municipal

Tte. Coronel José de Paula Andrade, rua Campos Salles. Sendo de 20 o numero de cadeiras neste municipio, faltam ainda 10 para serem providas.

A cidade contava com escolas elementares de origem particular, situadas na rua Benjamin Constant, largo da Matriz, ruas Francisco Glicério e Quintino Bocaiúva, área central da cidade (ALMANAK DE ITATIBA, 1905). No começo do século XX é possível perceber uma maior preocupação com os assuntos relacionados à educação. Num anúncio do Colégio Externato São José, no jornal *Gazeta* (01/03/1904), o estabelecimento é apresentado como “ao lado do progresso da cidade”.

No jornal *Gazeta de Itatiba* (01/03/1904), na seção “Instrução”, é ressaltada a necessidade da educação:

A alma humana sem educação, é bem semelhante ao marmore bruto, que não mostra as bellezas que lhe são inherentes, emquanto a mão artistica do homem esculptor não torna a sua superficie polida e não descobre as bellezas que o ornam e os veios que o matisam.

Do mesmo modo a educação sobre uma alma nobre faz apparecer as virtudes e perfeições nella latentes que, sem o seu auxilio, jamais poderiam apparecer. O grande Aristotles autorisadamente disse: - a estatua está occulta no mármore bruto, o esculptor apenas tira a matéria supérflua. –

A educação é para a alma o que a esthetica esculptura é para o bruto mármore.

A educação é assim compreendida, na época, como o elemento capaz de formar a pessoa, moldar, modelar, como um esculptor faz com uma pedra de mármore. Nesse mesmo jornal, na seção “Grupos Escolares”, explica-se a importância dos grupos, associando-os ao projeto de crescimento, de progresso da cidade:

O patriotico Governo do nosso portenhoso estado de S. Paulo, interpretando com toda lógica a importância da instrução infantil não tem descuidado deste sublime objecto.

Em todos lugares mais considerados tem elle feito disseminar a deslumbrante luz da instrução, por meio de estabelecimentos denominados grupos escolares. Esta importantíssima instituição que immortalisou o emérito Dr. Cesario Motta, tem formado, forma e formará alicerces tão sólidos como os de granito, sobre os quaes se há de erigir sumptuosa e fulgurante a auspiciosa sociedade paulistana do porvir (GAZETA DE ITATIBA, 01/03/1904).

A seção continua com considerações acerca da estrutura administrativa dos grupos escolares:

O corpo docente dessas casas de instrução é constituído por um director e outros professores, que são seus adjunctos, dos quaes depende o credito intellectual e moral desses estabelecimentos.

[...] um bom corpo docente faz o bom grupo escolar; porque, embora o director seja apto, intelligente e energico, nada poderá fazer em prol do credito do grupo que dirige, si não for rodeado de auxiliares que secundem seus esforços, sua boa vontade e seu empenho em cumprimento de seus deveres (GAZETA DE ITATIBA, 01/03/1904).

Nesse discurso é possível flagrar o momento em que a figura hierárquica do diretor emerge como o responsável pela organização escolar na relação com os demais membros do corpo docente. O diretor e professor deveriam cumprir suas atribuições previstas no “Regulamento da Instrução Publica”, zelando pela “Santa Causa da Instrução Paulista” (GAZETA DE ITATIBA, 08/03/1904).

Conforme a seção “Instrução” do jornal *Gazeta de Itatiba* (08/03/1904), a educação deveria começar no ambiente familiar, aos cuidados da mulher, que deveria pautar sua conduta na religião católica, mesmo o Estado tendo se tornado leigo.

Por um principio de conexidade a educação é para a instrução o que esta é para aquella.

Para obter-se, porem, uma instrução correspondentemente á aspiração dos espiritos adiantados e progressistas, é mister: primeiro que toda uma boa educação domestica sob os moldes da moral, depois um pessoal docente digno de todo conceito, um professorado enfim que seja *honesto, dotado de toda moralidade, e que se imponha pelas suas virtudes cívicas, como levitas do bem*, e por ultimo a intervenção do governo, visto como a instrução deve ser, indubitavelmente, uma de suas preocupações, como um ramo de serviço, de onde emana a prosperidade do povo.

Na escolha do professor, quando entrar em jogo a competência e capacidade para ensinar, deve o governo por de parte a intervenção politica que tudo aniquila, corrompe e estraga, dando somente valor a quem dispuzer do grão de saber necessário e de illibada reputação de moralidade, comprovada por actos não só da vida publica como também da vida privada.

Itatiba, - 1904.

Pestalozzine.

No artigo, a educação é associada ao progresso, à “prosperidade do povo”, e teria como pressuposto que os professores deveriam ter uma moral ilibada e uma postura cívica também. Ali sobressai ainda um alerta, quase uma denúncia, no momento em que seu autor preconiza que o

governo não pode pautar a indicação dos professores a partir de intervenção política. Tal fato sugere que isso ocorria com frequência e seria motivo de descontentamento e tensão.

Segundo Sevcenko (1998, p. 38),

O salto direto de uma população majoritariamente analfabeta no início do século para uma ordem cultural centrada nos estímulos sensoriais das imagens e dos sons tecnicamente ampliados, fornece uma indicação da trajetória da sociedade brasileira nesse período de mudanças intensas e rápidas. Expostas de um lado às pressões de um mercado intrusivo e de outro às intervenções das elites dirigentes, empenhadas em modelar as formas e expressões da vida social, as pessoas e grupos se viram forçados a mudar, ajustar e reajustar seus modos de vida, idéias e valores sucessivas vezes.

Nesse sentido, propomos que a intensa urbanização pela qual passaram algumas cidades no período, sobretudo no sudeste, e a adoção e disseminação dos grupos escolares e de seu método de ensino, marcado por uma racionalidade produtiva do tempo, vão ao encontro do projeto político republicano, que seguia no rastro do avanço da modernidade.

A partir da criação do Grupo Escolar Coronel Júlio César, os jornais, e os almanaques locais passam a ceder espaços para a publicação de notas e artigos sobre a educação de uma forma geral, sobre o grupo escolar e as escolas particulares que havia em Itatiba, informando sobre a rotina escolar de diretores e professores, sobre visitas recebidas, sobre matrículas e festejos, como trazemos abaixo

Instrução - O ilustrado professor, Sr. A. Lamaneres e sua digna esposa abriram uma escola de instrução primaria e secundaria (GAZETA DE ITATIBA, 01/03/1904).

GRUPO ESCOLAR – Hontem entrou no exercício de director d'aquelle estabelecimento o Sr. Adelio de Castro, que fez permuta com o Sr. Francisco de Oliveira Chagas. Há boas referencias ao novo director, elogiando-se sua independência de character E sua integridade no cumprimento de seus deveres. Com estas qualidades é-lhe possível desempenhar-se galharmente de sua árdua e nobre missão, affastando a instituição posta sob sua direcção todo espírito de servilismo que por ventura alli tente introduzir-se (GAZETA DE ITATIBA, 30/03/1904).

Inspector Escolar

Esteve há dias nesta cidade, a negocios inherentes a sua profissão, o sr. Antonio Morato de Carvalho, inspector escolar.

Foi nomeada a professora d. Helena Napierska para reger uma escola de Conceição de Barra Mansa, a qual assumiu o exercício em 1º do corrente. (A REACÇÃO, 06/02/1911).

GRUPO ESCOLAR

Chegou ante-hontem a esta localidade retirando-se hontem à tarde o inspector escolar, Sr. Aristides Epiphanyo de Macedo.

- Consta-nos que o professor Cherubim Sampaio, adjunto do nosso grupo escolar pediu remoção para o grupo de Capivary (A REACÇÃO, 19/02/1911).

GRUPO ESCOLAR

Foram concedidos dois mezes de licença ao professor Horacio Faria, director do Grupo Escolar desta cidade, para tratamento de sua saúde, sendo nomeado para substituí-lo naquelle cargo o adjunto do mesmo estabelecimento Sr. Ataliba de Oliveira (A REACÇÃO, 02/03/1913).

Há um direcionamento, pelos periódicos locais, das atenções dos leitores para a necessidade de instrução e alfabetização, na perspectiva de que ambas garantiriam ascensão e distinção sociais.

A instrução rural

A ninguém é dado avaliar os altos benefícios que trazem ao nosso paiz escolas ruraes, raramente providas devido ás serias difficuldades que luctam os professores encarregados de tão nobre missão, n'esses centros onde a vida é um difícil problema.

A população agrícola de nosso paiz, é, em sua maioria completamente ignorante, alheia em sua maioria aos preceitos de sociabilidade.

As camaras municipaes, devem como a nossa, espalhar a instrução popular nesses centros, onde só reina a indolência, tendo como companheira inseparável a miséria com todos seus horrores.

E' uma calamidade o que se nota em nossos bairros ruraes: crianças em o mais triste estado de ignorância, entregues a mais deshordenada indolência percorrendo ás propriedades mais abastadas em busca de um pedaço de pão, unicamente por que seus genitores vivem preocupados com os tradicionaes mutirões, educação herdada de seus antepassados.[...]

Oxalá, que ás camaras municipaes, tratem deste problema com o necessário interesse, fazendo de suas escolas, um foco de luz e progresso (A REACÇÃO, 26/02/1911).

O artigo anterior traz marcas de um preconceito que começou a ganhar maior vigor com a urbanização crescente do estado de São Paulo, a ideia de que no campo reina a indolência exclui de visibilidade e valorização todo o trabalho necessário para garantir o cultivo e exploração da terra e o cuidado dos rebanhos, para além do que, revela que havia uma população rural, em particular formada por crianças, que passava fome justamente em um momento em que os periódicos locais preconizavam e comemoravam o progresso de Itatiba. Esse artigo desvela as contradições do período. Ainda, quando seu autor denuncia a permanência dos mutirões nas relações de trabalho rural, ele flagra uma organização de trabalho que não se fia pelo salário e racionalidades fabris, algo instigante de se pensar, posto que naquele momento a exploração do

café nas fazendas de Itatiba estava no auge, de acordo com os periódicos pesquisados, e a produção cafeeira, nas primeiras décadas do século XX, já havia incorporado muito da racionalidade capitalista na administração de seus recursos e trabalhadores. Logo, diante do prelúdio republicano, do desejo de progresso, “[...] o passado, as tradições, os grupos populares e todos os sinais da sua presença se tornaram fontes de vergonha, mal-estar e indignação, manchas que conspurcavam a ordem e o progresso” (SEVCENKO, 1998, p. 31).

A educação escolar foi vista como a solução de muitos problemas nacionais, mas ela não foi garantida aos diferentes segmentos sociais. Sob tal perspectiva, sentimo-nos motivadas, em nossa pesquisa, para direcionarmos nossa atenção a um desses segmentos: o dos negros, filhos de sujeitos que foram escravizados. Não para aqueles que não conseguiram estudar, mas para uma exceção.

3 TRAJETÓRIA DO PROFESSOR ATALIBA ANTONIO DE OLIVEIRA

3.1 O fim da escravidão em Itatiba

A data de 29 de abril de 1888 é noticiada pelos periódicos locais como de extrema importância para a história da cidade de Itatiba, porque nela ocorreu a libertação dos escravos existentes no município. Segundo tais fontes, o clima político na cidade, na década de 1870, era turbulento, acompanhando as manifestações do país afora pelo fim da monarquia e pela adoção da república. As discussões envolviam os moradores e a Câmara Municipal, porque os vereadores estavam divididos entre monarquistas e republicanos. Para Gabuardi (2004, p. 34) ainda:

A chegada dos imigrantes a partir de 1880, para trabalhar principalmente nas plantações de café, facilitou a missão dos abolicionistas. [No] dia 29 de abril de 1888 [...] Em sessão da Câmara Municipal, foi declarada a independência de Itatiba em relação ao regime monárquico, ou seja, a cidade passava a não mais aceitar as ordens do Imperador D. Pedro II. Conseqüentemente, colocava fim à escravidão.

De acordo com Camargo (JORNAL DE ITATIBA, 2003), em 1887 a população de Itatiba era constituída por muitos escravos. A partir desse mesmo ano, muitos fazendeiros começaram a libertar seus cativos por diversos motivos: havia uma ação do Partido Republicano a favor da abolição, a luta dos próprios escravos para serem libertos e o alto custo dos escravos no mercado.

Segundo Pesavento (1994), os fazendeiros escravistas eram os promotores das leis abolicionistas. Paulatinamente, foram convencidos de que estava com os dias contados o regime servil e, como não dispunham de grandes meios para trazer imigrantes para trabalhar em suas lavouras, decidiram pela emancipação progressiva.

Este movimento de libertação dos escravos foi noticiado no jornal *A Gazeta Nacional* (Rio de Janeiro, 24/02/1888), na seção “Muito Bem!”, a qual enaltece a ação abolicionista em diferentes regiões, inclusive em Itatiba: “Em Itatiba só há oito escravizados”. Na edição de 1/05/1888, a mesma fonte publica: “Está extinta a escravidão no município de Itatiba, na província de São Paulo”.

De acordo com o jornal *A Tribuna* de 28 de abril de 1966, que abordou a emancipação dos escravos em Itatiba, prosseguimos trazendo o texto do jornalista Evaristo Silva²⁰:

Em 20 de setembro de 1884, o Dr. Piza e Almeida proferiu no teatro desta cidade, perante numeroso auditório, a sua anunciada conferência patrocinando a ideia da libertação dos escravos sem maiores delongas, abordando longamente o assunto sob seus vários aspectos. A conferência produziu ótimas impressões e despertou vivo interesse da parte da maioria dos lavradores, visando a extinção imediata do braço escravo no município.

Secundando a atitude do Dr. Piza e Almeida, dias depois, no mesmo recinto, o presidente da nossa Câmara Municipal Dr. Antonio Muniz de Souza, realiza a sua conferência, pegando a ideia da emancipação plena do elemento servil. Com os aplausos calorosos recebidos pelo orador por parte dos assistentes, o movimento libertador recrudescer extraordinariamente tanto na cidade, como no município.

Piza e Almeida representavam o grupo a favor da abolição, o primeiro era médico e o segundo advogado, que chegou a ser presidente da Câmara local. Se, por um lado, alguns manifestavam adesão à ideia da abolição, havia uma corrente “[...] contrária a libertação imediata, pugnando esta pela adoção de um prazo relativo para consumir-se o fato, sem perigo de paralisação dos trabalhos nas lavouras”.

Em Itatiba, as discussões continuavam:

Fundou-se naquela época por fazendeiros adiantados da região o ‘Clube Filantrópico Itatibense’, com estatutos mais ou menos idênticos aos da ‘**SOCIEDADE LIBERTADORA DA PROVÍNCIA**’²¹, organizada em São Paulo pelo conselheiro Antonio da Silva Prado e pelo Dr. Rafael de Barros, tendo por fins principais promover a liberdade total dos escravos existentes na Província de São Paulo no prazo máximo de três anos, a terminar no dia 31 de dezembro de 1890, e construir o regime de trabalho agrícola nas fazendas, de modo a assegurar a sua permanência, garantindo a sorte da lavoura durante o período de transformação do trabalho.

Convocou-se pela imprensa uma reunião geral, não somente dos fazendeiros da Província, como dos cidadãos de todas as classes que aderissem ao pensamento determinante dos que pregavam a extinção da escravatura no país.

²⁰ Evaristo Silva, jornalista, proprietário do jornal “*A Reação*”, após a morte do coronel Alexandre Rodrigues Barbosa assumir a prefeitura, em 13 de outubro de 1940. Eleito como vereador pelo PSD nas eleições de 1947. Ver monografia: MARIM, Fabio Eduardo Chrispim. A história e a política do prefeito Erasmo Chrispim. Universidade de São Paulo, 2009.

²¹ Grifo nosso.

Os ecos de libertação eram cada vez mais propagados. Por esse viés, podemos notar a preocupação em se libertar os escravizados e também de garantir a mão de obra necessária para o plantio, a colheita, o transporte etc.

Pesavento (1994, p. 4) alerta que o sistema escravista foi prolongado ao máximo e o senhor de escravos controlava os cativos que libertava:

[...] as leis abolicionistas, que na verdade protelavam ao máximo uma solução final, foram complementadas com uma série de dispositivos instrumentais-legais, como os códigos de posturas dos municípios, que regulavam o acesso dos libertos ao mercado de trabalho, estabelecendo mecanismos de vigilância sobre a sua conduta.

Abolicionistas foram também as camadas médias urbanas emergentes, descompromissadas em termos objetivos com o regime servil, mas que, sob o influxo de um sentimentalismo humanitário, foram responsáveis pela formação de uma consciência nacional favorável à emancipação dos escravos.

Nessa direção, uma assembleia formada pelos lavradores foi realizada no dia 20 de novembro de 1887, em Itatiba, com o intuito de acertar o fim da escravidão:

A reunião efetuou-se no dia 15 de dezembro de 1887, em casa do Conselheiro Leôncio de Carvalho, conforme notícia publicada pelo ‘Correio Paulistano’, com todos os pormenores.

Para essa reunião os lavradores de Itatiba, pertencentes ao ‘Clube Filantrópico Itatibense’ mandaram uma comissão especial, que foi selecionada entre os presentes que tomaram parte nos debates havidos na assembleia realizada no dia 20 de novembro de 1887. A convocação para esta reunião estava redigida nestes termos:

- ‘ITATIBA – Aos senhores lavradores²². – os abaixo-assinados, lavradores deste município, convencidos urgente necessidade de ser tomada uma medida pronta em relação ao estado vacilante da questão servil nesta província; e parecendo-lhes acertada a determinação de um prazo curto para a extinção da escravidão, por este convidam os seus colegas de Itatiba, e todos os demais possuidores de escravos, para comparecerem a uma reunião que efetuar-se-á no dia 20 de corrente, a uma hora da tarde, na sala da Câmara Municipal desta cidade. Itatiba, 15 de novembro de 1887 – Francisco Alves Cardoso, José Manoel Leite e José Soares de Camargo’ (A TRIBUNA, 28/04/1966).

²² João Alves Cardoso, Florêncio Soares Muniz, Francisco Alves Cardoso, Antonio Prado, Júlio César, Lourenço Alves Cardoso, dr. Paiva Baracho, Lourenço Antonio da Silveira, Paulino de Lima, Antonio Augusto da Fonseca, Lourenço Elias de Godoy Moreira, Tobias Franco de Oliveira Cardoso, A. Chateaubriand, Joly, João Bueno de Aguiar, Fernando de Araújo Campos, pela exma. sra. d. Maria F. da Conceição, José Soares de Camargo, José Soares Muniz, João de Almeida César, Candido Simões, José Pupo Silveira, Joaquim Galvão de Barros Melo, José Manoel Leite, Celestino Pires d’Ávilla, José Luiz Franco, Júlio Joly Neto, José Tibiriçá, Comd. Silva Franco, Antonio J. Costa Wilk, Francisco Bueno de Aguiar, Francisco Rodrigues Barbosa, Antonio de Pádua Souza, dr. Cerqueira César, Rodrigo Franco de Godoy, Antonio Silveira Pupo, Joaquim Silveira Franco, Lupércio Teixeira de Camargo e Herculano Pupo Nogueira, representando cerca de 600 Escravos. Presidiu a reunião, o senhor Lourenço Alves Cardoso, servindo de secretários o dr. Paiva Baracho e Paulino Lima.

A partir dessa assembleia, foi decidida a liberdade total dos escravos no prazo máximo de três anos. A presença de muitos fazendeiros de Itatiba nessa reunião favoreceria a execução da ideia abolicionista, antes mesmo da Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel, que colocaria fim definitivo à escravidão no Brasil. A Câmara de Itatiba, no dia 29 de abril de 1888, declara a emancipação do município em relação à monarquia que vigorava no país. Por isso, o dia 29 de abril de 1888 foi amplamente noticiado, pois se tratou da libertação dos escravos 15 dias antes da assinatura da Princesa.

Em substituição aos escravos, de acordo com Camargo (JORNAL DE ITATIBA, 2003), vieram para Itatiba muitos imigrantes europeus, sendo a maioria italiana, para trabalhar nas lavouras de café das grandes fazendas locais. Contudo, ele salienta que a imigração já ocorria desde, pelo menos, os anos de 1884.

No *Almanach de Itatiba* (1916, p. 51), a libertação dos escravos e emancipação do município aparece da seguinte maneira:

Trabalhada por uma larga, intensa e corajosa propaganda, a idéia abolicionista em Itatiba se tinha vinculado estreitamente á consciência popular. Havia pelos ultimos annos da década de oitenta, em Itatiba, uma sociedade denominada ‘Club Philantropico Itatibense’ que chamara a si o trabalho maior de propugnar pela libertação dos não beneficiados pelas leis do ventre livre (1872) e dos sexagenarios. Nenhum dos meios, pelos quaes a mancha da escravidão pudesse apagar, foram poupados pelos abnegados abolicionistas que se recrutavam mais numerosos no seio do partido republicano e na colonia estrangeira. De tal maneira foi efficaz a campanha que, em Itatiba, se declarou livres todos os escravos do município antes da aprovação da lei de 13 de Maio.

Mais uma vez, é apresentada a influência republicana como a favor da libertação dos escravos. Percebemos que há uma associação à ideia de República dos ideais de progresso e de civilização, mas também uma nova moral de trabalho (PESAVENTO, 1994).

De acordo com Hilsdorf (2006), nos anos de 1860, foram retomados os ideais de ilustração, surgiu um novo liberalismo que defendia o trabalho livre, a abolição, o que resultou em propostas de liberdade de ensino privado, inovações pedagógicas etc. Esses princípios liberais configuravam o projeto republicano de um país moderno, apontavam o fim do Império.

Pelo Decreto 1.031, de 6 de setembro de 1878, foram criados os cursos noturnos e, com a Reforma de Leôncio Carvalho é instituída a obrigatoriedade do ensino dos 7 aos 14 anos, bem como facultada aos escravos a frequência às escolas públicas. Contudo, isso não significa que tenha sido uma medida amplamente divulgada e executada. Os cursos que admitiam negros eram, em sua maioria, encabeçados por abolicionistas, republicanos, defensores da instrução

pública. Gonçalves (2000, p. 328) nos alerta: “A República não expandiu os direitos políticos imediatamente após sua proclamação, nem garantiu o acesso de todos à educação durante muitas décadas. Agravou-se muito a situação dos negros, que após a Lei Áurea foram lançados à própria sorte”. Ribeiro (2001) salienta que a partir da Constituição de 1824, que vigorou até 1889, determinou-se a obrigatoriedade do ensino de primeiro grau para todos, exceto leprosos e escravos. A tendência do negro, escravo, liberto ou não, era continuar à margem da sociedade.

Os ex-escravos trabalhavam em atividades diversificadas, como a construção civil, como artesãos, oleiros, carroceiros, carregadores de água, entre outras. Mas com o crescimento industrial, essa mão de obra tornou-se “desqualificada para o trabalho livre” (RIBEIRO, 2001, p. 27).

Com a abolição da escravatura, o movimento imigratório torna-se mais intenso e bem visto, a mão de obra imigrante europeia passa a ser a substituta da mão de obra escrava. Mas essa situação mudará entre 1920 a 1930, quando o governo passa a colocar restrições à imigração no país.

Camargo (JORNAL DE ITATIBA, 2003), em um artigo no *Jornal de Itatiba* de 29 de abril de 2006, denominado “a libertação dos escravos no município”, retoma a história e explica que a festa ocorrida no dia 29 de abril de 1888 foi uma comemoração pelo fim da escravidão em Itatiba. Porém, isso não significa que todos os escravos foram alforriados nesse dia, pois, ao contrário, as emancipações já aconteciam desde dezembro de 1887.

Sobre esse processo e movimento abolicionista, observamos que

[...] teve o seu núcleo fundamental de ação na zona cafeeicultora paulista, foi acompanhada pela difusão de novos valores e concepções. Na transição do sistema escravista para aquele baseado na força de trabalho livre, propagava-se a ideologia do progresso, da mobilidade social e da riqueza. O trabalho braçal não era mais encarado como atividade pertinente aos negros e como tal degradedado pelo estigma da escravidão. Era agora visto como enobrecedor, construtor da riqueza e associado ao progresso. (PESAVENTO, 1994, p. 14

Flagramos nesse período a emergência do trabalho como virtude, que veio a ser apregoada pela escola e demais instituições republicanas. Em nota publicada na Imprensa Oficial, Coluna do Museu “Padre Francisco de Paula Lima”, no dia 14 de maio de 2005, com o título “O 29 de abril e a libertação dos escravos em Itatiba”, destacamos abaixo:

[...] Com o título de ‘Movimento Libertador’, o ‘Correio Paulistano’, edição de 18 de fevereiro de 1888, divulgou a seguinte nota: - Em Itatiba [...] há apenas 8 ou 10 escravos, de sorte que se espera para muito breve a libertação total daquela cidade’. Quatro dias depois, isto é, em 22 daquele mês e ano, o mesmo jornal

publicava estas linhas: - ‘Em Itatiba só há 8 escravos’. Em 1887, já a tendência dos nossos principais fazendeiros era em favor da abolição e isso se depreende pelas seguintes notícias: ‘Correio Paulistano’, de 25 de dezembro de 1887: - em Itatiba, o conhecido fazendeiro sr. José Manoel de Castro, declarou aos seus escravos, em número de 100, que estarão livres, finda a colheita de 88, estendendo-se esse ato somente aos que não abandonarem a fazenda’. - Em 10 de novembro de 87, o mesmo jornal, inseriu esta notícia: - ‘Os srs. Júlio César de Cerqueira Leite e Tobias Franco de Oliveira Cardoso, do município de Itatiba, que tinham libertado os seus escravos, em número superior a 60, sob condição de lhes prestarem serviços até dezembro de 89, desistiram desses serviços, tornando a liberdade plena’ Em 12 de novembro de 87, o mesmo jornal publicou o seguinte: ‘Retificando uma notícia que há dias publicamos nesta folha, recebemos a seguinte carta, datada de 10 do corrente, de Itatiba: Prezadíssimo sr.: A fim de retificar uma notícia que li hoje no seu jornal, a meu respeito, tomo a liberdade de comunicar a V. S. que há mais ou menos de um mês, compreendendo as grandes vantagens que me poderiam advir do emprego dos meus escravizados como colonos, coloquei-os no regime de completa liberdade, tornando-os responsáveis pelos serviços que cada um julgou-se capaz de prestar, percebendo eles por esse trabalho metade do que ordinariamente se paga a um colono e isto até 31 de dezembro de 1889, época em que a EMANCIPAÇÃO SERÁ ABSOLUTA – (grifo nosso). [...] Fonte: Jornal “A Tribuna”, de 1 de maio de 1966 – Coluna de Evaristo Silva. “Almanach de Itatiba” - para 1916 – jornal “A Reacção”, página 50.

Na reportagem é possível notar que o Coronel Júlio César de Cerqueira Leite era importante fazendeiro e político do século XIX, que na ocasião também libertava os escravos da sua fazenda, embora, em um primeiro momento, estabelecendo algumas condições; mas depois, numa possível estratégia política, tornou pública sua nova postura. O Coronel era também amigo de Campos Salles, na época, presidente de São Paulo. É importante pontuar, então, que o Grupo Escolar criado em 13 de maio de 1896 recebeu o nome desse Coronel a mando do seu amigo e presidente Campos Salles (SANGIORGI, 1969). Nessa direção, os assuntos ligados à educação, estavam permeados pela política.

3.2 Lourenço Antonio de Oliveira: pai de Ataliba

Para nos aproximarmos da trajetória do pai do professor Ataliba, partimos do artigo “Cap. Lourenço Antonio de Oliveira”, publicado no jornal *A Reacção* (19/10/1911), quando noticia a morte dele e retoma a sua trajetória de vida, expondo que ele viveu como escravo por muito tempo. É importante observar que essa notícia, logo na primeira página do jornal, chama a atenção dos leitores, direciona a sua leitura, evidenciando a importância daquele artigo naquela edição. Não sabemos se havia parentes ou pessoas próximas do professor Ataliba dentre os

redatores do jornal, o que poderia ter influenciado na produção dos textos. Chama a atenção que o periódico se identifica como um órgão do partido que está no executivo, logo, a notícia e como teve destaque no jornal – a morte deste negro que fora escravizado e que não pertencerá às famílias dos fazendeiros locais – é digno de estranhamento.

Note-se que mestre Lourenço teria produzido uma autobiografia, e a partir dela é que seriam pontuadas e valorizadas algumas informações no texto. Filho de escravo, trabalhou como escravo e conseguiu libertação após comprá-la. Obteve dinheiro para isso após trabalhar como carpinteiro aos finais de semana. Intrigava-nos o título de “capitão”. Depois, vimos neste texto que essa nomeação se deu pelo Presidente do Estado, Bernardino Campos, tornando-o capitão da Guarda Nacional. Mestre Lourenço possivelmente mantinha boas relações políticas na época.

Mestre Lourenço ofereceu um terreno para a construção do primeiro grupo escolar em Itatiba. Mas sua oferta não foi aceita pelos dirigentes da Câmara local, provavelmente por não se localizar na área mais central da cidade. O terreno ofertado situava-se nas proximidades da Igreja do Rosário, pouco distante da igreja da Matriz, local próximo de onde a Câmara adquiriu imóveis para a construção do grupo (Figura 29).

Como consta no jornal *A Reacção* (19/10/1911), Lourenço não teve os “preparos escolares, e no entanto elle sabia portar-se como bem poucos, tal o seu modo de vida, tal o seu espirito alevantado e independente”. Além disso, conforme fontes pesquisadas Mestre Lourenço foi sócio fundador de quase todas as sociedades de Itatiba (não mencionadas), o que foi evidenciado como uma preocupação com o “adiantamento” da cidade. Seria uma pessoa preocupada com o progresso e aliada às forças políticas republicanas: “Era de uma envergadura inegalável: sustentava com altivez a sua opinião, comtudo não ser elle votante. Prestou sempre o seu valiosissimo concurso ao Partido Republicano local, sempre ao lado do Coronel Barbosa e outros próceres dessa briosa facção” (*A REACÇÃO*, 19/10/1911). Como ele era analfabeto, não podia votar, mas são dignas de atenção, para futuras pesquisas, as redes de sociabilidades pelas quais transitava, na condição de ex-escravo, analfabeto, casado com uma branca e abastado construtor.

A REACÇÃO

ORGAN DO PARTIDO GOVERNISTA LOCAL

COLLABORADORES—DIVERSOS (E. DE S. PAULO) REDACTOR-GERENTE—Evaristo Silva

ANNO III	ASSIGNATURAS		ITATIBA, 19 de Outubro de 1911.	Redacção e officinas <i>Rua Benjamin Constant, N. 15</i>	N° 150
	Anno	10\$000			
	Semestre	6\$000			

Cap. Lourenço Antonio de Oliveira

Itatiba acaba de soffrer dois cruéis abalos no decorrer apenas de uma semana.

Tinhamos sobre nós ainda a profunda magua occasionada pela perda irreparavel de um ente querido desta terra—o bom padre Lima—quando um novo choque nos veio ferir, enchendo os nossos olhos de lagrimas e a nossa alma de dôr: foi a morte do amigo dedicado Lourenço Antonio de Oliveira.

Dois grandes amigos do povo, dois velhos venerados extremamente por toda esta população, motivo pelo qual ella se cobriu de lucto, que desaparecem do seio da sociedade itatibense.

Dizer da vida de mestre Lourenço, como todos o conheciam, é missão difficilima, tal o modo por que procedeu desde quando moço ainda, segundo lemos na sua autobiographia.

Teve a infelicidade de nascer escravo, e escravo foi durante 45 annos.

Comtudo isso, mestre Lourenço, depois de muito trabalhar, conseguiu a sua carta de libertação, adquirindo-a por avultada quantia.

Era carpinteiro e no desempenho desse officio, a custa de muito trabalho libertou ainda todos que lhe pertenciam.

D'ahi que adveio a esti-

ma que todos consagravam a mestre Lourenço.

Após a sua libertação, foi nomeado cap. da Guarda Nacional, quando presidente do Estado, o dr. Bernardino de Campos.

E mestre Lourenço sempre continuou na sua profissão de carpinteiro, até que conseguiu fazer boa fortuna.

No emtanto, conservou-se sempre modesto, humilde, mas um homem de fino caracter, um cidadão recto no cumprimento dos seus deveres.

Sempre foi caritativo, um dos seus melhores dotes de espirito nobre.

Amante do progresso desta terra, da qual elle não era filho, mas que a ella dedicou-se affectuosamente, desde a sua tenra idade, até que veio tel a como tumulo.

Ha bem pouco tempo, quando se tratava da criação do novo edificio do grupo escolar desta cidade, mestre Lourenço, com a maior alegria, apressou-se em ir offerecer à Camara de então um grande terreno de sua propriedade, situado nas proximidades da igreja do Rosario para nelle ser edificado o novo predio. Mas não foi satisfeita a sua vontade pelo simples facto de ter-se escolhido um lugar mais proximo da cidade, para ser installado o novo edificio.

Foi um acto este do cap.

Lourenço, muito applaudido por toda a população que via nelle um homem de idéas grandiosas e justas.

Não alcançou a felicidade de receber os preparos escolares e no emtanto elle sabia portar-se como bem poucos, tal o seu modo de vida, tal o seu espirito levantado e independente.

Foi socio fundador de quasi todas as sociedades de Itatiba, o que constitue a prova mais evidente do quanto mestre Lourenço era amante do nosso adiantamento.

Era de uma envergadura inegualavel, em negocios politicos: sustentava com altive a sua opinião, comtudo não ser elle votante. Prestou sempre o seu valiosissimo concurso ao Partido Republicano local, sempre ao lado do cel. Barbosa e outros próceres dessa briosa facção.

O cap. Lourenço Antonio de Oliveira, nasceu em 10 de agosto de 1831, tendo portanto 80 annos de idade completos.

Conсорciou-se com d. Joanna Soares de Oliveira, já fallecida, de cujo matrimonio houve 6 filhos, sendo elles os seguintes: David dos Santos Oliveira, amanuense do 1.º regimento de cavallaria em Manaus; Ataliba de Oliveira, professor do nosso grupo escolar; Maria Joanna de Oliveira, terceirannista da Escola Normal de Campinas e os demais filhos já fallecidos.

O cap. Lourenço Antonio de Oliveira, falleceu no ultimo domingo à 1 1/2 da tarde, realizando-se no dia seguinte o sahimento funebre; a elle compareceram a Irmandade do SS. Sacramento de cruz alçada, da qual o extincto fazia parte; a sociedade «Giuseppe Garibaldi», com o seu estandarte envoito em crepe, da qual tambem o finado era socio benemerito, e mais os cavalheiros seguintes:

Coroneis Francisco R. Barbosa, Julio Cesar e Benedicto Chrispim, Collatino de Oliveira por si e pelo director do grupo escolar, sr. Octaviano de Mello, João B. Parahyba Campos, Eduardo de Moura, Trajano Moura, José da Silva Leal, José João, Estanislau Barbosa, Galdino R. Barbosa, João Fonseca, major Antonio A. da Fonseca, Henrique Leme, Benedicto Barbosa, Rufino de Siqueira Campos, drs. Nobile Cavallieri e João Ferreira de Azevedo, Fernando de Araujo Campos, João Alves Bueno, Francisco Alves Cardoso, Galdino Dutra, José Joaquim Lanhoso, Joaquim Bueno de Campos, Joaquim Eloy, Cyrinho Leite por si e pelo cap. Bernardino Leite, Manoel E. de Britto, Augusto Bezane, Eleuterio A. Cardoso, Sebastião Moniz, Guilherme Mazzotti, Antonio A. da S. Barbosa, Francisco Bueno de Aguiar, Vital Franco, Porfirio Franco Cardoso, dr. João Teixeira de Camargo, Julio Paiva, Joaquim Antunes, Luiz Ignacio de Araujo, Americo Salvia, Manoel Bueno de Campos, Lafayette de Sousa, Ermanno Degane, Dorothéo Lopes de Lima, José Marciano Filho, Antonio Canedo, Frederico de Camargo, representantes da sociedade «Giuseppe Garibaldi» srs. Francisco Charbello, Luiz Scavone, Angelo Abbondanza, Salvador Odônio, Cesar Maso, Geremias Collela, Antonio Bertotti, Angelo

Figura 29: Primeira página do jornal *A Reacção*
Fonte: Jornal *A Reacção*, 19/10/1911.

Conforme segue abaixo, Lourenço Antonio de Oliveira era casado e teve filhos:

O cap. Lourenço Antonio de Oliveira nasceu em 10 de agosto de 1831, tendo portanto 80 annos de idade completos.

Consortiou-se com d. Joanna Soares de Oliveira, já fallecida, de cujo matrimonio houve 6 filhos, sendo elles os seguintes: David dos Santos Oliveira, amanuense do 1º regimento de cavallaria em Manaus; Ataliba de Oliveira, professor do nosso grupo escolar; Maria Joanna de Oliveira, terceirannista da Escola Normal de Campinas e os demais filhos já fallecidos.

O Cap. Lourenço Antonio de Oliveira, falleceu no ultimo domingo à 1 ½ da tarde, realizando-se no dia seguinte o sahimento fúnebre: a elle compareceram a Irmandade do SS. Sacramento de cruz alçada, da qual o extincto fazia parte; a sociedade Giuseppe Garibaldi, com o seu estandarte envolto em crepe, da qual tambem o finado era sócio benemerito, e mais os cavalheiros seguintes [...]:
²³(A REACÇÃO, 19/10/1911).

A única referência sobre sua esposa, d. Joana Soares de Oliveira, se encontra nesse texto. É possível notar um possível silenciamento sobre a sua família. Buscamos no *Almanak de Itatiba* de 1905, numa lista intitulada “Lavradores de café do município” o sobrenome “Oliveira”. Dentre os 223 nomes, encontramos duas referências, sendo “Belarmino Franco de Oliveira” e “Belarmino José de Oliveira”. Apenas apontamos a semelhança de sobrenome, mas não podemos afirmar que se trata da família da sua esposa, d. Joana Soares de Oliveira.

Marca o fúnebre de Lourenço Oliveira a presença de inúmeros coronéis, lavradores de café, pessoas com distinção política e social na sociedade itatibense. Por meio desta publicação de 16 de outubro de 1913, conseguimos mais indícios da vida deste ex-escravo, que ganha, de acordo com as fontes pesquisadas, aos poucos ,distinção entre os seus pares. Na edição de 16 de outubro de 1913, noticia-se no jornal *A Reacção* a missa de dois anos de morte de Lourenço Antonio de Oliveira. *Heroico* é o adjetivo apresentado para descrever o cap. Lourenço.

Mestre Lourenço **Missa Funebre**

Na igreja matriz, realizou-se hontem, às 8 horas da manhã, uma missa por suffragio da alma do saudoso cap. Lourenço Antonio de Oliveira, em comemoração do segundo anniversario de sua morte.
 A concorrência de fieis a esse acto foi extraordinária.

²³ Coroneis Francisco R. Barbosa, Julio César e Benedicto Chrispim, Collatino de Oliveira por si e pelo director do grupo escolar, Sr. Octavianno de Mello, João B. Parahyba Campos, Eduardo de Moura, Trajano Moura, José da Silva Leal, José João, Estanslau Barbosa, Galdino R. Barbosa, João Fonseca, Henrique Leme, Benedicto Barbosa, Rutino de Siqueira Campos, drs. Nobile Callieri e João Ferreira de Azevedo, Fernando de Araujo Campos, João Alves Bueno, Francisco Alves Cardoso, Galdino Dutra, José Joaquim Lanhoso, Joaquim Eloy, Cyrinho Leite por si e pelo cap. Bernardino Leite, Manoel E. de Britto, Augusto Bezane, Tião Muniz, Guilherme Mazzoti.

CAP. LOURENÇO

Fazem dois annos que dentre os vivos desapareceu esse batalhador heroico. Heroico, sim, porque sendo humilde de origem, soube alcançar que muitos desejam mas que não conseguem.

Era um exemplo vivo de energia, coragem e austeridade no cumprimento do dever.

Assentando sua tenda nesta cidade, auxiliando unicamente por seus robustos braços e uma vontade de ferro, soube ganhar para os seus o bem estar de que hoje gosam.

O professor, era para ele um apóstolo do bem, um timoneiro habil em guiar no mar procelloso da instrução publica o ligeiro e frágil batel do caracter infantil. E, qual não seria a sua satisfação si lhe fora dado contemplar a posição que no magistério occupa hoje um de seus filhos queridos.

Tombou, afinal, já alquebrado pelos longos annos de peregrinação na terra. E, quanta esperança que ainda nutria em seu peito generoso feneceu comsigo!

Coração terno e extremoso, vivia para os seus. Que o digam seus queridos que ainda hoje choram cheio de saudades aquelle que os amava tanto.

O tempo que tudo consome, os dias que passam vertiginosamente para a voragem do passado, não puderam, certamente, apagar ainda o golpe duro e cruel que tão profundamente os têm acabrunhado e entrestecido.

Sim, ele viveu somente para vós, seus filhos queridos, e vivo deve estar ainda em vossos corações. Vivei vós tambem para elle recebeu humilde de seus paes e que legou-vos enaltecido pela austeridade de seu caracter nobre e elevado (A REACÇÃO, 16/10/1913).

Toda a escrita sobre Lourenço é envolta por um enaltecimento de suas qualidades e da sua distinção como pessoa. A notícia sobre a missa de 2 anos de falecimento vem acompanhada de uma nota sobre a pessoa “heroica”, “exemplo vivo de energia” que teria sido o capitão Lourenço.

Analizamos o artigo “Mestre Lourenço e os Sinos da Igreja Matriz”, presente no jornal *A Tribuna*, de 19 de dezembro de 1957. Posteriormente, analisamos uma biografia-homenagem veiculada também no jornal *A Tribuna*, mas de 23 de dezembro de 1973.

Ao longo das análises levantamos algumas indagações.

MESTRE LOURENÇO E OS SINOS DA IGREJA MATRIZ

Falamos, em uma de nossas primeiras colunas, da história contada pelo povo, sobre a colocação dos sinos, em 1880, na torre da atual Basílica de Nossa Senhora do Belém, nossa terceira igreja e segunda matriz. Só para esclarecermos, a primeira igreja construída no território itatibense, foi uma capela que ficava no atual Bairro do Cruzeiro e que hoje não existe mais.

A nossa segunda igreja e primeira Matriz, foi a atual Igreja do Rosário, construída inicialmente como Igreja de Nossa Senhora do Belém e depois dedicada a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (A TRIBUNA, 19/12/1957).

Nesse parágrafo é enfatizado como o jornal dá importância à “história contada pelo povo”. É apontada também a importância da Igreja na época. Ao se referir à primeira igreja que já não existe mais, parece que o autor demonstra certo saudosismo de um tempo que não volta, pois a segunda igreja é a atual matriz.

A atual Basílica é a nossa terceira Igreja e segunda Matriz, construída entre os anos de 1833 e 1853, tendo sua decoração terminada no ano de 1858. Todos sabemos que passou por várias reformas e por uma demolição até conceber esta configuração atual. De original resta apenas a torre, construída entre os anos de 1874 e 1880, sob o comando do Padre Francisco de Paula Lima. Posto isto, gostaríamos de mostrar mais um ponto sobre a colocação dos sinos e o nome dos doadores, devidamente forjados com os sinos para que não pairassem dúvidas com relação aos mesmos (A TRIBUNA, 19/12/1957).

Nota-se que foram necessários alguns anos para o término da decoração. Seria uma forma velada de crítica ao padre Francisco de Paula Lima, pois era ele quem estava no comando? Será que ocorriam problemas financeiros com a construção da basílica?

Os sinos que estão no campanário inferior da torre foram doados pelo advogado Thomé Pires D’Ávila Neto, filho de Camilo Pires – sino maior com três toneladas e, por João Baptista de Paiva Baracho – sino menor com duas toneladas, conforme inscrição nos próprios sinos. Existem também, nesse campanário, dois sinos com duzentos quilos cada um, doados pela Família do Coronel Camilo Pires. O relógio da torre, doado pelo Senhor José Manuel de Castro possui, em seu carrilhão, três sinos de bronze (A TRIBUNA, 19/12/1957).

Os sinos maiores e mais pesados ficaram no campanário inferior. Seria por conta do peso ou pelo menor prestígio de Thomé Pires D’Ávila Neto e João Baptista de Paiva Baracho? Vejamos que foram mencionados, quase com desprezo, os sinos de duzentos quilos cada um, que foram doados pela família do Coronel Camilo Pires. Havia uma diferença na tratativa dos nomes dos doadores e, de acordo com a tratativa, os sinos eram mais bem descritos.

Pesquisando o assunto encontramos mais uma vez o nome de Lourenço Antonio de Oliveira, ou simplesmente Mestre Lourenço, no texto de Evaristo Silva – Itatibenses de outrora – parte XVI, publicado, agora no jornal “A Tribuna”, de 19 de dezembro de 1957.

Lourenço Antonio de Oliveira – o Mestre Lourenço – como era chamado, pôs à disposição da Câmara, gratuitamente, uma grande área de terreno de sua propriedade, situada nas adjacências do antigo Largo do Rosário, então denominado – Praça Cap. Lourenço – em homenagem a esse mesmo modesto homem, que muito fez para o engrandecimento de Itatiba. Esse terreno nada custava à Câmara para a instalação do Grupo (A TRIBUNA, 19/12/1957).

A designação Mestre denota sua habilidade na profissão exercida, em relação aos demais escravos. Pelas fontes pesquisadas, é possível notar que Mestre Lourenço se diferenciava em relação aos demais escravos, pois possuía facilidade em exercer o ofício da sua profissão e conseguia transmitir aos demais trabalhadores o ofício do seu trabalho.

De acordo com o texto, foi por desprendimento que o ex-escravo se dispôs a doar o terreno para a construção do primeiro grupo escolar de Itatiba. Mestre Lourenço o teria colocado à disposição da Câmara, talvez como um movimento para demonstrar seu poder ao município. Não foi qualquer terreno doado, mas um terreno situado nas adjacências do antigo Largo do Rosário, local que já foi denominado Praça Cap. Lourenço, lugar de destaque para a doação.

Entretanto, uma forte corrente propendeu para que ele fosse instalado no local onde hoje se encontra, por ser mais próximo do centro da cidade. Com esse argumento venceu esta corrente, rejeitando-se aquela oferta. Para isso fizeram-se as desapropriações dos prédios que existiam naquela quadra e que foram demolidos, prédios que pertenciam aos herdeiros do Dr. João dos Santos Rangel e de Joaquim Franco Cardoso (A TRIBUNA, 19/12/1957).

Esse ponto, nos indica que alguns indivíduos não aceitaram a oferta, sob a alegação de que o local era inapropriado. Mas seria este um dos mais fortes motivos ou existiriam outros? A inclinação para o não aceite não envolveria outros motivos escusos, tendo em vista que, para instalação no centro da cidade, foram necessárias desapropriações e demolições de prédios que existiam naquela quadra?

Se aceitarmos que a alegação de que o local era inapropriado porque de fato a criação dos diferentes grupos escolares no estado de São Paulo, naquele período, privilegiava a localização central dos prédios, podemos depreender do texto que essa rejeição ocorreu por questões políticas e de poder mais amplas do que as locais. Os grupos escolares pertenciam ao projeto educacional dos republicanos paulistas, inscrito no objetivo de colocar como antiquadas e ultrapassadas quaisquer experiências educativas do período imperial e destinado a colocar-se como modelo exemplar para todo o país, enquanto um projeto republicano cuja marca era a excelência educacional, evidenciada por sua arquitetura, métodos de ensino e corpo de professores.

Efetivamente, como vimos anteriormente, a localização do terreno doado não era central. Destacamos um fato que nos obriga a retomar esta iniciativa de doação na relação com as histórias de Itatiba, matizadas por tensões e conflitos dos mais variados, mas aqui, em particular, pontuamos como a figura do capitão Lourenço e suas iniciativas tenderam a ser minimizadas, como nos sugeriram as fontes consultadas, posto que consideramos que o viver urbano na

modernidade, que a cidade e sua trama e como nos estimula a pensar Escolano (2001), compõem um “currículo” que forma e conforma sensibilidades, percepções e memórias do lugar.

Tempos depois, houve mudança na denominação da Praça Capitão Lourenço, para Praça Comendador Lourenço Alves Cardoso – passando aquela primitiva denominação para o antigo Largo do Mercado. Com a construção do prédio para a ‘Indústria São Sebastião’, nesse lugar, o qual tomou não só todo o largo, como também um grande espaço para a frente, essa praça desapareceu. O novo Mercado, construído na gestão de Pedro Elias de Godoy, na Prefeitura, já estava funcionando na rua Campos Salles. Não sabemos se o nome de ‘Mestre Lourenço’ figura numa das ruas transversais ali existentes. Essa parte da cidade passou por uma radical transformação (A TRIBUNA, 19/12/1957).

Nessa parte do texto, podemos verificar que a praça primeiro perde o nome do Mestre Lourenço e depois desaparece. Seria proposital a construção da Indústria São Sebastião no local? É nítido, nessa parte do texto, que a denominação ‘Mestre Lourenço’ vai desaparecendo. Instiga-nos saber o por quê? Seria pelo cor da sua pele, pela sua condição de escravo?

Na sequência da escrita do texto, descobrimos alguns indícios.

Homem simples, nascido escravo, o Capitão Lourenço teve permissão para trabalhar aos domingos, nos dias feriados e santificados, por conta própria, atendendo-se a que seu comportamento como homem era exemplar. Entendia muito bem de carpintaria, sendo um mestre nesse ofício. Daí o seu apelido de ‘Mestre Lourenço’. Passou depois a ser construtor de obras, trabalhando não só em Itatiba, como nas vizinhas cidades de Amparo e Atibaia. E com o fruto desse trabalho alforriou-se. Constituiu família e deu ao Estado dois filhos que dignificaram o Magistério Público do Estado, pelo seu invejável saber: Ataliba Antonio de Oliveira e Maria Joana de Oliveira. Outro seu filho de nome David, ingressou no Colégio Militar do Rio de Janeiro (A TRIBUNA, 19/12/1957).

Essa parte do texto apresenta Mestre Lourenço como alguém que não era importante ou digno de doar um terreno para a Câmara, que não precisaria gastar para construção do grupo escolar, contudo, como já mencionamos, os primeiros grupos escolares só foram construídos nas áreas mais centrais das cidades, juntamente com um processo de urbanização intenso.

Lourenço Antonio de Oliveira, um homem simples, que, pelo comportamento exemplar, poderia trabalhar aos “[...] domingos, nos dias feriado e santificados”.

A designação “Mestre” advém do ofício da carpintaria.

Mestre Lourenço construiu dezenas de prédios na cidade e importantes sedes de fazendas, dentre as quais se destaca a da ‘Fazenda Paraíso’. Foi quem colocou por meio de tirantes, por ele mesmo engendrados, os dois grandes e valiosos sinos no alto da torre da nossa majestosa Matriz, onde eles se acham em

pedestais fortíssimos que vêm resistindo galhardamente á ação demolidora das intempéries (A TRIBUNA, 19/12/1957).

Novamente aqui o texto volta a mostrar a origem simples de Mestre Lourenço. Para dignificá-lo ou para diminuí-lo?

No jornal *A Tribuna* de 23 de dezembro de 1973 é publicada uma “biografia-homenagem” (autor desconhecido) intitulada “Mestre Lourenço – Uma grande vida... Um belíssimo exemplo...”. Nossas análises e questões também prosseguem.

A 10 de agosto de 1832 nascia, em Atibaia, aquele que, ao falecer em Itatiba aos 79 anos de idade, era por todos conhecido como o ‘Capitão Lourenço’. Foi, a princípio, o ‘Lourenço do Taboão’, simplesmente, serrador e lavrador de madeira, transformando-se depois em carpinteiro em cujo ofício revelou-se hábil, granjeando foros de mestre de alta competência. E foi com o nome de ‘Mestre Lourenço’ que se tornou largamente conhecido não só na terra natal senão também em Amparo e Itatiba, onde trabalhou por dilatados anos, acabando por fixar-se definitivamente no último destes municípios (A TRIBUNA, 23/12/1973).

O trabalho é visto como uma virtude, mas se fosse realizado por um ex-escravo, analfabeto, e estivesse relacionado às práticas e saberes populares, não era suficiente para colocar-se no mesmo patamar do trabalho exercido por membros das elites letradas e brancas, ainda mais se estas tivessem passado pelo universo escolar.

Neste breve trecho o texto, apresenta-nos a importância do ofício da carpintaria e como este saber e habilidade teriam contribuído para alterar sua trajetória de vida naquela época, tirando-o da insignificância de “Lourenço do Taboão” para “Mestre Lourenço”:

Chefiando turmas de madeireiros e carapinas²⁴, entre os quais figuravam rapazes confiados pelos pais aos seus cuidados para aprenderem os trabalhos de carpintaria, largos anos atravessou nos citados municípios a executar demoradas e vultosas empreitadas, a princípio como serrador e lavrador de madeira e, depois, como construtor de prédios nas fazendas de café que então se formavam nas zonas do ‘*hinterland*’ itatibense e amparense. Ainda hoje, desafiando o tempo na solidez de sua estrutura e causando admiração pelo conforto de suas dependências, ostentam-se, em velhas propriedades agrícolas de Amparo e Itatiba, as casas senhoriais e as de máquinas de café e residências de colonos edificadas pelo Mestre Lourenço entre os anos de 1845 e 1886 (A TRIBUNA, 23/12/1973).

Já aparece aqui a justificativa da expressão “Mestre Lourenço”, pois o texto nos traz a seguinte informação: “Chefiando turmas de madeireiros e carapinas, entre os quais figuravam

²⁴ Carpinteiros.

rapazes confiados pelos pais aos seus cuidados para aprenderem os trabalhos de carpintaria [...]”. O texto foi escrito em 23 de dezembro de 1973 e trata, com orgulho, do fato de as obras de Mestre Lourenço terem sobrevivido desde os anos de 1845 e 1886, o que demonstra a qualidade de seus trabalhos e, provavelmente, justifica sua reputação.

A despeito de desconhecer a leitura e a escrita, sabendo apenas garatujar²⁵ o próprio nome para poder fixá-lo nos documentos representativos dos seus compromissos de empreiteiro, Mestre Lourenço, com a sua arguta inteligência, manejava habilmente a trena, desenhava e interpretava plantas de obras a construir, orçamentava estas com acerto e exatidão e as edificava com perfeita maestria e segurança (A TRIBUNA, 23/12/1973).

O autor nos aponta, de forma interessante, que, apesar de analfabeto, Mestre Lourenço era dotado de grande inteligência. Seria apenas esta inteligência que o faria galgar os altos postos?

Nos largos períodos de execução das numerosas empreitadas, pôs-se em contato com abastados fazendeiros, membros da elite da sociedade interiorana daqueles tempos, que foram os melhores e os mais prestigiosos vividos pela burguesia agrícola de São Paulo (A TRIBUNA, 23/12/1973).

Mestre Lourenço envolveu-se com a elite letrada. Seria apenas pela sua competência profissional ou pela sua inteligência e astúcia? Importante ressaltar que ele era responsável por “educar” alguns jovens, já que os pais deixavam seus filhos junto a ele para aprenderem um ofício. Entretanto, nesse texto, não encontramos referência ao fato dele ser um capitão da guarda nacional, como foi mencionado no jornal *A Reacção*. Assim, perguntamo-nos: Qual o motivo? Seria possível identificá-lo? Vejamos o que diz o texto do jornal *A Tribuna*, apresentado a seguir:

Os traços característicos da sua individualidade de homem trabalhador e de palavra, fiel aos compromissos e capaz de os executar, facilitaram ao Mestre Lourenço a conquista do respeito e estima de altos representantes da sociedade contemporânea, na zona onde exercia as suas atividades. Alargou-se com o tempo o círculo de suas amizades que ele muito prezava e muito lhe valeram na vida (A TRIBUNA, 23/12/1973).

Assim, Mestre Lourenço não somente envolveu-se com os grandes proprietários de terra, mas conquistou sua confiança. Quais seriam seus objetivos?

²⁵ Rabiscos, escrever, grafar.

Travando relações de amizade ou concertando contratos de obras com a figura simples, daquele homem espadaúdo, de ombros largos e semblante pardo, emoldurado por cabeleira ondulada e negra, e acentuado pela barba crespa que lhe cobria o mento; aceitando a palavra ou a assinatura dele como bastantes fiadoras de empreitadas de vultoso valor financeiro; acolhendo-o à mesa das refeições familiares ou nas salas de visitas distintas, muitos fazendeiros ignoravam, entretanto, a verdadeira situação social de Mestre Lourenço que não era senão escravo (A TRIBUNA, 23/12/1973).

É possível notar que Mestre Lourenço foi apresentado como um homem simples, mas possui alguns adjetivos, e que o autor (desconhecido), de certa forma, tem orgulho em destacar isso. Teria um comportamento soberbo Mestre Lourenço, esse homem descrito no início do texto como um simples serrador e lavrador de madeira?

Escravo ele o era de fato da dona e do morgado do Taboão, herdade pertencente aos legatários do Capitão José de Oliveira, situada nas cercanias da cidade de Atibaia, onde lhe decorreram a meninice e a juventude (A TRIBUNA, 23/12/1973).

Parece que agora o autor cai em si e lembra que o homem era um escravo que transitava entre a elite letrada urbana, que tinha um ofício admirado por muitos. Aqui parece haver uma dissonância nas palavras do autor do texto: a figura de escravo negro que transitava entre aquele segmento social apresenta uma imagem um tanto improvável para o contexto sociocultural da época.

A sua compleição moral inatacável, adjudicada à produtiva aptidão profissional, fez do Mestre Lourenço um escravo privilegiado, a gozar de liberdade de afastar-se da herdade senhorial, podendo lavar contratos de serviço sob a exclusiva responsabilidade do seu nome, qualquer que fosse o montante que tais contratos atingissem. Nestas condições, Mestre Lourenço era um escravo de exceção, dotado da liberdade de ir e vir por onde e quando lhe conviesse e de contratar e executar esta ou aquela empreitada nesta ou naquela localidade. Só lhe restava um dever que nem todos os seus amigos conheciam: o de, nas visitas periódicas à herdade do Taboão, carrear para as arcas senhoriais o produto do previamente combinado 'jornal' de trabalho. Este era o salário ou tributo da escravidão que o escravo, com absoluta fidelidade entregava pontualmente aos seus senhores (A TRIBUNA, 23/12/1973).

É possível inferir do texto que o Mestre Lourenço, enquanto escravo, tinha privilégios. Seriam esses privilégios que fizeram com que o Mestre Lourenço desenvolvesse a capacidade de transitar tão confortavelmente entre a elite letrada?

Em compensação – pelo Mestre Lourenço recebida com ingênua solicitude, como mais tarde ele próprio reconheceu – a dona da herdade do Taboão e o seu morgado não se cansavam de louvar o escravo fiel e operoso, de proclamá-lo credor de confiança máxima, de vangloriar-se de lhe serem amigos e não senhores, de ser ele menos escravo do que amigo, enovelando-o na trama de acalentadoras manifestações de estima que astuciosamente continuavam a jungi-lo ao troco de uma escravidão disfarçada (A TRIBUNA, 23/12/1973).

Novamente, podemos inferir do texto que o “dono” de Mestre Lourenço deve ter desenvolvido boas relações com ele:

O ardil produziu o efeito desejado, qual o de adiar por muito tempo a conquista definitiva de sua liberdade que ele devera ter adquirido muitos anos antes. Devera e podia tê-la conquistado a peso de ouro, não só com o produto do trabalho efetuado aos sábados e domingos o qual lhe pertencia em virtude da concessão senhorial, senão também com o excedente do numerário recebido das empreitadas sobre o salário da escravidão, que a princípio era de quatro patacas ou sejam 1\$280 e passou a ser 4\$000 por um dos cinco primeiros dias da semana.

Cativado pelas sedutoras declarações de amizade dos senhores do Taboão; sob o império da exagerada gratidão votada à dona do seu destino que proclamava ser-lhe menos dona do que mãe; a despeito de possuir fundos suficientes para adquirir o direito de ser livre – só em 1.876 assenhoreou-se Mestre Lourenço das regalias da liberdade (A TRIBUNA, 23/12/1973).

O autor do texto aponta a exploração feita pelos “donos” de Lourenço Antonio de Oliveira, que era seduzido e enganado de forma ardilosa, acreditando nas “declarações de amizade”.

Provavelmente o valor financeiro deveria ter um grande significado para Mestre Lourenço, pois este entendeu, desde cedo, o quanto foi difícil conquistar sua liberdade. Podemos então depreender do texto que talvez ele pudesse usar dessa artimanha para “comprar” outros objetos do seu desejo.

Morrera nesse ano a dona da herdade do Taboão. E já se processava em Atibaia o inventário de seus bens, quando, certo dia, apareceu no cartório, a figura respeitável de um homem de compleição atlética, pardo na cor da pele, de cabeleira negra e ondulada e cavanhaque ralo e crespo a lhe cobrir o queixo.

O homem era um cativo e o cativo era o Mestre Lourenço que toda a Atibaia conhecia.

Ali se apresentava à procura do serventuário da justiça, a cujas mãos passou farto maço de notas de moedas corrente do país. Sob a proteção das leis favoráveis à custa da libertação dos escravos, vinha comprar a sua liberdade que lhe custou 3:000\$000. Adquiriu também, nessa ocasião, a de sua mãe por 400\$000; a de sua irmã Benedita, por 800\$000; a de seu irmão Luiz por 1:500\$000; a da sobrinha Leocádia por igual quantia; e contribuiu para a libertação de parentes, doando em favor de Emília – 50\$000; de Antonia – 100\$000. (A TRIBUNA, 23/12/1973).

No transcorrer desse artigo, o autor demonstra sua admiração por Mestre Lourenço e procura convencer ao seu leitor que o ex-cativo era conhecido por “toda a Atibaia” sua cidade natal, na tentativa de legitimar o quanto era conhecido e querido pelas pessoas.

Foi um dia de glória esse do ano de 1876 para o Lourenço do Taboão, o burgo de Atibaia, fugindo ao ramerrão habitual, fremiu de admiração e surpresa em face da atitude dardanhesca do Mestre Lourenço. Atitude que abalou até os fundamentos as camadas sociais da cidade e se afigurou a todos os atibaenses heróica na sua comovida simplicidade e digna dos amplos e ruidosos aplausos que a coroaram.

Assegurada, enfim, após 44 anos de cativo, a sua liberdade pessoal, pode Mestre Lourenço, com mão firme, assenhorear-se de seu destino e encaminhá-lo ao sabor de sua vontade. Vontade policiada, que longa vida de trabalho e de renúncia tornou rija e inamalgável (A TRIBUNA, 23/12/1973).

O autor narra com detalhes o orgulho de Lourenço no momento da compra da liberdade. Por outro lado, não deixa de destacar a surpresa da população diante da atitude do escravo enriquecido que adquire sua liberdade. Há aqui um conflito: enquanto as pessoas podem ser favoráveis à liberdade, podem também desagradar-se perante uma atitude altiva do Mestre Lourenço.

Em 1880, com 48 anos de idade, contraiu núpcias com a jovem Joaquina Soares de Lima, descendente por linha varonil de tradicional família itatibense, atraindo para seu lado a melhor compartilhadora do seu destino, a qual lhe deu seis filhos, três dos quais, apenas, sobreviveram para consolo de sua prematura viuvez, ocorrida em 1891 (A TRIBUNA, 23/12/1973).

Mestre Lourenço casou-se com uma jovem descendente de tradicional família itatibense. Cotejando as diferentes fontes consultadas, de acordo com pesquisas realizadas, identificamos que Mestre Lourenço casou-se com Joaquina Soares de Lima em 1880 e ficou viúvo em 1891. Contudo, de acordo com a biografia encontrada no arquivo da “EE Prof. Ataliba de Oliveira”, o Prof. Ataliba nasceu em 1884 e sua mãe foi Joana Soares de Oliveira, logo, ele teria nascido durante o período do casamento de seu pai com Joaquina Soares de Lima. Nos periódicos locais encontramos referências somente do matrimônio entre mestre Lourenço e Joaquina. Já a informação encontrada na biografia consultada no acervo da escola não encontramos em outras fontes. Observamos, em relação às duas mulheres, um possível silenciamento nas fontes.

O trabalho e a economia, apanágios de toda a existência, deram o fruto que ele ambicionava, concedendo justa trégua ao lutador, uma como aberta de descanso que a exaustão das suas energias reclamava. Já antes de 1889, ano da

proclamação da Primeira República, pode Mestre Lourenço dispensar-se definitivamente das pesadas responsabilidades acarretadas pelas empreitadas. Até o dealbar desse ano havia construído para si cinco boas casas na cidade de Itatiba e uma em Atibaia, destinada ao abrigo da mãe, irmãos e sobrinhos. Era dono, no bairro da Ponte de Itatiba, de grande e cobiçada chácara, onde estabeleceu sua residência, antes de fixar-se definitivamente na cidade, fato ocorrido em 1888 ou 1899. No mesmo bairro possuía a propriedade de três bons sítios, localizados à margem direita do curso do Atibaia que atravessa o município de Itatiba (A TRIBUNA, 23/12/1973).

Mestre Lourenço, para além de ser um afamado construtor, tinha familiaridade com a liderança política e tino para as finanças. Em 1876 conquistou a liberdade, em 1880 casou-se: apenas 13 anos após liberto e 8 anos após seu casamento, já havia conquistado independência financeira e apoiado financeiramente sua mãe, irmãos e sobrinhos.

O artigo do jornal *A Tribuna* (23/12/1973) pontua que ele também valorizava a “[...] instrução, de cujos benefícios privou-o a escravidão, favoreceu quanto possível a aprendizagem elementar aos meninos de sua herdade, alguns dos quais acompanhavam-lhe os filhos varões na jornada de seis quilômetros [...]” (A TRIBUNA, 23/12/1973).

O autor apresenta mais adiante, em seu artigo, o momento em que Mestre Lourenço teria encontrado sua glória, quando ele “[...] cooperou na criação, em 1896, do Grupo Escolar Júlio César, oferecendo ao poder público, bela e ampla área de terreno que possuía junto à Igreja do Rosário [...]”. E novamente nos sentimos instigados a perguntarmo-nos: tal oferta seria tão somente uma ação de desprendimento de sua parte? No mesmo artigo, seu autor destaca que Mestre Lourenço tinha um grande apreço pela educação de seus filhos, o que “[...] o levou a proporcionar aos herdeiros dispendioso estágio colegial, após o qual matriculou o primogênito na Escola Militar de Realengo, o segundo na Escola Normal de São Paulo e o caçula na Escola Normal de Campinas” (A TRIBUNA, 23/12/1973).

O autor julgou que Mestre Lourenço,

Ao conceder aos diretos descendentes meios de se instruir e vencer no mundo social, o cativo do Taboão, com volúpia de um deus vingativo, domou o destino, na incontida ânsia de obter compensação tardia mas consoladora dos ônus que lhe foram impostos. Submeteu ao seu controle esse mesmo destino duro e incarável que durante quase meio século, lhe infringira a dor inconsolável de não possuir a própria liberdade. Mestre Lourenço fruiu nessa ocasião, um grande prazer (A TRIBUNA, 23/12/1973).

Neste ponto do texto, o autor evidencia a ânsia de Mestre Lourenço, como a de “um deus vingativo”, na obtenção de tudo o que lhe foi impedido diante da sua condição escrava, chama a atenção para como a instrução de seus filhos aparece de forma redentora ante todas as

dificuldades que ele tivera enquanto cativo. A instrução e educação dos filhos, nos dizeres do autor do artigo, teriam lhes garantido reconhecimento social.

Após viver vida longa, trabalhosa e honrada; vida que, sendo orgulho de seus descendentes, vale a um tempo por herança de responsabilidade a lhe pesar sobre os ombros – faleceu o Capitão Lourenço, em Itatiba, aos 15 de outubro de 1911. A cidade consternada prestou-lhe a homenagem do seu respeito, nesse dia de luto. – (A.D.) (A TRIBUNA, 23/12/1973).

Ao terminarmos a leitura do artigo, deparamo-nos com a biografia de um negro que fora escravizado e que conseguira sua liberdade e de seus familiares por meio de um trabalho que o diferenciava diante dos demais escravos – ele era senhor de um saber, por isso era conhecido como Mestre e, como pontuamos algumas páginas atrás, para quem, muitos pais entregaram os filhos para segui-lo em suas obras, com o intuito de que aprendessem com ele um ofício.

O autor do artigo, mediante seus próprios valores e ideais, nos apresenta um Mestre Lourenço que é um republicano convicto e liberal, que via na educação a possibilidade de seus filhos conseguirem ascensão social e reconhecimento público. Talvez, por isso, ele tenha tentado doar um terreno para a construção do grupo escolar, esquecendo-se que seu terreno ficava próximo do Largo do Rosário e não se localizava no centro da cidade, região na qual residiam e circulavam os grandes fazendeiros de café, para os quais ele era um mestre de talento e capitão da guarda nacional, mas também era um ex-escravo, negro e analfabeto. Pelo viés desse texto do jornal *A Tribuna* (23/12/1973), vemos que Mestre Lourenço, depois de sua trajetória de escravo e como mestre de obras, já na condição de cidadão, aproximou-se do poder político e conseguiu que seus filhos tivessem profissões, na época, valorizadas.

Sendo assim, é preciso lembrar que nessa época, com a institucionalização da República, tomada como marco divisor entre um passado arcaico, sombrio e um futuro próspero, a escola desponta, sobretudo, como o “signo do Progresso”, em que alunos [sobretudo] da Escola Normal, se bem formados, seriam capazes de seguir os passos dos professores da Escola Modelo e ainda formariam com excelência o futuro cidadão republicano (CARVALHO, 2003), logo, não é por mero acaso que Mestre Lourenço teve dois filhos que se encaminharam para o magistério. Para os republicanos, e ele era um deles, havia um trinômio indissociável: “*educação, cidadania e República*” (CARVALHO, 2003, p. 144).

O nome Escola-Modelo significava o aporte teórico-metodológico que lhe atribuía seu organizador, nos moldes do ‘aprender a fazer, fazendo’ proposto por Comenius e Pestalozzi. Nos passos do método intuitivo, fazia-se presente a figura de um ‘professor ou professora-modelo’, versados em um profundo

conhecimento do método e da sua disciplina, ministrando ‘aulas-modelo’, com a finalidade de preparar os normalistas para sua futura tarefa docente através da observação e da participação nas atividades em sala de aula (ALMEIDA, 1995, p. 673).

O interesse do Estado na formação de professores se ajusta ao projeto de expansão e ampliação da escola primária. Na visão de Caetano de Campos, o principal idealizador desse modelo de escola, a função dela seria a “*criação de bons moldes*’ de ensino” (RODRIGUES, 1930 apud CARVALHO, 2003, p. 144).

A formação profissional dos normalistas requeria a observação atenta das práticas dos professores da Escola Modelo²⁶. Mas a eficácia dessa formação dependia do investimento republicano na escola. Dispositivos foram criados e destinados a assegurar a propagação do seu modelo, como forma, ainda, de homogeneizar as práticas do professorado nas escolas primárias. A Inspeção Escolar foi, por exemplo, um dispositivo de vigilância criado pelo Estado. Estruturou-se assim, a partir da orientação da Diretoria da Instrução Pública, o sistema de ensino público paulista, nas primeiras décadas do regime republicano (CARVALHO, 2003).

Condensando a modernidade pedagógica que tanto era almejada, o Grupo Escolar foi a instituição que a representa, juntamente com a Escola Modelo:

De sua conjunção, resulta o modelo que será exportado para outros Estados da Federação. Ensino seriado, classes homogêneas e reunidas num mesmo prédio, sob uma única direção, métodos pedagógicos modernos dados a ver na Escola Modelo e monumentalidade dos edifícios em que são instalados os Grupos Escolares, essas instituições, também modelares, em que a Instrução Pública se faz signo do Progresso (CARVALHO, 2003, p. 145).

A educação escolar é amplamente valorizada no final do século XIX e início do XX e passa a ser, como vimos, um emblema de modernidade, civilidade e progresso. Quando estudamos a trajetória de Mestre Lourenço Antonio de Oliveira, pai do professor Ataliba Antonio de Oliveira, notamos que essa visão de educação parece ter atravessado e mobilizado alguns de seus sonhos. Ele incentivou e garantiu que seus filhos estudassem.

²⁶ As Escolas-Modelo, nos anos seguintes, transformaram-se em Grupos Escolares. Contudo, as que eram anexas à Escola Normal permaneceram com o intuito de “proporcionar exercícios práticos de ensino para os normalistas” (ALMEIDA, 1995, p. 673).

3.3 O Professor e Diretor Ataliba Antonio de Oliveira

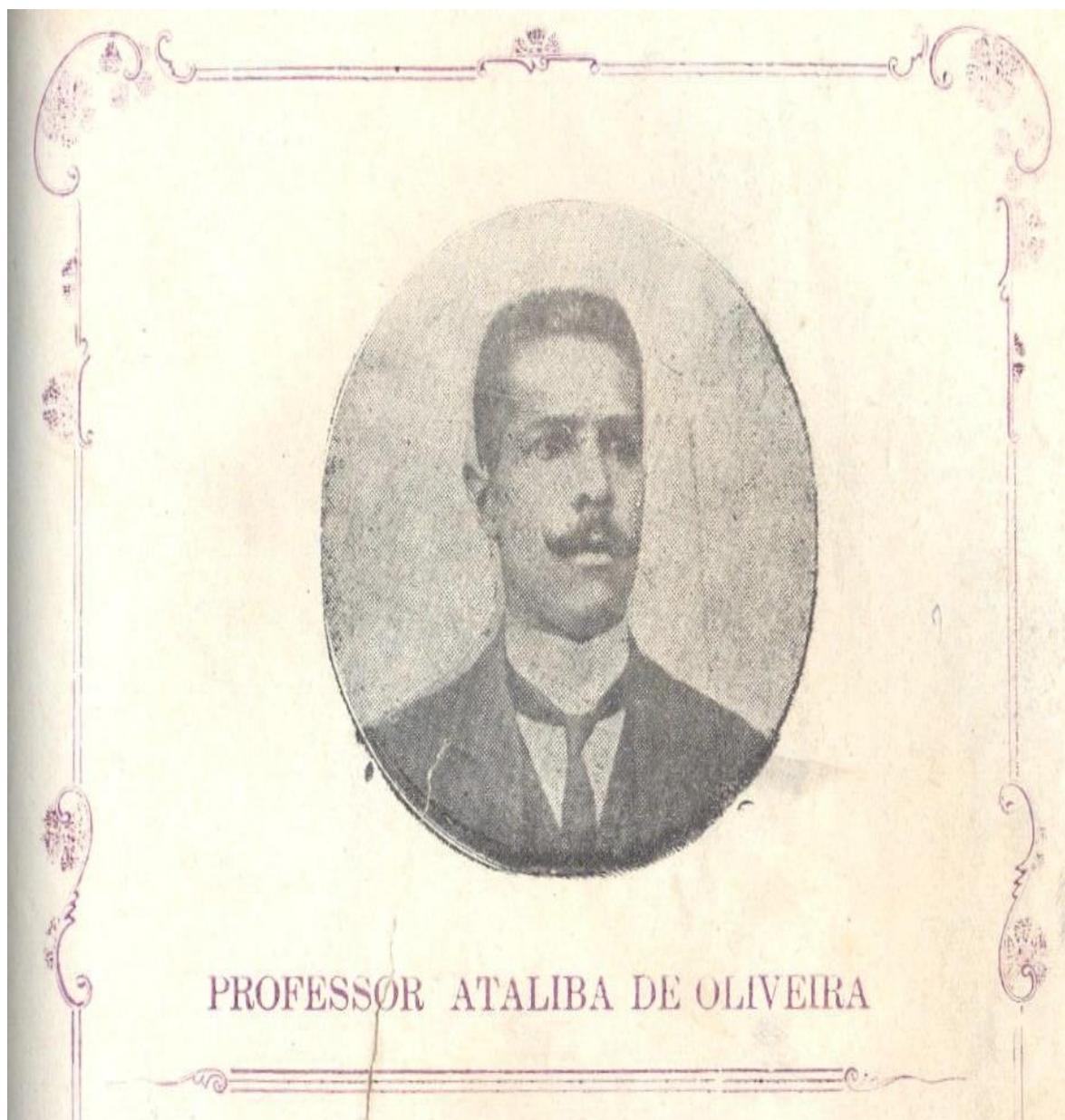


Figura 30: Professor Ataliba Antonio de Oliveira

Fonte: *Almanach* de 1916, p. 185.

A fotografia do professor Ataliba estampada no *Almanach* é acompanhada de um pequeno artigo sobre suas qualidades pessoais e profissionais. A imagem publicada é de um homem com características sérias, cabelo e barbas bem feitos, usando terno e gravata, indicando distinção e seriedade.

Neste tópico aproximamo-nos da trajetória do professor Ataliba, itatibense, porque ele foi o primeiro diretor nascido em Itatiba que assumiu a direção do Grupo Escolar Júlio César, cargo no qual permaneceu de 1913 a 1921, portanto, por 8 anos. Esta aproximação permitiu-nos lançar um olhar mais atento para Itatiba no período privilegiado, estimulando-nos a redimensionar o foco investigativo de nossa pesquisa que, inicialmente, privilegiava o Grupo Escolar Júlio César,

ampliando nossas possibilidades investigativas, porque colocamos em conexão a história desse Grupo com a trajetória de Ataliba e as disputas políticas locais, matizadas por questões mais amplas do cenário nacional.

Sentimo-nos atraídas pelo fato de um filho de ex-escravo tornar-se diretor de um Grupo Escolar – fato digno de atenção em um país que historicamente tendeu e tende a discriminar os negros ou, como queiram alguns, os afrodescendentes, dificultando-lhes a sobrevivência e a ascensão social. A situação está reafirmada por diferentes autores que se dedicam à História e à História da Educação do período (CARVALHO, 2003; GONÇALVES, 2000); GUIMARÃES, 2013; SEVCENCKO, 1998, dentre outros). Portanto, redirecionar nossa pesquisa significou ampliar o escopo de nosso trabalho, posto que a trajetória de Ataliba motivou-nos a explorar as tensões, os embates e as disputas que marcaram sua trajetória profissional, mobilizando questões socioculturais mais amplas, em franca conexão com o contexto itatibense, durante o período em que ele ocupou o cargo de diretor do Grupo Escolar Coronel Júlio César (1913-1920).

Nessa direção, fomos ao encontro de Gonçalves (2000), quando propôs que é preciso mudar o direcionamento dos questionamentos que se referem à situação educacional e de vida dos negros, defendendo que uma das perspectivas que mereceria maior atenção nos trabalhos de História da Educação dos negros no Brasil seria se atentar para a influência dos avós na educação dos seus filhos e destes na educação da geração futura. A par de tal ideia, rastreamos as origens de Ataliba no cotejo com a trajetória de vida do seu pai, o mestre Lourenço Antonio de Oliveira. Ribeiro (2001, p. 40) alertou-nos que “Os negros intelectuais e militantes sempre souberam das dificuldades que enfrentaram na hora de buscar empregos, educação, oportunidades para progredir”. E não foi diferente com Ataliba Oliveira, apesar de seu pai ter sido abastado e ter tido certo trânsito entre a elite letrada itatibense e da região, como nos sugeriram as fontes pesquisadas.

Um dos pressupostos que orientou nossa aproximação à trajetória de Ataliba foi que haveria tensões e disputas entre os políticos locais e possíveis alianças entre alguns destes com o governo do estado de São Paulo, as quais teriam possibilitado que Ataliba conseguisse ser nomeado diretor do grupo escolar, ultrapassando fronteiras simbólicas e preconceituosas relativas ao negro, mesmo considerando-se que seu pai garantiu-lhe uma formação de excelência em decorrência de uma situação econômica favorável.

Tal pressuposto ancorou nossa hipótese de que, para um negro, filho de um pai que emergiu das camadas populares na condição de ex-escravo, a indicação e nomeação para o cargo

de diretor não teria sido acolhida com tranquilidade pelos diferentes membros da elite letrada urbana de Itatiba, considerando-se que outros nomes poderiam ser indicados para tal cargo.

Delineamos esta hipótese após consultar algumas fontes primárias, dentre as quais, sobretudo o jornal *A Tribuna*, que nos remeteu ao apadrinhamento de Ataliba de Oliveira por Oscar Thompson, então Diretor-Geral de Ensino, e depois a um fato que sugere que o seu nome não foi o primeiro a ser indicado por uma das lideranças políticas itatibenses mais influentes da época, Francisco Rodrigues Barbosa, o Coronel Chico Peroba.

É necessário destacar que em diferentes fontes encontramos pistas de uma disputa pelo cargo de diretor do grupo escolar. Chamou-nos também a atenção a forma enfática e exaustiva com que Ataliba é alardeado pelos diferentes periódicos locais, como um orador brilhante e um professor excelente. Havia uma mobilização no sentido de reafirmar sua competência, tudo isso acompanhado da descoberta de que Ataliba participou da fundação e publicação de periódicos republicanos locais, o que parece ter garantido a divulgação frequente de seu nome e das atividades de que participava por entre as páginas desses periódicos. Na consulta das fontes pesquisadas, ressaltamos que Ataliba foi sempre apresentado nos jornais republicanos locais como motivo de orgulho local. Sua formação e qualidades de orador são sempre lembradas com destaque.

Contudo, é importante frisar que a busca por fontes que nos dessem indícios sobre a trajetória de vida do professor e de seu pai foi um trabalho moroso e difícil de ser realizado por entre as diferentes entidades consultadas. A história do pai de Ataliba não é mencionada nos almanaques locais dos fins do século XIX e começo do XX que consultamos, mas encontramos referências nos jornais *A Reação* (década de 1910) e, como vimos, no jornal “*A Tribuna*” das décadas de 1950 a 1970. Para além da consulta aos periódicos locais, mediante consultas de diferentes *sites*, encontramos uma escola²⁷ “E. E. Prof. Ataliba de Oliveira” na cidade de São Paulo, com o nome desse professor, e uma rua também com a mesma denominação nessa cidade. Investigamos e descobrimos que se tratava de uma homenagem ao professor Ataliba. A escola recebeu o nome de Ataliba por meio da Lei nº 9.925 de 28/11/67, que alterou o nome do Colégio Estadual de São João Clímaco para Colégio Estadual “Prof. Ataliba de Oliveira”. Nessa escola consultamos mais uma biografia do professor, na qual encontramos outras informações sobre ele, porém não conseguimos identificar quem produziu a biografia e informações sobre quem sugeriu ou o que teria legitimado que Ataliba passasse a ser o patronímico da Escola.

²⁷ A escola localiza-se na rua São Silvestre, nº 400, bairro São João Clímaco, São Paulo-SP. Localiza-se no distrito de Sacomã, subprefeitura Ipiranga.

Partimos da hipótese de que os textos publicados nos jornais, que ressaltavam com vigor a admiração pelo professor, eram escritos por pessoas que mantiveram alguma proximidade com ele ou que eram familiares do professor.

Durante a pesquisa realizada no arquivo escolar da E. M. E. B. “Coronel Júlio César”, identificamos a preocupação com a conservação da memória escolar por parte de sua direção, visto que, além das fotografias de todos os diretores, acompanhadas da informação de seus respectivos períodos de gestão, existem também fotografias que apresentam os uniformes utilizados pelos alunos. Identificamos e listamos os nomes dos diretores do grupo escolar até a década de 1930, nesse arquivo escolar, assim como o tempo de permanência deles no cargo, como se lê abaixo:

1. Ramon Roca Dorbal – 1896
2. Salustiano Leite de Oliveira – 1899 a 1902
3. Militão Affonso de Azevedo – 1902
4. Filemon Marcondes – 1902 (não tem registro)
5. Claudina de Medeiros Passos – 1902 (não tem registro)
6. Francisco de Oliveira Chagas – 1902 a 1904
7. Eurico Borges de Almeida – 1904 (não tem registro)
8. Adélio de Castro – 1904 a 1905
9. Luiza de Camargo – 1905 a 1908
10. Luiz Ribeiro de Carvalho – 1908 a 1910
11. Isaltino de Mello – 1910 a 1911
12. Otaviano de Mello – 1911 a 1913
13. Horácio Faria – 1912 a 1913
14. Ataliba de Oliveira – 1913 a 1920
15. Francisco Alves de Mourão – 1920 a 1928
16. Andronico de Mello – 1928 a 1930
17. Vicente Ferreira Bueno – 1930 a 1934.

A partir dessa lista, observamos que o professor Ataliba foi quem permaneceu por um maior período de tempo no cargo de diretor do Grupo, assim como seu sucessor Francisco Mourão²⁸. Na lista identificamos apenas duas mulheres, Luiza de Camargo, que ficou três anos, e Claudina, que parece ter ficado apenas por um período do ano de 1902, observação que sugere que, em Itatiba, a presença feminina em cargos de direção não era frequente.

²⁸ **Francisco Alves Mourão** – Nasceu em Caçapava a 8 de junho de 1887. Fez os preparatórios no Ginásio do Estado, nesta Capital. Matriculou-se, em 1919, na Faculdade de Direito de S. Paulo. Delegado regional do Ensino no Estado de S. Paulo, onde fez toda a carreira do magistério público. Secretariou o órgão republicano “Correio da Semana”, fundado, nesta Capital, em abril de 1910. Jornalista e escritor, colaborou em jornais e revistas da época. (Disponível em: <http://www.jornalolince.com.br/2013/dez/panopticum/5405-vale-paraibanos-no-dicionario-de-escritores-paulistas>).

O professor Ataliba de Oliveira assumiu o cargo de diretor do grupo escolar no ano de 1913, após lecionar por alguns anos, inclusive no próprio grupo, como professor adjunto.

Localizamos também a fotografia de Ataliba de Oliveira na escola. Seu retrato foi tirado de perfil, nos apresentando o rosto de um homem com cabelo ondulado, costeletas e bigodes, bem ao estilo da época, com um semblante sério. Ele traça terno e gravata. A imagem nos sugere um homem sério.

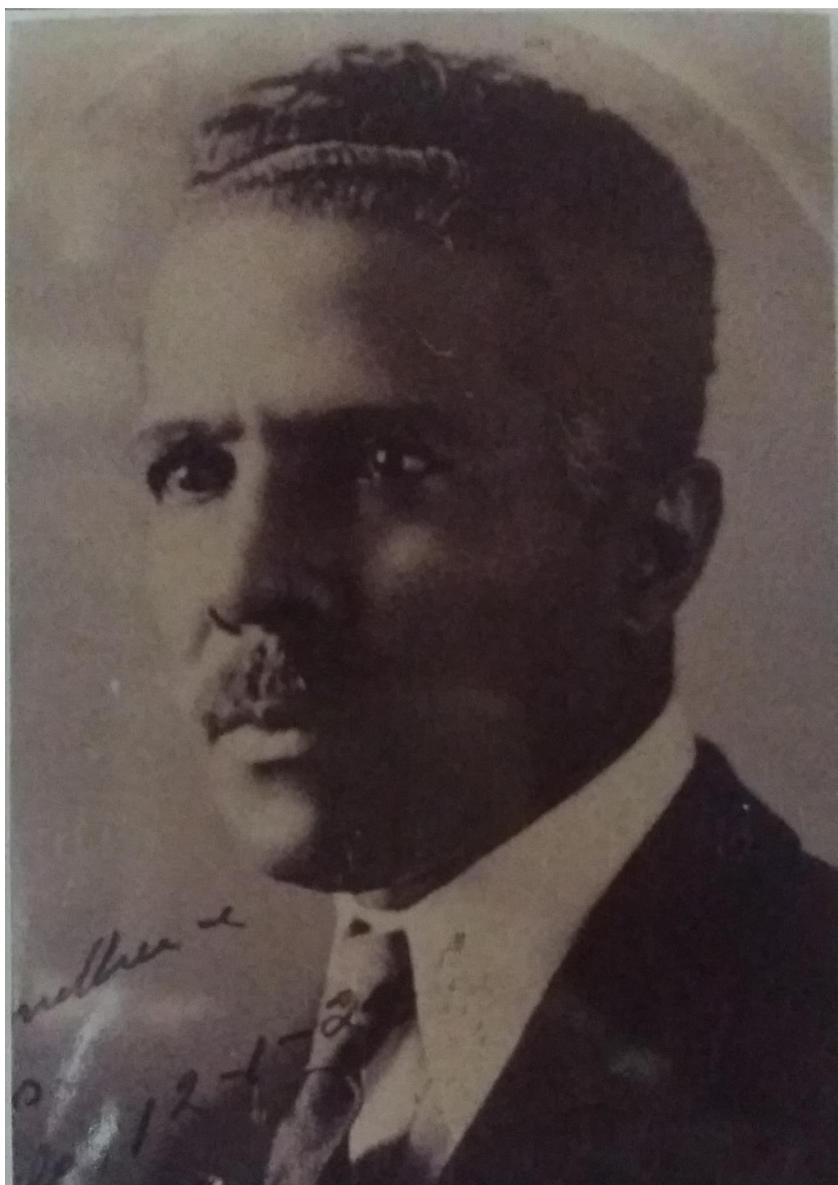


Figura 31. Diretor Ataliba Antonio de Oliveira – 1913 a 1920
Fonte: Arquivo Histórico da E. M. E. F. “Coronel Júlio César”

Ataliba nasceu em Itatiba em 17 de julho de 1884, filho do mestre Lourenço Antonio de Oliveira e d. Joana Soares de Oliveira. Ele faleceu na cidade de São Paulo²⁹, em 30 de agosto de 1967, aos 83 anos.

Sobre a infância de Ataliba, encontramos subsídios em alguns textos publicados no jornal *Correio Paulistano*, em que colaborou por algum tempo, com a coluna intitulada: “Dias Idos e Vividos”, na qual, em 16 de outubro de 1938, escreveu sobre sua infância em Itatiba e a partida para estudos e trabalhos em outras cidades e, na edição de 29 de janeiro de 1939, escreveu sobre sua experiência no internato dos salesianos. Encontramos disponíveis no ambiente virtual, acessado através de ferramentas de busca (*Google*), estas duas edições apenas³⁰.

Ao deixar Itatiba, aos doze anos de idade, para internar-me, como estudante, no collegio dos Salesianos, primeiro em São Paulo e depois em Lorena, - o curso da minha vida tomou uma direção da qual nunca mais recuaria. A viagem que, em 96 fiz em companhia de meu pae foi uma predestinação. Atrás de mim, ao partir, ficou para sempre, envolvido na luz esmaecida da saudade, um trecho do pequeno mundo, que foi o meu primeiro mundo. Delle me apartava, talvez definitivamente, para nunca mais ver senão de relance uma ou outra vez, em passagens meteóricas, na pressa de caminhadas para outros destinos (CORREIO PAULISTANO, 16/10/1938).

Nessa sua lembrança, Ataliba retoma suas lembranças enquanto um menino de 12 anos que foi levado pelo pai para estudar em um colégio religioso. Foi um aluno interno e, enquanto tal, ficou sozinho num lugar desconhecido e ao qual estava pouco afeito. Primeiro foi para São Paulo e de lá para Lorena. Não sabemos explicar o motivo dessa sua mudança, mas identificamos nas lembranças que registrou em sua coluna que sentiu saudade e que foi apartado do seu “pequeno mundo” – Itatiba. Ele não fez referências à mãe ou a sua vida em família, apenas ao seu pai. Como o pai fez a escolha por esse colégio, não encontramos nenhum indício, mas podemos afirmar que apenas algumas poucas pessoas tinham condições de arcar com os custos de um colégio interno, naquela época.

A viagem de 1896 é apresentada como a primeira. Em franca lembrança, ele busca no escritor francês Xavier de Maistre, em seu livro “Viagem ao redor do meu quarto”, situar sua experiência no internato. Tal referência ao autor e leitura, se parece dar vazão a um sentimento de solidão, por outro lado traz à tona a valorização da leitura e do livro, prática e objeto que em

²⁹ Em novembro do mesmo ano, uma escola pública do estado de São Paulo recebeu o seu nome como, pontuado anteriormente.

³⁰ Até o momento encontramos apenas essas duas edições do jornal “Correio Paulistano” com a coluna escrita pelo professor Ataliba. Pretendemos dar continuidade nas buscas para ampliar os resultados de pesquisa nesse âmbito.

sua lembrança foram registrados com ênfase. Seria uma tentativa de mostrar sua afeição aos estudos? É nesse período que temos a emergência e disseminação de uma prática de leitura solitária e em silêncio. Mas, de qualquer maneira, ele nos revela, em sua coluna, uma visão idealizada da cultura letrada enquanto hegemônica, porque não conheceria fronteiras e limites:

A viagem de 96 foi a primeira. Mas não seria a ultima. A' quella succedeu longo período de repouso – na vida collegial, prolongada no quatriennio de preparação profissional – durante o qual, à feição de Xavier de Maistre, dei a volta ao mundo em redor do meu quarto, tendo como cicerone o livro, companheiro polyglota e encyclopedico, que fala todas as línguas, conhecido todas as terras e sabe todas as sciencias (CORREIO PAULISTANO, 16/10/1938).

Identifica os quatro anos que ficou no internato como um período de repouso necessário à sua preparação profissional. É interessante pontuar que a ideia de repouso parece sugerir que em seu pequeno mundo haviam ficado para traz dias agitados – teriam sido dias de brincadeiras junto aos seus familiares? Enfim, ele nos sugere que ficou recluso e solitário em seu quarto, tendo por companhia apenas os livros – isto dos 12 aos 18 anos de idade. Novamente, desvela-se em seu texto a intenção de reafirmar seu esforço e dedicação, enquanto seu pequeno mundo ia ficando cada vez mais “[...] envolvido na luz esmaecida da saudade”.

Mais adiante, em sua lembrança, familiariza-nos com sua condição daquele que viaja e que é estrangeiro. Afirma que viajou muito, exercendo suas diferentes funções na área educacional e que conheceu o estado de São Paulo e suas diferentes fronteiras, usando de diferentes meios de locomoção, convivendo com pobres e ricos. Apresenta-se como aquele que se devota modelarmente à educação, rompendo com as dificuldades, cumprindo com o seu dever de mestre. Suas palavras parecem estar impregnadas do orgulho de sua trajetória profissional e ele se reconhece nela:

No exercício das minhas funções de inspector ou delegado de ensino, outras viagens teria de effectuar. E effectual-as de facto, conhecendo então, muitas cidades e innumerous bairros, sítios e fazendas. Percorri longamente o meu Estado, chegando a alcançar os rios que lhe demarcam as fronteiras e o mar onde ficam as suas praias. Experimentei todos os meios de locomoção. Troquei idéas com milhares de pessoas. Sentei-me a mesas frugaes ou copiosas. Dormi sob tectos ricos e pobres (CORREIO PAULISTANO, 16/10/1938).

Mas as suas recordações de infância, da meninice não são diluídas, pelo contrário, relembra poeticamente da sua vida no bairro da Ponte, na casa da Chácara Grande e do rio Atibaia, dos seus animais de estimação, dos burros, dos carneiros. E finaliza:

Emquanto traço estas memórias, tenho a impressão de regressar na vida, fazendo caminhada de retorno em estrada que já percorri, nella encontro de espaço a espaço e de tempo em tempo, um templo – dentro do qual se cultua o passado. Transpondo-lhe o humbral, apoiado no cajado de peregrino. E percorrendo a nave sonóra, envolta na meia-sombra das casas de oração, prosterno-me junto a ára de marmore do altar, onde queimo, com unção religiosa, os granulos do incenso perfumado da saudade. E prosigo, depois. Força é caminhar, que a estrada é longa e os dias curtos; e, neste principio de inverno, ninguem sabe quanto a noite desce... (CORREIO PAULISTANO, 16/10/1938).

“Templo” remete à ideia de um monumento, um lugar para determinado fim, para “cultuar o passado”. Como uma forma de preservar, perpetuar a lembrança (LE GOFF, 1990) e sempre que possível acessá-la nesse “templo”. Suas reminiscências são marcadas pela saudade e pela certeza que é necessário seguir em frente. As memórias de Ataliba são permeadas por um saudosismo da infância e pela trajetória profissional distante da sua terra natal – seria ele um desterrado no rastro de um projeto educacional dominante e extremamente articulado à política educacional de seu tempo?

Na publicação de 29 de janeiro de 1939 do *Correio Paulistano*, Ataliba descreve uma experiência vivida no “Lyceu do Coração de Jesus”. A primeira lembrança é do banho frio, no inverno gelado, que ele ainda se arrepiava ao lembrar. Outra lembrança, mais dolorosa, que ele diz querer “[...] não ter jamais vivido”: no salão do lavatório, enquanto o padre vigilante, “[...] italiano alto, louro, de compleição athletica. Homem de poucas falas, sizudo e ensimesmado”, faz a leitura do breviário, Ataliba, na época uma criança pequena, frágil, de “estatura miúda”, um negro, filho de um ex-escravo abastado, faz um pedido ao padre. Ele narra a situação que optamos por trazer quase que na íntegra, porque é emblemática das experiências vividas por Ataliba, que o atravessaram e o deslocaram enquanto um negro que ascendeu socialmente:

- Dá licença, Sr. Padre, de ir à rouparia?

Tão entretido estava o vigilante na amável leitura de seu livro de orações que não chegou a ouvir a minha pergunta.

Augmentei a estatura miúda de criança, erguendo bem alto a cabecinha, procurando divisar, lá em cima, sobre o tronco athlético do padre vigilante, o rosto sacerdotal, quase occulto atrás do breviário. E repeti:

- Dá licença de ir à rouparia?

A resposta veio agora, mas negativa, secca e transmittida num gesto ríspido e egoístico de cabeça. A attitude sacerdotal, tão distante da amável e affectuosa acolhida do Mestre, teve a virtude de me irritar o temperamento exuberante, aguilhoando-me a frágil paciência de mestiço. E tornei, rápido, num tom de voz intempestivo e igualmente irritante:

- Então, não posso ir à rouparia?

Foi o bastante. A interpelação abrupta violentou a personalidade do padre vigilante, chocando-lhe o systema nervoso irritadiço. Num repente, o homem primitivo que existia dentro d'elle, occupou o lugar de sacerdote que lia, com attencioso embevecimento, as paginas do breviário.

O que se passou então, foi a obra do genio do mal, operada com violência, num instante fugaz. Os olhos do sacerdote fulgiram, em chammes de raiva explosiva. Eil-o a alçar o braço, num ímpeto irrestível seu instincto represado. Quando dei accôrdo de mim, havia já recebido no rosto, sonora bofetada e estava de joelho, sob a impulsão de pesada manopla, deante do homem alto, de compleição athlética, que vigilava os alumnos no salão do lavatório (CORREIO PAULISTANO, 29/01/1939).

Ataliba escreve ainda, de forma um tanto irônica, que o vigilante provavelmente estaria lendo a parte que Jesus recomendava aos discípulos deixar vir a ele as criancinhas e por isso teria se irritado. Mas, analisando a narrativa, Ataliba se reconhece mestiço, mas não um negro, diferente do padre vigilante, um europeu. E, como tal, tendo um “[...] temperamento exuberante, [... e uma] frágil paciência de mestiço”, essa ideia ia ao encontro do que pensavam alguns intelectuais de seu tempo acerca dos mestiços e as causas do atraso nacional (BUENO, 2007). É preciso ler com atenção essas palavras, porque são elas que explicam sua condição identitária de mestiço, desvela-se porque tanta insistência em se reconhecer firme e determinado

Ataliba relata a ação do padre, imponente e superior, que, frente ao pedido de uma criança, volta-se para ela com desprezo e desconsideração. Acertando-lhe uma bofetada no rosto, fazendo-o ficar de joelhos, humilhado, na frente de todos os outros alunos. Ataliba reconhece na expressão de violência do padre contra uma criança ímpetos do homem primitivo. Novamente, através das lembranças de Ataliba, vamos ao encontro de ideias que circulavam na época. Com o avanço da modernidade e da escolarização os ímpetos violentos do homem primitivo seriam suplantados pelos modos civilizados, cultos e disciplinados do homem, em particular do homem urbano (BUENO, 2007).

A educação de Ataliba em escolas da elite parece tê-lo marcado com experiências de uma cultura escolar rígida, fortemente segregadora, excludente e discriminatória. Pensando na formação de Ataliba, perguntamo-nos por que ele foi estudar no colégio dos salesianos? Para quê? Ressaltamos que seus estudos foram custeados por seu pai, Mestre Lourenço, porém, existem práticas e preconceitos que extrapolam as questões de poder econômico e político e estão arraigados questões de racismo; supomos que os dias no internato não tenham sido fáceis para Ataliba.

Terminados os estudos no internato, ele seguiu para a Escola Normal da Praça da República, onde se formou em 1904. Na coluna “De Relance”, do jornal de Itatiba *A Tribuna* nº 795, de 9 de março de 1961, Evaristo Silva ressalta a trajetória de conquista de Ataliba para

galgar seus espaços e almejado cargo de diretor. O autor retoma brevemente a origem de Ataliba, adjetivado como “ilustre personalidade”, retomando também o nome de seu pai Lourenço Antonio de Oliveira – Mestre Lourenço.

Efetivamente, saiu da Escola Normal da Praça da República, uma brilhante plêiade de professores, que constituiu a turma de 1904 e, dela fazia parte o primeiro normalista itatibense a exercer o magistério público primário em nosso Estado. Esse normalista foi Ataliba de Oliveira. Recebendo o seu diploma veio logo para a terra natal e já em 1905 inicia a sua carreira como professor da escola rural de Tapera Grande.

Naquele tempo, o jovem mestre – escola de Tapera Grande já era querido de todos os seus conterrâneos (A TRIBUNA, nº 795, 09/03/1961).

Ataliba é apresentado como o “primeiro normalista itatibense”, o que seria motivo de orgulho para a população local. Nessa perspectiva, Evaristo Silva, autor do texto, generaliza um sentimento ao estendê-lo à população local e constrói uma memória de Ataliba, que, além de apaziguadora, tende a silenciar as dificuldades e tensões que o professor viveu, mas, sobretudo reafirma que seu biografado seria motivo de orgulho para a cidade.

De acordo com a biografia localizada na “E. E. Prof. Ataliba de Oliveira”, na cidade de São Paulo ele:

Diplomou-se pela Escola Normal da Praça da República em 30 de Novembro de 1904. A sua longa carreira no Magistério teve início em 23 de Janeiro de 1905, quando foi nomeado para o cargo de professor da Escola do Bairro da Tapera Grande, em Itatiba.

A formação de Ataliba na Escola Normal da Praça da República agregou distinção à sua formação. Essa Escola foi fundada em 1846 e construída em um edifício vizinho à Catedral do Largo da Sé (SP). Em 1894, foi instalada em um edifício construído na Praça da República. Essa Escola tornou-se um centro de referência tecnológica e pedagógica nacional, além de ser um lugar de experiências e práticas educacionais inovadoras para a época. A grande maioria dos alunos atendidos nessa Escola eram filhos da elite paulista, em sua grande maioria seus pais pertenciam à cúpula do Partido Republicano Paulista. Conforme artigo do acervo Histedbr/Unicamp

Percebemos que ele fez parte daquele seleto corpo de professores formado pela Escola Normal que levou adiante o projeto educacional republicano. Muitos professores que foram seus colegas tenderam a ter trajetórias profissionais similares. Atentando-se para a cronologia e os diferentes cargos que assumiu, percebemos que ele transitou por diferentes cidades do estado de

São Paulo, mas que sua trajetória, em grande parte, esteve muito próxima do projeto republicano dos grupos escolares.

Após concluir os estudos na Escola Normal, Ataliba volta para sua cidade natal, Itatiba, para exercer a docência. Além disso, segundo Evaristo Silva, colaborava nos jornais locais, escrevendo sobre assuntos literários e pedagógicos. No transcorrer da pesquisa não encontramos essas publicações.

Colaborava assiduamente nos jornais locais, ocupando-se de assuntos literários e pedagógicos, com o pseudônimo de “ATADOLIVE”. Escrevia com elegância de linguagem, clara e escorreita, obedecendo a um estilo já de mestre da língua, que a todos agradava. Nas comemorações cívicas, o seu verbo quente e entusiasmado era sempre reclamado e sempre por todos aplaudido (A TRIBUNA, nº 795, 09/03/1961).

Podemos depreender do texto que desde o início de sua carreira Ataliba se destacava dentre os demais professores. O autor manifesta uma profunda admiração por Ataliba em outras partes do texto:

Aos sábados, quase sempre, pelo trenzinho da saudosa Estrada de Ferro Itatibense (morta estupidamente por Garcez) partia à tarde para o bairro de Tapera Grande uma caravana de moços e moças, levando iguarias e acepipes para o convescote, que se improvisava sob a orientação de Antenor Moreira, no pátio fronteiro à escola de Mestre Ataliba, situada a poucos metros da estação daquela via - férrea. À noite, dava-se o regresso daquele punhado de jovens, no meio dos quais vinha sorridente o professor principiante da carreira, o qual seria mais tarde, e o foi galhardamente, um dos maiores valores do Professorado Paulista (A TRIBUNA, nº 795, 09/03/1961).

Logo na primeira frase deste trecho é possível verificar uma crítica velada do autor à Garcez, denotando a postura crítica desse autor em relação ao governador do estado de São Paulo, Lucas Garcez. Evaristo Silva nos remete a uma atividade de lazer muito em voga naquele período: o convescote, que era um piquenique realizado em local aberto, onde cada pessoa se responsabilizava por um tipo de comida, dividindo sua refeição com o restante dos participantes. Este acontecia no pátio fronteiro da escola, o que nos suscita a pensar que o lugar era agradável e considerado seguro, sendo tal convescote um passeio para moços e moças, ao que tudo indica dentro dos padrões de moralidade local.

Na continuidade do texto, Evaristo narra de forma romântica o trajeto dos alunos para a escola, destacando o papel de mestre Ataliba nesses momentos de descontração. Porém, os

momentos de alegria durariam até o momento em que ele foi transferido de escola. A remoção de Ataliba, para trabalhar em uma escola urbana na cidade de São Vicente, deu-se a seu pedido. Essa transferência foi apresentada como uma promoção, mas o autor do texto aponta que ela foi uma perda para a cidade de Itatiba, já que o professor era considerado um excelente profissional.

E Ataliba partiu, tristonho, por deixar a sua terra natal, sua gente e seus amigos. Quantos, naquela manhã brumosa, foram ao seu embarque! No seio deles, abriu-se um vácuo. Mas, era preciso que ele partisse para galgar mais um degrau da escada que havia de escalar até atingir o seu topo, isto é, o posto mais elevado de sua ascensional e triunfal carreira no Magistério Paulista, que o Brasil todo daquele tempo admirava (A TRIBUNA, nº 795, 09/03/1961).

Com essa consideração, o autor do texto descreve a partida de Ataliba e a emoção causada. É necessário destacar que Evaristo Silva registra que a “carreira no Magistério Paulista” era admirada em todo o país, posto que se colocou hegemonicamente como uma política educacional modelar para os demais estados do país, pelos governos republicanos do período. Sendo assim, a formação de Ataliba de Oliveira na Escola Normal da Praça da República garantiu-lhe um início de carreira bastante promissor, em um contexto sociocultural no qual a educação era idealizada e vista na sociedade republicana como um símbolo de progresso, de ordem, de civilidade.

Posteriormente, Ataliba passou a ocupar o cargo de professor adjunto no Grupo Escolar “Coronel Augusto César”, na cidade de Leme (SP); depois no Grupo Escolar “Coronel José Alvim de Campos Bueno” (SP), em Atibaia; e no “Coronel. Júlio César” em Itatiba (CARVALHO, 2003). No período ao qual se refere o artigo, ser normalista e fazer parte da carreira do magistério paulista era uma situação privilegiada. O jornal *A Reacção* apresentou o fato naquela ocasião nos seguintes termos:

Iniciou o magisterio no bairro de Tapera Grande deste municipio, sendo promovido o 1907 para uma cadeira e sede em S. Vicente, depois foi para o Grupo da cidade do Leme, como adjunto. Amante de sua terra natal, era seu desejo se aproximar de Itatiba, por isso que, solicitou remoção para o grupo da vizinha cidade de Atibaia, donde se removen ha três annos para o nosso Grupo Escolar. (A TRIBUNA, nº 795, 09/03/1961).

Chamamos a atenção para o fato de os artigos que tratam de Ataliba, apesar de distantes no tempo, se referem a ele com respeito e frisando seu amor pela cidade. Sua trajetória futura, de acordo com Evaristo Silva, foi a seguinte:

[...]

Adjunto do Grupo Escolar “Coronel Julio Cesar” de Itatiba (1911);
 Diretor do Grupo Escolar de Itatiba, (1913);
 Inspetor Escolar (1920), com Sede em Ribeirão Bonito e São Carlos; Designado para substituir o Professor Julio de Oliveira Penna, Delegado Regional do Ensino de Itapetininga (1923);
 Inspetor Distrital do Interior, com Sede em Mogi das Cruzes (1925); Inspetor Geral de Ensino com a incumbência de Inspeccionar as escolas normais livres, em comissão (1930);
 Inspetor Distrital da Capital (1930);
 Delegado Regional do Ensino da 1ª Região, com Sede em Santos; Delegado Escolar da Capital – Zona Norte (1932);
 Assistente Técnico de Psicologia Aplicada da Diretoria Geral de Ensino (1932);
 Chefe do Serviço Técnico do Departamento de Educação – Serviço de Prédios Escolares (1933);
 Assistente Geral do Diretor de Ensino (1934);
 Diretor Geral do Ensino em três interinidades (1934 e 1935);
 Como Chefe de Serviço de Prédios Escolares aposentou-se em 14 de Maio de 1935 (A TRIBUNA, nº 795, 09/03/1961).

É digno de menção que em 1932, quando o projeto educacional paulista e do país ganha novos contornos, com o avanço os escolanovistas e da psicologia voltada à área educacional, Ataliba tenha ocupado o cargo de assistente técnico de Psicologia Aplicada da Diretoria Geral de Ensino.

Professor Ataliba, ainda de acordo com a biografia, para além de sua trajetória na área educacional, também atuou:

Como Jornalista, trabalhou no “Progresso” e na “Região” de sua cidade natal e, após a sua aposentadoria, no “Correio Paulistano”. Publicou “Maria Angola” (Trabalho Didático) e esboços biográficos de Anchieta e Pedro Voss.
 Deixou ainda, duas obras inéditas: “Dias Idos e Vividos” e “Problemas da Educação Pública” (A TRIBUNA, nº 795, 09/03/1961).

Em Itatiba, havia o Grêmio Cívico Recreativo Itatibense, encabeçado por diversos letrados da época (A TRIBUNA, nº 795, 09/03/1961), dentre os quais havia médicos, juristas, advogados, professores e grandes proprietários rurais e comerciantes locais³¹.

³¹ Adriano de Oliveira, Cuba dos Santos, Armando Rodrigues, Alfredo de Assis, Sócrates de Oliveira, Euclides de Campos, Afrodísio Rebouças (bacharéis em direito); Ataliba de Oliveira, Manoel E. de Brito, Colatino de Oliveira, Francisco Alves Mourão (professores); Mattos Pimenta, Urbano Menezes, Lafaiete Moreira (médicos); Pedro Soares de Camargo, João Soares de Camargo, Joviano Soares, Francisco da S. Leme, Antonio Andreatta, Antonio Augusto da Fonseca, Arthur Fonseca, João B. Fonseca, F. Muniz Filho, Renato Paiva, Alfredo Arantes, Urbano Bezana, Antenor Moreira, Antonio A. do Vale, Antonio Lanhoso, Julio Paiva, Afonso Bueno, F. Alves Cardoso, Herculano Pupo, Pedro Elias de Godoy, Alexandre Barbosa, Florêncio Carlos de Araújo, João Gandara e outros.

De acordo com Evaristo Silva, quando vagou a diretoria do Grupo Escolar Coronel Júlio César, “[...] os amigos de Ataliba solicitam a interferência do velho chefe político Coronel Peroba junto ao Governo do Estado, afim de que aquele lugar fosse dado ao prof. Ataliba, que tinha merecimento para exercê-lo com proficiência” (A TRIBUNA, nº 795, 09/03/1961). O caso teria chegado ao Secretário dos Negócios do Interior, dr. Altino Arantes (Partido Republicano Paulista – PRP), mas que não atendeu ao pedido, alegando que não era de “praxe governamental nomear para cargo dessa natureza professor docente de mesmo estabelecimento” (A TRIBUNA, nº 795, 09/03/1961).

Contudo, identificamos que o diretor anterior a Ataliba tinha sido professor no grupo escolar, o que nos estimulou a supor que esse cargo estava sendo cobiçado por outra pessoa, que talvez tivesse um apadrinhamento político tanto quanto Ataliba, como nos sugere o fato narrado na sequência.

Nesse tempo, segundo texto de Evaristo Silva, Ataliba se preparava para apresentar a homenagem que a Câmara Municipal prestaria ao senador Lacerda Franco (Partido Republicano Paulista – PRP), inaugurando na ocasião o seu retrato no salão nobre onde realizava suas sessões. A cerimônia foi presidida pelo secretário do Interior do estado de São Paulo, Altino Arantes (Partido Republicano Paulista – PRP), já que o Presidente do Estado, Rodrigues Alves (Partido Republicano Paulista – PRP), não pôde comparecer. Foram escalados para a solenidade três oradores: Armando Soares Caiuby, Ataliba de Oliveira e Armando Rodrigues.

Ataliba falou em nome da Câmara Municipal, reunida em sessão solene. Falou de improviso, durante 20 minutos, recebendo ao terminar a sua brilhante oração, uma estrondosa salva de palmas. [...]

Reuniram-se os ilustres visitantes com as autoridades locais, enquanto o senador Lacerda Franco repousava na residência do Sr. João Franco de Godoy, onde se realizaria o banquete e a figura varonil de Herculano Pupo Nogueira - o Prefeito respeitado por todos que honrava as tradições da cidade - sustentava magnífica palestra com o Dr. Altino Arantes e com o embaixador José Rodrigues Alves e o consagrado jornalista e orador Leopoldo de Freitas (A TRIBUNA, nº 795, 09/03/1961).

Conforme Evaristo Silva, enquanto o prefeito Herculano Pupo Nogueira conversava com o secretário do Interior, Altino Arantes, Ataliba é introduzido na conversa:

Ao vê-lo, o Dr. Altino para ele se dirige, dizendo-lhe: - Professor! o Sr. conquistou hoje, graças ao seu revelado talento, o lugar de diretor do Grupo Escolar de sua terra. E o nomeou no dia seguinte. Nesse momento, o Coronel Peroba, dirigindo-se ao Dr. Altino: - agora o candidato é seu! Mas, Você fica me devendo o preenchimento da primeira vaga que se der no Grupo para

candidato recomendado por mim. O Dr. Altino sorriu e voltando-se para Herculano disse: - Ela não perde vasa...(A TRIBUNA, nº 795, 09/03/1961).

A notícia anterior sugere que Ataliba foi indicado pelo prefeito e que, após alguma negociação, o Coronel Peroba (Francisco Rodrigues Barbosa), uma das mais importantes lideranças locais, abriu mão dessa indicação, mas assegurou-se que a próxima vaga seria preenchida por uma indicação sua. Sem perder tempo, na mesma ocasião, ele já impetra uma solicitação de vaga para seu próximo candidato, mostrando o quão acirradas eram as negociações políticas da época, bem como que a carreira no Magistério Público era marcada por frequentes intervenções políticas. Temos evidências que a nomeação de Ataliba como diretor do grupo escolar contou com o apoio de lideranças políticas locais, para além da sua qualificação profissional. O interessante é que o autor do texto, ao narrar o fato, mais do que registrar as virtudes de Ataliba, também desvela que, apesar delas, foi-lhe necessário também um apadrinhamento político.

O jornal *A Reacção*, na ocasião da nomeação Ataliba, discorre detalhadamente sobre sua trajetória no magistério, reiterando seu talento e seu zelo profissional:

Em Ataliba de Oliveira, não só admiramos um espirito fecundo, illuminado por uma inteligência, como também um coração aberto para a sinceridade.

Como professor tem espalhado a semente do saber, abrindo para a infância, entre os chás da ignorância, o caminho cambiante do porvir; como amigo – é leal; como filho – foi amoroso e bom; como chefe da família – é exemplar; como collega – é franco e sincero; como orador – a sua palavra é muitissimo acatada e eloquente; como jornalista – encanta com a verve e impõe-se como literato.

A esta filha tem ele prestado o mais efficaz apoio desde a sua fundação.

Portanto, felicitando o povo itatibense pela justa e acertada nomeação que recahiu na pessoa desse distincto conterraneo, *A Reacção* muito se rejubila homenagem com a publicação do seu retrato nesta columnas.

Ao distincto e intelligente collaborador e amigo, ás nossas saudações effusivas e votos de felicidades ao desempenho de tão elevado cargo.

(A REACÇÃO, 13/07/1913).

É digno de menção que Ataliba de Oliveira foi um dos fundadores do jornal *A Reacção* e era um de seus colaboradores.

No ano em que assume a direção do grupo escolar, o jornal *A Reacção* (13/07/1913) noticia essa ocasião, homenageando o professor. A sua trajetória de vida é rememorada de forma elogiosa

Professor Ataliba de Oliveira

Acaba de ser effectivado no cargo de director do Grupo Escolas desta cidade o Professor Ataliba Antonio de Oliveira, adjunto do mesmo estabelecimento, que com zelo e proficiencia já acerca de seis mezes em exercendo aquelle cargo interinamente.

Não podi ser mais acertado esse acto do Governo do Estado, pois que o Professor Ataliba, nosso illustre conterrâneo, presado amigo e distinto colaborador. Desde 1905 exerce o magisterio publico, concorrido para o progresso donsino, com o seu maximo esforço, boa vontade e talento.

O artigo acima nos pontua que Ataliba já exercia interinamente, quando de sua nomeação, o cargo de diretor há seis meses.

No *Almanach de Itatiba* (1916, p. 187) é publicada uma homenagem ao professor, então diretor:

Ha tres annos que dirige o Grupo Escolar de Itatiba, com rara e inexcedível competencia, o estimado e intelligente professor, Sr. Ataliba de Oliveira, nosso illustre conterraneo.

Todos que têm visitado o nosso Grupo Escolar, saem satisfeitos e alegres daquele estabelecimento, taes a ordem e a disciplina que ali reinam. Innumerous são os termos de visitas exharados em o livro para esse fim destinado, termos assignados por altas autoridades do ensino publico paulista, enaltecendo a optima direcção daquella casa de instrucção.

Pelo que vimos, o autor exalta a eficiência e comprometimento de Ataliba enquanto diretor do grupo escolar.

A homenagem ao diretor prossegue:

Demais a perfeita união de vistas que reina entre os professores do nosso Grupo e o seu director é o sufficiente para attestar a ordem que ali impera.

Dizer que o Professor Ataliba de Oliveira faz muita honra ao magisterio paulista não é exagero de nossa parte – é um motivo de justo orgulho para nós, que o temos na brilhante plêiade dos nossos conterraneos illustres.

Além de orador eloquente de palavra facil e arrebatadora, desses que encantam o auditorio, o Professor Ataliba de Oliveira sabe manejar com pericia sua penna adamantina.

O Almanach de Itatiba, tem o grande prazer de contar no rol dos seus colaboradores illustres o intelligente preceptor (ALMANACH DE ITATIBA, 1916, p. 187).

Ataliba é apresentado como o diretor que mantinha a ordem, a disciplina no corpo docente, bem como no Grupo, de forma geral.

Ataliba de Oliveira é caracterizado no jornal *A Reacção* de 13 de julho de 1913, período em que assume a direção, como “distinto conterraneo”, “distinto e intelligente collaborador e

amigo”. Nesse momento, a sua posição de diretor no grupo escolar o torna distinto dos demais professores e pessoas do seu segmento social.

No *Almanach* de 1916 ele é adjetivado como “estimado e inteligente professor”, “illustre conterraneo”, “orador eloquente”, “inteligente preceptor”. Note-se que nesse momento, em 1916, depois de quatro anos no cargo de direção do grupo escolar, as suas qualidades são mais acentuadas, mais definidas ou bem conhecidas pelo autor do texto.

Encontramos no Arquivo Escolar uma fotografia em que Ataliba aparece com outros dois professores, que não são identificados. Nessa fotografia, ainda não era o diretor do Grupo; conforme já mencionado, ele assumiu a direção em 1913.



Figura 32: Professor Ataliba (1912)

Fonte: Arquivo Histórico da E. M. E. B. “Coronel Júlio César”.

Na fotografia acima podemos notar a posição central do professor, com expressões sérias, da mesma forma que o professor ao lado. A professora apresenta-se de braços descruzados, numa posição mais descontraída. É possível observar também que os dois professores do sexo masculino, de braços cruzados, talvez estejam manifestando certo desconforto, por estar na presença de uma mulher, tendo em vista o machismo na época. A mulher está mais à frente de Ataliba e o outro professor mantém uma distância significativa.

Como pontuamos anteriormente, Ataliba chegou ao cargo de diretor após possíveis disputas e alianças locais. Na homenagem no *Almanach de Itatiba* (1916), a oratória foi o elemento elogiado e teria sido o responsável pela sua indicação. Mas, além disso, descobrimos que ele também era um colaborador do referido *Almanach*.

No Jornal *A Reacção* (29/01/1911), a discussão sobre faltas de classes devido ao aumento de número de alunos é ressaltada:

Pelo aumento consideravel que tem attingido a matricula de alumnos em nosso Grupo Escolar, o respectivo director conseguiu do Exmo. Governador do estado a criação de uma classe suplementar na secção masculina e feminina.

Pela falta absoluta de salas, os quarto annos das duas secções tem funcionado unidos aos terceiro annos.

Entretanto, essa medida acarretará sobrecarga de serviços a classes confiada a um só adjunto, aliás numerosa, basta dizer, que uma dellas se eleva a 54 alumnos, isto é, alumnos do 4º juntos aos alumnos do 3º anno.

Lembramos no entanto, que o Exmo. Governador do Estado em vista do aumento consideravel de alumnos que correm a matricula em nosso Grupo é digno de ser desdobrado em duas series, como acontece em outros estabelecimentos congeneres.

O grupo escolar estava funcinando em 1911 com uma sala mista. O pedido foi feito ao governador Manuel Joaquim de Albuquerque Lins (PRP), para que pudessem ser criadas duas séries. Contudo, até o ano de 1913, quando Ataliba assumiu o cargo de diretor, o problema de aumento de matrículas e poucas classes continuava.

Ataliba escreveu artigos sobre a situação da educação no município de Itatiba. Encontramos um ofício do professor na ata do dia 3 de fevereiro de 1920, o qual transcrevemos na íntegra:

Grupo Escolar Coronel Júlio César. Itatiba, 14 de janeiro de 1919, número três. Exmos. Srs., Dr. Presidente e Vereadores da Câmara Municipal. – O patriotismo, de V. Excelência autoriza-me a esperar que essa ilustre Câmara atenda de boa mente as considerações que vou ter a honra de lhe fazer. A matrícula de novos alunos que esta diretoria procedeu este ano, ocorreram um número exíguo de meninas e outro, maior de meninos. Ao passo que é insignificante a quantidade de alunos analfabetos, apresentados à matrícula do primeiro ano, deixam também de matricular-se alunos de classe mais adiantada, sendo poucos os que fazem o curso completo, retirando-se do grupo depois de diplomados. Porque será, Excelentíssimos Senhores, que tem sido pequena a matrícula de novos alunos, sendo a de meninas inferior a das crianças do sexo masculino? Ainda mais: Porque motivo a maioria dos alunos do estabelecimento não chega a diplomar-se, fazendo os quatro anos do curso preliminar completo? Estas perguntas não sugerem outras respostas senão as

seguintes: o desleixo de alguns pais e o interesse pecuniário de outros que se locupletam do trabalho dos filhos, explicam a ausência das crianças da escola. Há por certo, Excelentíssimos Senhores, um número considerável de crianças que, privadas do benefício da instrução, vegetam vadias, nas casas e ruas, e outras muitas que, nas fábricas, oficinas ou casas comerciais, passam a quadra da infância em trabalhos estafantes, impróprios da idade, estragando a saúde e comprometendo a própria existência.

Analisamos a seguir o artigo de Ataliba apresentado acima. Ele inicia o texto apelando ao patriotismo dos vereadores, denotando, de um lado, certo enfrentamento, mas, de outro, a tentativa de clamar pelo bom senso dos representantes da cidade. Na sequência, aborda as justificativas do envio do ofício à Câmara Municipal, com destaque ao desequilíbrio entre o número de matrículas de meninas e meninos e a insignificante quantidade de analfabetos buscando a escola, além do fato de poucos alunos concluírem o curso primário. Professor Ataliba mostra-se indignado e aponta, ainda, possíveis causas dessa situação: desleixo dos pais, interesse pecuniário nas tarefas executadas pelas crianças em fábricas, casas comerciais, entre outras.

O artigo escrito por Ataliba sobre a situação da educação no município de Itatiba ainda continua:

Vossas Excelências cidadãos de uma república muito jovem compreendem perfeitamente a necessidade inadiável que há da difusão copiosa do ensino preliminar pelas camadas populares. Dependem disto, isto é, da instrução do povo, o progresso do nosso país e a segurança do nosso futuro. Não há razões, por mais fortes que pareçam, que justifiquem o afastamento da criança da escola. Força é que tenha termo o reinado negro do analfabetismo que infelicitava nossa terra e põe o brasileiro em condições de inferioridade relativamente ao estrangeiro, trabalhador, econômico, inteligente e culto. Para conseguir, esse desideratum é que venho pedir a Vossas Excelências a execução da sábia lei número 26, votada por essa ilustre Câmara em 31 de outubro de 1916, a qual institui o ensino primário obrigatório na cidade e município de Itatiba. O artigo nono dessa lei proíbe o trabalho forçado às crianças menores de 12 anos e o artigo 3º obriga os pais, tutores e patrões a darem instrução a seus filhos, pupilos ou empregados. Para facilitar o cumprimento dessa lei benemérita, poderiam Vossas Excelências autorizar o senhor Prefeito Municipal a obter dos proprietários ou gerentes das fábricas, oficinas e casas comerciais o compromisso de não cederem trabalho aos menores que não lhes apresentarem um certificado de habilitação do curso preliminar. Medida idêntica tem sido posta em prática com ótimos resultados, em diversas cidades do Estado, como Atibaia, Taubaté e outras.

Alerta sobre as complicações de saúde que isso pode ocasionar às crianças e sobre a possibilidade de comprometimento na existência das mesmas. É enfático em declarar que não existe motivo que justifique às crianças se ausentarem das escolas. Requer o apoio das autoridades para a implementação de uma lei na cidade de Itatiba, a fim de constituir o ensino

primário obrigatório, ressaltando ainda a necessidade da inclusão de artigos que proíbam o trabalho forçado de menores de 12 anos e a obrigação dos pais e responsáveis cumprirem com o determinado nos regulamentos. Prof. Ataliba reforça em seu pedido o apoio do prefeito, trazendo referências de outras cidades que contam com o apoio dos comerciários com o comprometimento à lei em rejeitarem trabalhos aos menores que não apresentarem certificados.

Já na finalização do artigo, Ataliba apela para que os vereadores apreciem seus argumentos:

Perdoem-me Vossas Excelências a extensão que adquiriram estas considerações, ditadas pelo dever do cargo que ocupo e pelo muito amor que devoto à terra do meu berço. Estou certo que Vossa Excelência, pesando os argumentos que acabo de expender, darão termo à angustiada situação do ensino em Itatiba que vem comprometendo o futuro de vossa terra. Queiram Vossas Excelências aceitar as minhas atenciosas saudações. (a) **Ataliba de Oliveira**".

Uma avaliação mais detalhada do texto pode nos indicar que o professor Ataliba poderia estar descrente da possibilidade de apoio da Câmara Municipal, tanto que ele mesmo, ao final do texto, confessa ter se estendido no texto, mas que tantas considerações teriam sido necessárias para trazer à luz os argumentos capazes de convencer os patriotas vereadores da necessidade da manutenção das crianças na escola, temática ainda tão debatida nos dias atuais.

É notável a preocupação e interesse do prof. Ataliba em relação ao ensino da sua cidade natal. Conforme é apresentado no Jornal, a Câmara delibera:

Pedir ao Governo o provimento das escolas já criadas no Município, por intermédio da Prefeitura e do Diretório Político; Organizar a estatística das crianças em idade escolar de 7 a 12 anos de idade, na cidade e nos sítios afim de, com esses dados reforçar o pedido ao Governo; Pedir a criação imediata das escolas nos bairros dos Pereiras, Barreiro, Pintos Pires, Pedreira, dos Silva e da Ponte; Pedir aos gerentes de casas comerciais e de fábricas a não admitirem crianças em idade escolar, no seu serviço, sem que tenham diploma do curso preliminar e bem assim também as casas de família; Promover a reforma da Lei número 26 afim de se harmonizar os interesses particulares e gerais; Votar este ano e nos outros consignar nos orçamentos uma verba para a Caixa Escolar, de auxílio aos escolares pobres; Pedir aos gerentes de fábricas, de casas comerciais e de família para obrigarem os seus empregados maiores de 13 anos a freqüentarem a Escola Noturna (EVARISTO SILVA - COLUNA "DE RELANCE" – DO JORNAL "A TRIBUNA" - N.º 795, DE 9 DE MARÇO DE 1961).

Nessa mesma direção, no jornal *Correio Paulistano*, datado de 6 de fevereiro de 1920, é noticiada a forte atuação do diretor Ataliba, pedindo a criação de mais classes no Grupo:

Itatiba, 1 – O Sr. Professor Ataliba de Oliveira, director do grupo escolar desta cidade enviou ao governo do Estado uma relação de 170 meninos que desejam matricular-se nesse estabelecimento de ensino e pediu-lhe a criação de mais quatro classes nessa casa, para receber esses novos candidatos. Igual pedido foi endereçado ao Sr. Dr secretario do Interior pela municipalidade e Directorio do Partido Republicano local. A professora d. Paulina Andreatta foi nomeada para exercer o cargo de substituta effectiva do grupo escolar desta cidade (CORREIO PAULISTANO, 6/02/1920).

Novamente, o jornal *Correio Paulistano*, agora de 26 de dezembro de 1920, noticia o nome do diretor Ataliba de Oliveira, mas desta vez retratando a sua nova posição: Inspetor Escolar, o que podemos entender que marcava o fim do seu cargo de diretor no Grupo:

PROFESSOR ATALIBA DE OLIVEIRA

ITATIBA, 20 – no numero dos novos Inspectores escolares, recentemente nomeados pelo governo do estado, está incluído o nome do professor Ataliba de Oliveira, director do grupo escolar desta cidade e um dos mais bellos ornamentos do magistério publico.

Orador fluente e escriptor do estylo impecavel, o professor Ataliba é de uma competencia digna de nota. E' um educador completo. O governo tem em sua pessoa um profissional deveras competente e um funcionario cheio de zelo e probidade.

O novo inspector é itatibense nato e vai exercer o importante cargo na zona de S. Carlos.

Por motivo de sua promoção, o Professor Ataliba foi alvo de uma grande manifestação de apreço por parte de seus conterraneos.

O povo de Itatiba vai offerecer-lhe uma delicada e rica lembrança tendo, para esse fim, o jornal local "Reacção", aberto em suas columnas uma subscrição popular a qual já conta com innumerass assignaturas. (CORREIO PAULISTANO, 1920)

Ataliba é apresentado como um homem zeloso, honesto, competente. Como analisamos anteriormente, na trajetória de vida do seu pai, Lourenço Antonio de Oliveira, e na sua própria trajetória, os cargos que ocupou sempre foram conquistados arduamente. Pudemos ver que Ataliba, um mestiço, filho de ex-escravo, é respeitado e orgulhosamente apresentado nos jornais. O fato de ser um mestiço, filho de um escravo enriquecido, parece não interferir na sua carreira. A partir do artigo abaixo observamos que Ataliba é novamente apresentado como motivo de orgulho para os itatibenses. Parece-nos que a sua carreira deslancha depois de tornar-se diretor. Seriam o profissionalismo e a experiência aliados às boas influências políticas? Vejamos a publicação a seguir:

E por espaço de 8 anos Ataliba que foi o primeiro itatibense a exercer o magistério público em nossa terra, dirigiu com largo descortino e notória capacidade o Grupo tão querido da sua bem amada terra natal.

Ocupava ainda esse posto, quando no início do governo do Dr. Washington Luiz, foi convidado pelo Dr. Sampaio Dória, então Diretor do Ensino para ocupar o cargo de inspetor escolar da região de São Carlos (*Correio Paulistano*, 1920)

De forma clara e concisa, o autor demonstra sua admiração pelo professor Ataliba. Seria apenas por compartilhar da mesma naturalidade que o mestre Ataliba, já que ambos eram itatibenses? Seja como for, é fato que, no artigo, Ataliba é apresentado como alguém que teve uma carreira auspiciosa e que foi um pai exemplar à frente da educação de seus sete filhos.

Exerceu depois a inspetoria nas regiões de Mogi das Cruzes e da Capital. Depois foi inspetor geral das escolas Normais Livres, em todo o Estado. Em marcha ascendente na carreira, foi titular das Delegacias Regionais do Ensino de Itapetininga, Santos e Capital.

Em 1933, após 28 anos de exercício foi promovido para o mais alto posto da carreira - o de Chefe do Serviço Técnico do Departamento de Educação, no setor de Prédios e Instalações Escolares, cargo em que se aposentou em 1935, [...]. Como educador de escola soube ele dar aos seus filhos uma primorosa instrução. São todos portadores de diplomas do Curso Superior. E, não são poucos. Quase um rosário: Milton, Mauro, Magino, Maurício, Marina, Megda e Mirtes. (*Correio Paulistano*, 1920)

No artigo é ressaltado que o fato dele ser educador contribuiu para isso, assim como o fato de seus filhos serem portadores de diplomas do Curso Superior, logo, a trajetória escolar e a posse de tais diplomas naquele contexto social eram sinônimo de *status* e respeitabilidade social.

O Professor Ataliba publicou “Maria Ângela”, história da vida de uma professora da zona rural e tem prontos para serem editados, um volume a respeito de “Problemas da Instrução Pública” e outro relativo aos “Dias idos e vividos”, de um mestre - escola aposentado.”

Ataliba publicou ainda: “Anchieta” – biografia e “O Bom Ginasiano” (A TRIBUNA, nº 795, 09/03/1961).

O texto é encerrado destacando uma publicação do prof. Ataliba, “Maria Ângela”, indicando, ainda, que ele teria prontas outras obras que envolviam discussões acerca de temas educacionais e pessoais, trazendo reflexões filosóficas, mostrando a versatilidade intelectual desse professor. Teria o autor o objetivo de ressaltar ainda mais a pessoa de Ataliba, reverenciando não o que ele já era, mas sim a potencialidade do que poderia viria a ser?

A trajetória do professor Ataliba dá conta de uma contínua ascensão profissional, e o autor faz questão de mencionar e adjetivar como virtudes que tal trajetória foi fruto de sua “[...]”

firmeza e determinação”, atributos que foram recorrentemente usados para elogiá-lo, assim como ao seu pai, talvez porque as dificuldades encontradas por ambos em termos de trabalho tenham sido muitas, guardadas as devidas proporções e singularidades. Perguntamo-nos: o que poderia significar não ter “firmeza e determinação”, na tentativa de nos aproximarmos do significado dessas expressões que com frequência apareceram nas fontes pesquisadas. Parece-nos provável que denotassem que não foi nem por favor, nem por proteção ou apadrinhamento que ambos conseguiram lidar com as dificuldades, que se lhe apresentaram ao longo de suas vidas. Existiria uma intencionalidade no cuidado em reafirmar tais virtudes? Não temos como responder neste momento.

Nas referências que encontramos de Ataliba, constatamos a preocupação em focalizar a vida profissional do professor como um detalhamento exemplar, mas pouco ou quase nada encontramos de sua vida pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pesquisar sobre a criação do Grupo Escolar “Coronel Júlio César”, o primeiro grupo da cidade de Itatiba, nos deparamos com a existência de alguns livros e documentos sobre a cidade e a formação do grupo.

A princípio essa pesquisa se voltava para questões dedicadas aos “embates na criação deste grupo escolar e sua arquitetura entre 1890 a 1920”. Contudo, a partir das leituras, das idas à escola em busca de fontes, de indícios e vestígios que pudessem nos encaminhar para a escrita dessa história, nos deparamos com a figura do Professor Ataliba Antonio de Oliveira, até então pelo que havíamos identificado um professor negro, que tinha conseguido ser diretor no grupo durante oito anos. Esse fato nos instigou a ir além. Redimensionamos o objeto de pesquisa e fomos à busca da trajetória de vida deste professor. Instigava-nos saber mais e compreender como este homem havia conseguido se formar numa Escola Normal, que situações da sua vida lhe permitiram essa empreitada, como ele era visto, tratado, na sociedade da época, tão racista quanto a nossa.

Num primeiro momento, a busca por fontes sobre esse professor se tornou mais intensa. No arquivo escolar encontramos poucas referências sobre ele. Nos almanaques, apareciam dispersas por entre suas páginas uma homenagem ou uma menção. Mas foi nos jornais que a busca por indícios deslanchou. Descobrimos, assim, que ele era filho de um negro que fora escravizado. Começava aí mais uma parte da nossa árdua tarefa de pesquisador. Quem eram os pais do professor Ataliba? Quem era sua família? Como esse negro conseguiu garantir que seu filho se matriculasse numa Escola Normal? Quais as relações sociais e políticas que se entrecruzaram na trajetória deste professor? Foram inúmeras as nossas indagações.

Escrever a história do grupo escolar fez ainda mais sentido nesse momento. Além disso, dar visibilidade à trajetória desse professor parece que se transformou num dever. São poucas ou inexistentes as pesquisas nessa direção. Num contexto sociocultural em que a discriminação, a segregação e o preconceito raciais restringiam sobremaneira as alternativas de sobrevivência dos negros, a história oficial, ou as inúmeras histórias, quase sempre deixam à margem a situação educacional e profissional dos negros escravizados, libertos ou de seus descendentes, ainda mais quando falamos de professores na virada do século XIX para o XX.

De acordo com os jornais da época, o pai de Ataliba, Lourenço Antonio de Oliveira, foi um escravo que conseguiu, por meio do seu trabalho, comprar a sua liberdade e de pessoas de sua família. Provavelmente também a partir de sua conquista econômica, consegue casar-se com

uma mulher de família tradicional, com a qual teve vários filhos, sendo Ataliba um deles. No transcorrer da pesquisa, fomos assaltadas pela dúvida sobre o nome de sua esposa porque ele aparece grafado de duas formas Joana e Joaquina, por conta da exiguidade de tempo optamos por pontuar esta questão, deixando-a em aberto para futuras pesquisas.

Mestre Lourenço não possuía estudo, foi um negro escravizado e que conseguiu sua liberdade e de seus familiares por meio de um trabalho que o diferenciava diante dos demais escravos e, conforme já pontuado anteriormente, ele era senhor de um saber e prática que, por isso era conhecido como Mestre, para quem, muitos pais entregaram os filhos para segui-lo em suas obras, com o intuito de que aprendessem com ele um ofício. E sua história não termina aqui, ainda são evidentes as mudanças de sua posição e distinção na sociedade. Pelas fontes, foi possível verificar que Mestre Lourenço, depois de sua trajetória árdua de escravo e como mestre de obras, disputou o poder, chegou a conquistá-lo e inseriu seus filhos em profissões, na época, valorizadas e privilegiadas. Ataliba Antonio de Oliveira foi incentivado ao Magistério, provavelmente pela trajetória e exemplo do pai.

Por outro lado, a construção do Grupo Escolar “Coronel Júlio César” em 1896 também beneficiou o processo de modernização da cidade. Aliado a isso, o processo de urbanização se desencadeou a partir, principalmente, da riqueza gerada pela produção do café, mas também não podemos esquecer das plantações de cereais, legumes e uvas dos pequenos agricultores, dos comércios que se instalavam e das relações sociais e políticas que se estabeleciam na época.

As iniciativas de escolarização já eram existentes na forma de escolas isoladas em diferentes bairros do município. A criação do Grupo Escolar fez parte do projeto republicano que desejava incessantemente a escola como capaz de difundir a instrução necessária para a sociedade progredir, modernizar-se. Por meio dos periódicos pesquisados, pudemos acompanhar o processo de criação e instalação do primeiro grupo escolar em Itatiba, identificando ainda um processo repleto de embates, tensões, conflitos, mas também de alianças políticas.

A escolha do local para construção do primeiro grupo escolar foi marcada por alguns conflitos. Num primeiro momento, foi oferecido pelo pai de Ataliba um terreno próximo à Igreja do Rosário, algumas quadras distante da Igreja da Matriz. A doação foi negada e a Câmara Municipal aluga algumas casas na proximidade das praças da Bandeira e da Igreja. As aulas nos casarões alugados funcionaram de 1896 até 1907, quando é inaugurado o prédio próprio, em terreno adquirido pela Administração Municipal.

Na parte central da cidade, junto a estabelecimentos comerciais, das demais casas de instrução, da igreja Matriz, o Grupo Escolar começa a funcionar e a atender a população.

População esta composta pelos filhos da elite local. Lista de alunos, divisão de turmas, notícias sobre menções honrosas são expostas no jornal do partido governista local, o que indica que quem tinha acesso a tais publicações eram pessoas letradas.

A cidade foi marcada pela presença de chefes republicanos, abolicionistas e liberais. A realidade de Itatiba compõe, aos poucos, o seu curso de transformações: há uma valorização do desejo por instrução, libertação dos escravos, criação de espaços de lazer, instalação de ferrovia, de telégrafo, circulação de periódicos, cuidados sanitários e higienistas: água encanada e rede de esgoto, cemitério mais distante da cidade, entre outros “melhoramentos”, como noticiavam os almanques e jornais locais. O desejo de progresso era evidente, mas a manutenção da ordem, sobretudo política, era mais almejada ainda. Como vimos, a cisão do Partido Republicano Federal causa também uma cisão no partido local, gerando dissidências entre os coronéis e governantes.

Nas fontes pesquisadas Professor Ataliba é sempre apresentado com orgulho, com distinção, com brios. Ele foi um dos diretores que mais permaneceram no cargo, cerca de 8 anos e sua administração escolar é sempre bem demarcada e elogiada. Pela análise da trajetória de Ataliba de Oliveira durante o período em que exerceu o cargo de diretor do Grupo Escolar “Coronel Júlio César” e da compreensão de como se deu o processo de criação e instalação deste Grupo na relação com a história da cidade de Itatiba, foi possível ampliar as possibilidades investigativas deste trabalho, estabelecendo uma conexão entre a história deste Grupo Escolar com a trajetória de Ataliba e as diferentes relações socioculturais contrastadas com as disputas políticas locais, matizadas por questões mais amplas do cenário educacional nacional.

Na percepção desta autora fica a imagem da força de um homem que sofreu com a escravidão, mas que rompeu com os padrões da época, que abdicou com as amarras da escravidão, dos ecos de uma tradição patriarcal, das vozes da violência brutal no corpo e na alma, das correntes da marginalidade, fazendo nascer o sentimento de continuidade dos seus familiares. Ele resistiu e transformou sua realidade criando um novo cenário para os seus descendentes, que é exemplificado nesta pesquisa pelo trabalho de seu filho, Prof. Ataliba, um professor mestiço, filho de um negro que fora escravizado, que galgou o cargo de diretor do Grupo Escolar “Coronel Júlio César”, que de acordo com as fontes consultadas foi reconhecido por seus contemporâneos.

Finalizo recorrendo ao personagem Tio Tatão da obra em prosa “Becos da memória” de Conceição Evaristo (2006) que se dirige à Maria-Nova (um possível desdobramento da autora) apontando para o fato de que as pessoas morrem, mas não morrem, continuando nas outras. Ele

ainda dizia que Maria-Nova precisava se realizar. Deveria buscar uma outra vida e deixar explodir tudo de bom que havia nela. Um dia ele disse, quase como se estivesse que dando uma ordem (Tio Tatão era nervoso, neurótico de guerra):

*_ Menina, o mundo, a vida, tudo está aí! Nossa gente não tem conseguido quase nada. Todos aqueles que morreram sem se realizar, todos os negros escravizados de ontem, os supostamente livres de hoje, libertam-se na vida de cada um de nós que consegue viver, que consegue se realizar. A sua vida, menina, não pode ser só sua. Muitos vão se libertar, vão se realizar por meio de você. Os gemidos estão sempre presentes. É preciso ter os ouvidos, os olhos e o coração abertos.
(Evaristo 2006: 103)*

Que também possamos beber na fonte de sabedoria do Mestre Lourenço e nos inspirar com a trajetória de Prof. Ataliba, conscientes de que somos protagonistas de nossa própria existência, mas também agentes de transformação de nossa realidade, assim como do contexto sociocultural em que estamos inseridos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de Currículos da Escola Normal Paulista (1846-1920): revendo uma trajetória. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 76, n. 184, p. 665-689, set.-dez. 1995.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **História e memórias da educação no Brasil**, 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996. v. 3.

BENJAMIN, W. **Paris do segundo Império: a boêmia; flâuner; a modernidade**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BONFIM, Paulo Ricardo. **A educação no movimento eugênico brasileiro (1917-1933)**. 2013. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, Universidade São Francisco, Itatiba, 2013.

BUENO, Maria de Fátima Guimarães. **O corpo e as sensibilidades modernas: Bragança (1900-1920)**. 2007. 314 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007.

BUFFA, E. **Arquitetura e educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893-1971**. São Carlos: EdUFSCAR; Brasília: INEP, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. BH: Autêntica, 2000.

_____. **A escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CARVALHO, Marcus Vinicius Corrêa. Moderno, modernidade e modernização: polissemias e pregnâncias. In: GIL, Natália; ZICA, Matheus da Cruz; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil: séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Mazza, 2012. v.1

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques (Comp.). **História: novos problemas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Ed., 1988.

COSTA, Ângela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **1890-1914: no tempo das certezas**. SP: Companhia das Letras, 2000.

CORRÊA Maria Elizabeth Peirão; NEVES, Helia Maria Vendramini; MELLO, Mirela Geiger de (Org.). **1890-1920** : a arquitetura escolar paulista. 1. ed. São Paulo: FDE, 1991.

CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta**: periodismo e vida urbana – 1890-1915. São Paulo: EDUC; FAPESP Imprensa Oficial SP, 2000.

DALLABRIDA, Norberto; TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. A reforma Orestes Guimarães e a instituição dos grupos escolares em Santa Catarina. In: _____. **A escola da república**: os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1916). Campinas: Mercado das Letras, 2011.

ESCOLANO, Agustín. Arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo. In: VIÑAO FRAGO, Antonio. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura escolar como programa. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Belo Horizonte: Mazza, 2006.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano social e conflito**. São Paulo: Difel, 1976.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 193-4, maio-ago. 2000.

FRANCESCHI, Marcello Teixeira. **Grupo Escolar José Guilherme**: uma história em três atos – Bragança (1910-1944). 2013. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Educação, Universidade São Francisco, Itatiba, 2013.

GABUARDI, Lucimara Rasmussen. **Itatiba na História**: 1804-1959. Campinas, SP: Pontes; Itatiba, SP: Bobst Group, 2004.

GINZBURG, Carlo. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, emblemas, sinais**. Morfologia e história. Cia das Letras: São Paulo, 1989.

_____. Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez. In: _____. **Relações de força**. História, retórica, prova. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negros e educação no Brasil. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 325-346.

GONDRA, José J. Medicina, Higiene e Educação Escolar. In: FARIA, Luciano Mendes Filho; LOPES, Elaine Marta Teixeira; VEIGA, Cyntia Greive (Org.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GUIMARÃES, Maria de Fátima. **Corpo e cidade**: sensibilidades, memórias e histórias. 1. ed. Jundiaí: Paco, 2013.

HILSDORF, M. L. S. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2006.

HOBSBAWM, Eric. “Introdução”. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9-23.

KUHLMANN JR, Moysés. **As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)**. Bragança Paulista, SP: Editora da Universidade São Francisco, 2001. 262 p. II. (Coleção Estudos CDAPH. Série Historiografia).

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1990.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153.

MAGALHÃES, Justino. Escola e modernidade. In: PESSANHA, Eurize Caldas; GATTI JÚNIOR, Décio (Org.). **Tempo de cidade, lugar de escola: História, ensino e cultura escolar em escolas exemplares**. Uberlândia: EDUFU, 2012. p. 39-56.

MARIM, Fabio Eduardo Chrispim. **A história e a política do prefeito Erasmo Chrispim**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

MARQUES, Juliano Ricardo. **Jundiá, um impasse regional** – o papel de Jundiá entre duas regiões metropolitanas: Campinas e São Paulo. 2008. 178 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Santos: para além do porto do café. In: RAMOS, Alcides F.; PATRIOTA, Rosângela; PESAVENTO, Sandra J. **Imagens na História**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

MEDEIROS, Daniel Amaro Cirino. **O grupo Escolar Doutor Jorge Tibiriçá: das escolas isoladas à escola idolatrada**. 2013. f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, Universidade São Francisco, Itatiba, 2013.

NAVARRA, Wanda Silveira. O uso da terra em Itatiba e Morungaba. 1977. f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.

OLIVEIRA, Fabiana Valeck de. **Arquitetura escolar paulista nos anos 30**. 2007. 140 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PASSOS, Laurizete Ferragut; PAVAN, Diva Otero. Saberes e práticas como integrantes da cultura escola: o Grupo Escolar Conde do Parnayba. In: PESSANHA, Eurize Caldas; GATTI JÚNIOR, Décio (Org.). **Tempo de cidade, lugar de escola: história, ensino e cultura escolar em escolas exemplares**. Uberlândia: EDUFU, 2012. p. 229-247.

PEREIRA, Denis Rafael. **Além de secos e molhados: o comércio em Itatiba: história e memória**. Itatiba: Berto, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. O proletário industrial na primeira república. In: FAUSTO, Bóris. **História geral da civilização brasileira: sociedade e instituições (1889-1930)**. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1978.

PINTO, Rubia Nunes. Escolas e cidades do sertão (1933-1945): espaço, endereço e arquitetura. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 12, p. 107-138, 2012.

RIBEIRO, Marta Solange Pereira. **O romper do silêncio: história e memória na trajetória escolar e profissional dos docentes afrodescendentes das universidades públicas do Estado de São Paulo**. 217 p. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2001.

SANGIORGI, Diloca Ferraz. **Conheça sua cidade: um pouco da história de Itatiba**. São Paulo: Vanguarda, 1969.

SCHELBAUER, Anaete R. “Das normas prescritas às práticas escolares: a escola primária paulista no final do século XIX”. In: GONÇALVES NETO, Wenceslau; MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; FERREIRA NETO, Amarílio (Org.). **Práticas escolares e processos educativos: currículo, disciplinas (séculos instituições escolares XIX e XX)**. Vitória, ES: EDUFES, 2011.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Karla Cristiny. **As origens do Grupo Escolar José Guilherme**. Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC), Universidade São Francisco, Bragança Paulista, 2013.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

_____. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 267-304.

VENDRAMIN, Melissa Toffani Magalhães. **Os primórdios da educação em Itatiba, SP, 1830-1930: imagens locais e fontes educacionais**. 169 f. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

VIDAL, D. G. ; FARIA FILHO, L. M. **As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

VINÃO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: arquitetura como programa**. 2. ed. Tradução de Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ALMANAQUES

Almanak de Itatiba, 1905
 Almanach de Itatiba, 1916
 Almanak de Itatiba, 1917
 Almanaque Literário Paulista, 1905, 1916 e 1917

JORNAIS

A Reacção
 A Tribuna
 Correio Paulistano, 1920, 1938
 Gazeta de Itatiba
 Gazeta Nacional, 1988

SITES

A Cidade de Itatiba. História. Prefeitura Municipal de Itatiba. Disponível em: <<http://www.itatiba.sp.gov.br/acidade/historia>>. Acesso em: 20 out. 2014.

Processo de tombamento. Disponível em: <<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.bb3205c597b9e36c3664eb10e2308ca0/?vgnnextoid=91b6ffbae7ac1210VgnVCM1000002e03c80aRCRD&Id=b88c91cc051e4410VgnVCM1000008936c80a>>. Acesso em: 6 nov. 2015.

1846 – Escola Normal. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/3_Imperio/1846_escola_normal.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2015.